



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

ROBSON ROCHA ELIAS

ANÁLISE DOS GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM
HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Belo Horizonte

2013

Robson Rocha Elias

ANÁLISE DOS GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM
HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de especialização em Auditoria.

Orientador - Prof. Antônio Arthur de Souza, Ph.D.

Belo Horizonte
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Contábeis
Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria - CEPCON

Ata da Sessão Pública de Defesa de Trabalho Final de **ROBSON ROCHA ELIAS**, no. de registro **2012694793**, aluno do Curso de Especialização em Auditoria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, o presidente da Banca Examinadora Prof. Antônio Artur de Souza, abriu a sessão pública de defesa de trabalho final de Robson Rocha Elias, intitulado "**Análise dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais em Hospitais Filantrópicos**". A Banca Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso em setembro de 2013 e foi constituída pelos professores, *Antônio Artur de Souza (orientador)* e *Hudson Fernandes Amaral*. A defesa constou da apresentação de seminário versando sobre o assunto do trabalho, seguido de arguição do candidato pelos membros da banca. Posteriormente, a banca examinadora reuniu-se em sala fechada para o julgamento final, tendo sido considerado APROVADO com nota/conceito 901 A o trabalho final de Robson Rocha Elias. O resultado foi comunicado ao público presente pelo Prof. Robson Rocha Elias, que, em seguida, declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada pelos membros da Banca Examinadora. Belo Horizonte, 05 de outubro de 2013.*****

Prof. Antônio Artur de Souza
(Ph.D.)

Prof. Hudson Fernandes Amaral
(Doutor)

Aos meus pais exemplo de vida, pelo incentivo,
carinho e apoio nos momentos difíceis e por
ajudarem a construir uma pessoa capaz de
proporcionar a ética e conscientização humana
dentro de um contexto social capitalista

A G R A D E C I M E N T O S

Agradeço ao Prof. Antônio Arthur de Souza, Ph.D. a orientação competente, com a qual me deu a luz e o caminho possível para que este projeto pudesse ter o objetivo necessário para o estudo acadêmico.

E também às demais pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a minha formação acadêmica e a realização de um sonho profissional.

“Não há problema tão grande que Deus não possa resolver, como não há problema tão pequeno que seu infinito amor não possa alcançar.”

Pr. Márcio Valadão

RESUMO

O setor hospitalar filantrópico no Brasil é responsável por cerca de um terço dos leitos existentes no País, constituindo-se em importante prestador de serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o setor de saúde suplementar. Diante dos desafios encontrados pelos hospitais na atualidade – dentre eles, a competitividade e a pressão para que reduzam os custos e aumentem a eficiência dos leitos (pressão essa exercida principalmente pelos planos de saúde) –, o Ministério da Saúde tem lançado programas especiais de isenções de tributos e contribuições visando ao desenvolvimento e maior integração do sistema de saúde brasileiro nas esferas pública e privada. Em 2009, foi publicada a Lei n. 12.101, caracterizada como *a nova lei da filantropia*, que, regulamentada em 2010 pelo Decreto n. 7.237, modificou o sistema de concessão do certificado de filantropia necessário para obtenção das isenções das contribuições para a Seguridade Social. Nesse contexto, este trabalho busca, por meio de análises das demonstrações financeiras, averiguar se os gastos com pessoal e encargos sociais em hospitais filantrópicos estão sendo recolhidos corretamente e aferir o desempenho financeiro das entidades. Considerando que não há muitos estudos sobre o tema na literatura nacional, este trabalho apresenta como contribuição a identificação e análise de três hospitais filantrópicos em diferentes regiões do País, quais sejam, Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (MG), Santa Casa de Misericórdia de Perto Alegre (RS) e Santa casa de Misericórdia de Maceió (AL).

Palavras-chave - análise financeira, hospitais filantrópicos, gastos com pessoal, encargos sociais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	39
Gráfico 2 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	40
Gráfico 3 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	41
Gráfico 4 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)	47
Gráfico 5 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	48
Gráfico 6 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical).....	51
Gráfico 7 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	51
Gráfico 8 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)	53
Gráfico 9 – Análise de Desempenho.....	55
Gráfico 10 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	61
Gráfico 11 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	62
Gráfico 12 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	63
Gráfico 13 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)	71
Gráfico 14 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	71
Gráfico 15 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical).....	75
Gráfico 16 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	75
Gráfico 17 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)	77
Gráfico 18 – Análise de Desempenho.....	79
Gráfico 19 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	85
Gráfico 20 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	86
Gráfico 21 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	87
Gráfico 22 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)	92
Gráfico 23 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	93

Gráfico 24 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical).....	96
Gráfico 25 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	97
Gráfico 26 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)	99
Gráfico 27 – Análise de Desempenho.....	101

2. LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proventos Sobre Folha de Pagamento	23
Quadro 2 – Descontos Sobre Folha de Pagamento	23
Quadro 3 – Resumo Geral	105
Quadro 4 – Critica das contas.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alíquota de INSS	27
Tabela 2 – Alíquota do IR (Total do Ano)	29
Tabela 3 – Alíquota do IR (Total do Mês)	30
Tabela 4 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	37
Tabela 5 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	37
Tabela 6 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	40
Tabela 7 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical).....	41
Tabela 8 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	42
Tabela 9 – Análise Vertical (FGTS e INSS da Conta Impostos e Contribuições)	44
Tabela 10 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical).....	48
Tabela 11 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	49
Tabela 12 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)	52
Tabela 13 – Análise de Desempenho.....	54
Tabela 14 – Indicadores de Liquidez.....	55
Tabela 15 – Indicadores de Endividamento	56
Tabela 16 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	59
Tabela 17 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	60
Tabela 18 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	62
Tabela 19 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical).....	63
Tabela 20 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	64
Tabela 21 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical).....	72
Tabela 22 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	73
Tabela 23 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Operacional Bruta (Análise Horizontal)	76
Tabela 24 – Análise de Desempenho.....	78
Tabela 25 – Indicadores de Liquidez.....	79

Tabela 26 – Indicadores de Endividamento	80
Tabela 27 – Ativo Permanente (Análise Vertical)	83
Tabela 28 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)	83
Tabela 29 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal).....	86
Tabela 30 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)	87
Tabela 31 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal).....	88
Tabela 32 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical)	93
Tabela 33 – Confrontação Entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal).....	95
Tabela 34 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)	97
Tabela 35 – Análise de Desempenho.....	99
Tabela 36 – Indicadores de Liquidez.....	101
Tabela 37 – Indicadores de Endividamento	102

LISTA DE ABREVIações

art. - Artigo

A.H. – Análise Horizontal

A.V. – Análise Vertical

AC – Ativo Circulante

ANC – Ativo Não Circulante

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CIM – Confederação Internacional das Misericórdias

CLP – Consolidação da Legislação Previdenciária

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMB – Confederação das Misericórdias do Brasil

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

FBAH – Federação Brasileira dos Administradores Hospitalares

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

ICMS – Imposto Sobre Circular de Mercadorias

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPI – Imposto Sobre Produto Industrializado

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

ISS – Imposto Sobre Serviço

LAJIDA – Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

MPS – Ministério da Previdência Social

NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnico

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NEGEC – Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis da UFMG

PAES – Parcelamento Especial

PC – Passivo Circulante

PNC – Passivo Não Circulante

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

RSR – Repouso Semanal Remunerado

S.A. – Sociedade Anônima

SUS – Sistema Único de Saúde

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

FFFCMPA – Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre

IASB – International Accounting Standards Board

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema de problema	13
1.2 Objetivos	15
1.3 Justificativa e relevância do estudo	16
1.4 Estrutura da monografia	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Características das organizações hospitalares	18
2.2 A filantropia e o sistema de saúde brasileiro	20
2.3 Contabilidade tributária	23
2.3.1 Conceito	23
2.3.2 Contabilidade tributária de hospitais sem fins lucrativos	23
2.3.3 Contabilidade tributária de hospitais filantrópicos	25
2.4 Da apresentação das demonstrações contábeis	26
2.5 Lei n. 11.638/07	27
2.6 REFIS – Programa de recuperação fiscal	29
2.6 Rotinas trabalhistas em hospitais	31
2.6.1 Contrato de trabalho	31
2.6.2 Folha de pagamento em hospitais	32
2.6.2.1 Proventos	33
2.6.2.1.1 Salário	33
2.6.2.1.2 Adicional de insalubridade	34
2.6.2.1.3 Adicional de periculosidade	35
2.6.2.1.4 Horas extras	36
2.6.2.2 Descontos	37
2.6.2.2.1 Quota de previdência (INSS)	37
2.6.2.2.2 Imposto de renda (IR)	38
2.6.2.2.3 Contribuição sindical	40
2.6.2.2.4 Adiantamentos	41
3 METODOLOGIA	42
3.1 Taxonomia	42
3.2 População e amostra	44
3.3 Coleta de dados	44

3.4 Análise dos dados.....	45
3.5 Restrições e limitações da pesquisa.....	45
4 ANÁLISE, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	46
4.1 Introdução.....	46
4.2 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte/MG.....	46
4.3 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS	68
4.4 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	127

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema de problema

Nos hospitais, são fornecidos vários tipos de serviços, que envolvem, desde o atendimento ao paciente por um médico, a atividades de apoio, como aquelas executadas nos restaurantes, lavanderias e setores de exames dentre outros serviços de suporte aos acompanhantes dos pacientes. Em razão da natureza desses serviços, os hospitais são organizações profissionais cujo funcionamento depende da capacitação e do conhecimento de seus executores (MARINHO, 2001). Portanto, os resultados de um hospital não podem ser facilmente medidos ou padronizados, uma vez que dependem fortemente da relação profissional/usuário.

Questões técnicas e práticas de gerência administrativa têm sido um dos pontos mais críticos nas organizações hospitalares, consideradas organizações complexas que encerram uma série de processos e atividades paralelas à atividade-fim, que é o cuidado ao paciente (LIMA-GONÇALVES, 2002). A razão dessa criticidade está, em boa medida, relacionada com as diferenças entre as organizações hospitalares e os outros tipos de organizações, o que, segundo Rodrigues Filho (1990), pode ser verificado sobretudo em termos de:

- dificuldade de definir e mensurar o produto hospitalar;
- existência frequente de dupla autoridade, gerando conflitos;
- preocupação dos médicos com a profissão e, não, com a organização;
- alta variabilidade e complexidade dos trabalhos que, muitas vezes, são extremamente especializados e dependem de diferentes grupos profissionais;
- caráter essencialmente de trabalho intensivo, dado o acentuado dinamismo tecnológico;
- mudanças no método de prestação de um dado serviço decorrentes de mudanças tecnológicas, o que pode, inclusive, implicar a introdução de um novo serviço que se soma aos anteriores e exige pessoal adicional para sua prestação;

- relação de dependência da produtividade com uma combinação adequada entre os vários tipos de profissionais;
- atribuição das funções mais complexas ao pessoal de nível superior (principalmente aos médicos), envolvendo a gerência administrativa e o comando técnico do trabalho dos auxiliares, além de sua normalização e supervisão;
- atribuição das funções mais simples ao pessoal auxiliar, que as executa em cumprimento das normas de trabalho; e
- atuação das forças produtivas da ciência e da tecnologia em algumas áreas no sentido de elevar a produtividade do processo de trabalho, mas limitada a uns poucos procedimentos terapêuticos e diagnósticos.

Em função dos desafios relacionados à gestão dessas atividades, é comum, em hospitais de todo o mundo, a existência de dificuldades financeiras. No caso específico do Brasil, nota-se um crescimento com gastos na saúde paradoxalmente acompanhado por restrições orçamentárias crescentes (FRANCISCO; CASTILHO, 2002). Por um lado, cerca de 80% dos brasileiros são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cujos repasses aos hospitais são fixos por procedimentos e, em geral, insuficientes para cobrir os custos (MARIANO, 2006); por outro, as operadoras de planos de saúde têm participação crescente nas receitas dos hospitais e os pressionam para que consigam preços menores, o que leva a uma preocupação constante com eficiência e redução ao máximo dos custos.

Com o intuito de diminuir o déficit financeiro dos hospitais, foi publicada, em 27 de novembro de 2009, a Lei n. 12.101, caracterizada como *a nova lei da filantropia*. Regulamentada em 27 de julho de 2010 pelo Decreto n. 7.237, essa lei trouxe mudanças para as entidades filantrópicas no que diz respeito à concessão do certificado de filantropia necessário para obtenção das isenções das contribuições para a Seguridade Social.

As instituições filantrópicas hospitalares utilizam-se do certificado de entidades de fins filantrópicos para o exercício de suas atividades com o benefício da imunidade tributária sobre os encargos sociais. Como se trata de isenções significativas com impacto no contexto social, parte-se aqui do pressuposto de que é indispensável a

avaliação do cumprimento ou não de todas as exigências definidas pela legislação. No presente estudo, mais especificamente, toma-se como enfoque a análise contábil dos gastos com pessoal e encargos sociais registrados nas demonstrações financeiras de três hospitais filantrópicos localizados em diferentes regiões do País, quais sejam, Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (MG), Santa Casa de Misericórdia de Perto Alegre (RS) e Santa Casa de Misericórdia de Maceió (AL). Dessa forma, esse enfoque se baseia na seguinte pergunta de pesquisa:

“Os gastos com pessoal e encargos sociais em hospitais filantrópicos são compatíveis com a receita e com os investimentos?”

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é averiguar, com base em análises contábeis, se os gastos com pessoal e encargos sociais em hospitais filantrópicos são compatíveis com a receita e com os investimentos, bem como verificar o desempenho financeiro e eficiência das entidades. Para tal, vislumbram-se os seguintes objetivos específicos:

- analisar as demonstrações financeiras dos hospitais filantrópicos;
- verificar, por meio de análises verticais e horizontais de cada entidade, o comprometimento de cada conta de gastos com pessoal e encargos sociais sobre o *Total do Passivo* e suas respectivas evoluções nos períodos analisados;
- identificar, por meio de análises verticais e horizontais de cada entidade, a participação do *Ativo Permanente* da organização sobre o *Total do Ativo* e sua respectiva evolução nos períodos analisados;
- examinar, por meio de análise horizontal de cada entidade, a evolução da *Receita Operacional Bruta* nos períodos analisados;
- realizar um confronto da evolução das contas de gastos com pessoal e encargos sociais com a conta do *Ativo Permanente* de cada entidade, com o intuito de investigar se a entidade teve um aumento de seus ativos e investimentos que lhe permitiu gerar receitas e, conseqüentemente, honrar seus compromissos;

- realizar um confronto da evolução de cada conta de gastos com pessoal e encargos sociais com a *Receita Operacional Bruta*, com o intuito de medir a eficiência financeira de cada entidade.

1.3 Justificativa e relevância do estudo

Os desafios econômicos em relação ao sistema nacional de saúde não é questão preocupante apenas no Brasil. No entanto, a saúde e a estrutura hospitalar brasileira têm sido motivo de descrédito e preocupação da população, pois o número de usuários do sistema de saúde brasileiro tem crescido vertiginosamente, sem a contrapartida de crescimento na mesma escala do número de profissionais e de leitos nos hospitais.

O governo federal conta como aliados os hospitais filantrópicos, que têm por finalidade atender a pacientes de baixa renda, usuários do SUS. Segundo a Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB), há 2,6 mil instituições filantrópicas hospitalares no País, as quais representam aproximadamente 50% dos leitos atualmente oferecidos pelo SUS.

Apesar dessa representatividade, as instituições filantrópicas hospitalares brasileiras têm apresentado, em sua maioria, resultados operacionais deficitários em função das gestões hospitalares. Dentro da prática de gerência administrativa, identificou-se, em estudos preliminares, que gastos com pessoal, encargos sociais e provisões trabalhistas não estão sendo recolhidos nem mesmo da parte patronal, o que está em desacordo com as normas vigentes.

Nesse contexto, este estudo visa, por meio da análise das demonstrações financeiras, especificamente em relação aos gastos com pessoal e encargos sociais, aferir se as instituições filantrópicas estão realmente deixando de realizar os recolhimentos dos encargos sociais por parte patronal e se estão deixando de realizar as provisões adequadas. Trata-se de uma temática que não tem sido abordada sistematicamente em trabalhos acadêmicos, havendo apenas alguns indícios incipientes sobre as reais situações trabalhistas nessas organizações.

1.4 Estrutura da monografia

Esta monografia está dividida em três capítulos, além desta Introdução. No capítulo 2, encontra-se o referencial teórico, em que é apresentado um resumo dos principais documentos e obras sobre o tema (*por isto é*, filantropia, demonstrações financeiras e contabilidade tributária). A metodologia adotada para a coleta e análise dos dados está no capítulo 3. No Capítulo 4, apresentam-se as análises dos dados e a interpretação dos resultados. A conclusão está no capítulo 5. As referências e os apêndices completam o trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o arcabouço teórico que sustenta o desenvolvimento deste trabalho. Sendo assim, seguem abaixo os fundamentos para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1 Características das organizações hospitalares

Na acepção de Ribeiro (1977), o hospital é um dos componentes do organismo assistencial da comunidade; não se trata de uma unidade isolada, pois está integrado ao sistema social que, por sua vez, é considerado como o principal centro de saúde. Em termos gerais, o hospital é uma instituição destinada a internar, para realização de diagnósticos e tratamento, pessoas que necessitam de assistência médica diária e cuidados constantes de enfermagem.

A palavra *hospita*”, da raiz latina “*hospitalis*”, é de origem relativamente recente. Vem de *hospes* (hóspedes), porque, antigamente, nessas casas de assistência, eram recebidos peregrinos pobres e enfermos. O termo *hospital* tem hoje a mesma acepção de *nosocomium*, de fonte grega, cuja significação é *local para tratar os doentes* (BRASIL, 1965).

Os postos de assistência sempre tiveram importância para a civilização humana. Sua origem se deu em época muito anterior à era cristã (BRASIL, 1965). Há indícios de que, na Babilônia, a prática da medicina começou no próprio mercado que existia na cidade. De acordo com relatos, pode-se dizer que o mercado era o próprio hospital daquela época. O relato de Heródoto, o grande historiador de *Halicarnassus* (Livro I-197), dizia o seguinte que

[...] oss doentes eram conduzidos ao mercado, porque existiam médicos. Os que passavam pelo doente interpelavam-no com o intuito de verificar se eles próprios tinham sofrido o mesmo mal que lhes fora eficaz ou eficaz na cura de pessoas de suas relações. E não era permitido passar pelo doente em silêncio. Todos deviam indagar a causa da sua moléstia. (BRASIL, 1965).

No fim do período da história assírio-babilônica, iniciavam-se os avanços dos estudos médicos. Desenvolveram-se preparos vegetais e mineiras como antídotos contra venenos de serpentes e escorpiões. Também havia outros tipos de tratamentos para diversos problemas de saúde, muitos considerados pelas pessoas da época como *encantamentos* (BRASIL, 1965).

Em Roma, esse tipo de dedicação profissional era proibido, em função das tradições da região, e considerado como atividade única e exclusiva de escravos, libertos e estrangeiros. No entanto, em função de influência dos legisladores e, até mesmo, pela necessidade, esse preconceito foi desaparecendo no decorrer do tempo e a medicina acabou conquistando importância e respeito social considerável. O próprio Júlio César concedeu grande dignidade à profissão, oferecendo a cidadania romana a todos os médicos (BRASIL, 1965).

Um dos exemplos mais remotos e ilustrativos sobre o reconhecimento da instituição *hospital* na história da civilização humana foi encontrado no Império Bizantino, por volta de século VII (MILLER, 1997). Já, em meados do século XII, várias outras cidades árabes já contavam com pequenos hospitais e, em 1283, um grande hospital era construído no Cairo (PORTER, 2004). O conceito de uma construção onde os doentes e necessitados pudessem ser tratados com todo o aparato específico para tal foi introduzido pela Ordem das Cruzadas no século XI (MCKEE e HEALY, 2002).

No Brasil, a assistência médico-hospitalar representou uma das várias faces da Renascença Portuguesa instalada no Brasil Colônia, durante o século XVIII. Os primeiros hospitais no Brasil de que se têm notícias surgiram a partir de duas grandes instituições, quais sejam, a Igreja e o Exército. A Igreja Católica, com a intenção de catequese pelos jesuítas, implantou instituições religiosas de cuidados aos doentes, como as Santas Casas de Misericórdia, baseadas em hospitais de modelo europeu (CALVO, 2002). Nesse diapasão, a primeira Obra de Misericórdia foi construída em 1543, pelo colono Braz Cubas, que criou, na Capitania de São Vicente, o Hospital de Todos os Santos (ALMEIDA, 1965).

Na segunda metade do século XIX, as ações filantrópicas aliaram-se à medicina social para prevenir doenças contagiosas. Um impulso significativo surgiu com a onda de imigração, que ampliou o assistencialismo. Com os imigrantes vieram as sociedades de socorros mútuos, com fins médicos, beneficentes ou de amparo social. Multiplicaram-se também as instituições mantidas por outras correntes religiosas, como batistas, espíritas e evangélicas. Essas organizações, junto com as sociedades de moradores, ainda hoje têm ação importante na área de assistência, amparo e organização social. Com o passar dos anos, muitas modernizaram a forma de atuação; abandonaram as antigas práticas assistencialistas para promover ações voltadas para programas educacionais, formação de mão de obra, desenvolvimento comunitário e geração de renda (REVISTA VEJA, 2001).

2.2 A filantropia e o sistema de saúde brasileiro

Atualmente, o maior parceiro do Governo Federal junto ao SUS são as entidades filantrópicas, que representam 50% de todos os procedimentos do SUS. Se não fosse a participação dessas entidades filantrópicas no Brasil, o Estado não conseguiria cumprir seu papel de garantir a saúde a todos os cidadãos brasileiros.

Ainda que muitos problemas prejudiquem a qualidade da prestação de serviços públicos de saúde é, por intermédio das instituições filantrópicas, que os processos administrativos hospitalares têm gerado resultados melhores a custos menores para o Estado, em uma clara indicação da importância da parceria dessas instituições com os governos nas esferas federal, estaduais e municipais. Adicionam-se a isso as creditações concedidas aos hospitais públicos sob a administração das entidades filantrópicas, no que diz respeito ao conhecimento e às expectativas bem-sucedidas repassadas ao sistema público de saúde (MERGULHÃO et al., 2012).

As instituições filantrópicas apresentam algumas vantagens em relação às demais instituições de saúde. Livre de alguns entraves burocráticos, as entidades filantrópicas da saúde podem atuar como empresas. Com isso, ganham mais agilidade para realizar contratações e dispõem de maior capacidade para a prestação de bons serviços. Segundo Paulo Câmara, o setor economiza, e muito,

para o Estado e é a liberdade na gestão que ajuda a reduzir os custos; por isso, as organizações filantrópicas tornaram-se essenciais para o SUS.

Contudo, há entraves que necessitam de providências urgentes para que as parcerias firmadas entre o Estado e as instituições filantrópicas, por meio de contratos de gestão, possam permanecer, crescer e se fortalecer. Hoje, a cada R\$ 100,00 investidos na saúde, as instituições filantrópicas são ressarcidas com somente R\$ 60,00. Trata-se de uma defasagem que, acumulada ao longo do tempo, chega ao importe de R\$ 11 bilhões, segundo dados da Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB), o que corresponde a um endividamento bastante elevado (MERGULHÃO et al., 2012).

Ainda em relação aos dados publicados pela Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB), juntamente com a Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, atualmente, o SUS conta com uma parceria de 2.100 instituições, que administram 3.135 unidades de atendimento no País. Dessas, 1.755 estão em municípios com até 30 mil habitantes. São 10 milhões de consultas médicas e mais 7,5 milhões de internações realizadas por ano. As entidades filantrópicas são responsáveis por 480 mil empregos diretos e outros milhares de postos indiretos de trabalho. O setor também é o maior cliente da indústria farmoquímica.

Por tal importância, as entidades filantrópicas estão sendo representadas no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde, além de organizadas por meio de 16 federações estaduais e uma Confederação Nacional: a CMB. Essas instituições e seus representantes lutam por soluções que possam melhorar e ampliar o atendimento médico hospitalar prestado à população de baixa renda – principalmente clientes do SUS – e apontar alternativas que garantam maior equilíbrio econômico-financeiro ao setor.

No entanto, as instituições filantrópicas brasileiras vivem um momento financeiro dramático. Em alguns municípios do País, há entidades sob intervenção das Prefeituras. Para o presidente da Federação Brasileira dos Administradores

Hospitalares (FBAH), Paulo Roberto Segatelli Câmara, qualquer solução passa pelo reajuste da tabela do SUS e por uma reestruturação da rede de hospitais.

Segundo o Deputado Antonio Brito (PTB/BA), presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde e presidente da Confederação Internacional das Misericórdias (CIM), os reajustes de remuneração do SUS têm sido um grande desafio. Composta por 308 deputados e 14 senadores, a Frente Parlamentar trabalha para minimizar as dificuldades enfrentadas pelas 2.100 instituições filantrópicas que prestam serviços ao SUS. Também busca melhorar os parâmetros que orientam a participação dessas instituições no sistema público de saúde.

Esses desafios se devem ao arcabouço legal a que se submete o Estado para executar as políticas de saúde, o que se une às precárias condições em que tais serviços públicos foram recebidos pelo atual governo. Tudo isso dificulta a pronta resposta a demandas variadas e complexas (TEIXEIRA, 2012).

Somam-se a esses desafios discussões a respeito das aplicações de recursos oriundos de doações ou repasses contratuais às instituições filantrópicas. Há mais de cinco anos, um convênio entre os chamados *hospitais de excelência* e o Ministério da Saúde tem garantido, pela renúncia fiscal, investimentos importantes em áreas prioritárias do SUS. “O Estado está abrindo mão de contribuições sociais e, em contrapartida, pede que as filantrópicas apliquem recurso em projetos do SUS”, explica Alberto Kanamura, diretor superintendente de responsabilidade social do Hospital Israelita Albert Einstein (SP). “Para a sociedade, o repasse fica mais transparente; para o Ministério da Saúde, fica a certeza de que o recurso é revertido, obrigatoriamente, em saúde” (SILVA FILHO, 2012).

Uma vez apresentadas as características das instituições filantrópicas (Seção 2.1) e as suas condições no sistema brasileiro de saúde pública (Seção 2.2), passa-se, na seção a seguir, para o delineamento dos conceitos e apresentação de referencial teórico relativo à contabilidade tributária.

2.3 Contabilidade tributária

2.3.1 Conceito

A contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática, de forma simultânea e adequada, conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária (FABRETTI, 2005). Como ramo da contabilidade, deve demonstrar a situação do patrimônio e o resultado do exercício de forma clara e precisa, rigorosamente de acordo com conceitos, princípios e normas básicas de contabilidade. É também considerada como o braço da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia a dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais (OLIVEIRA, 1999).

O objetivo da contabilidade tributária é apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética, para, em seguida, atender de forma extracontábil às exigências das legislações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL). A contabilidade tributária determina a *base de cálculo fiscal* para a formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil) para determinação do lucro à disposição dos acionistas, sócios ou titular de forma individual (FABRETTI, 2005).

2.3.2 Contabilidade tributária de hospitais sem fins lucrativos

A imunidade tributária para entidades sem fins lucrativos é disposta pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 150, VI, c, que alcança as entidades de assistência social e de educação sem fins lucrativos. O referido artigo reza:

Art. 150 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

[...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
[...]

O art. 195, § 7º ainda estabelece:

§7 – São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Sendo assim, os entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios) não têm competência legislativa para instituir impostos sobre renda, patrimônio, serviços e contribuições sociais sobre tais entidades de direito privado. Trata-se de imunidade tributária referente a impostos e contribuições sociais (não obstante a Constituição se referir atecnicamente a *isenção* no art. 195, § 7º, o fenômeno em pauta é igualmente a imunidade tributária). Em relação às contribuições sociais das entidades de assistência social e de educação sem fins lucrativos, a imunidade alcança as contribuições sobre receita bruta mensal (PIS e COFINS), sobre folha (Contribuição Previdenciária) e sobre lucro (CSLL), bem como a última contribuição social criada pela Lei Complementar nº 110, de 2001, incidente sobre despedida sem justa causa e sobre a remuneração paga ao empregado (CARVALHO; CASTRO, 2005).

A imunidade em tela é do tipo subjetivo, pois se refere à pessoa específica, no caso, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Diferencia-se, portanto, de imunidades do tipo objetivo, obtidas em razão de determinado objeto que não pode ser tributado como livros, periódicos, jornais e o papel destinado a sua impressão (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 150, VI, d).

Cabe salientar que *sem fins lucrativos* não significa que tais entidades devam sofrer prejuízo em suas atividades. Todo empreendimento, em um sistema capitalista de mercado, deve perseguir o resultado positivo em seu balanço patrimonial, sob pena de ter de encerrar suas atividades. Destarte, qualquer empreendimento, para que possa sobreviver e continuar operando, deve perseguir o superávit nas suas contas. Nesse sentido, não é exigência da Constituição que a imunidade tributária só se aplique às entidades deficitárias, mas, sim, que o lucro auferido não seja distribuído

aos sócios.. Nada impede que tais entidades venham a desempenhar atividade econômica e obtenham lucro, com a condição de que esse lucro apurado seja revertido na promoção de seus objetivos assistenciais (CARVALHO; CASTRO, 2005).

2.3.3 Contabilidade tributária de hospitais filantrópicos

As instituições filantrópicas, para exercerem suas atividades, utilizam concessão de certificado de fins filantrópicos, o qual as torna merecedoras da imunidade tributária sobre seus respectivos patrimônios, rendas ou serviços. Em contrapartida, esse certificado as obriga a destinar 50% de sua capacidade operacional para atendimento ao SUS ou 20% dos atendimentos totais a serviços gratuitos à população.

As instituições que atenderem aos requisitos do certificado de entidades de fins filantrópicos ficam isentas da contribuição a cargo da empresa, destinadas à Seguridade Social, de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados e aos demais que prestem serviços à Instituição desde que comprovadamente promovam, em caráter exclusivo e gratuito, assistência social beneficente às pessoas carentes. Estão isentas também da contribuição ao COFINS em percentual de 2%. Assim, a carga tributária incidente sobre as atividades das instituições hospitalares filantrópicas resume-se ao IPI, ICMS, ISS, fornecimento de água e energia elétrica, dentre outros, referentes aos produtos, materiais e serviços por ela utilizados (PAES, 2000).

Para obter essa certificação, os hospitais devem ceder aproximadamente 50% dos leitos ao SUS, pois, conforme a Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 194, o SUS atende ao conceito de seguridade no setor de saúde. Portanto, as ações de iniciativa pública no campo da saúde estão assentadas no estabelecimento do Sistema Único de Saúde, previsto no art. 198 da Constituição e instituído por meio da Lei Federal n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

O SUS é organizado de forma regionalizada e hierarquizado em níveis crescentes de complexidade. Sua direção é única em cada esfera de governo, sendo exercida

pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde. Portanto, o SUS é de responsabilidade das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O pressuposto desses níveis de responsabilidade é viabilizar e garantir fontes estáveis e suficientes de recursos para o setor de saúde (ANÁLISE SETORIAL, 2000).

Por estarem enquadradas na lei da filantropia, as entidades filantrópicas têm por obrigação divulgar suas demonstrações contábeis, conforme esclarecido a seguir.

2.4 Da apresentação das demonstrações contábeis

Uma das dúvidas mais frequentes dos dirigentes de entidades de interesse social (dentre elas, as fundações, associações e sociedades civis) é quanto à lei aplicável à contabilidade dessas instituições. Nesse aspecto, destaca-se a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que indiscutivelmente é a legislação que deve servir de parâmetro e de referência para a contabilidade das entidades sem fins lucrativos, uma vez que as demonstrações que a Lei n. 9.790/1999 exige das entidades têm suas estruturas estabelecidas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

Essa mesma lei exige e obriga que, no estatuto das referidas entidades, haja a observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) (art. 4º, VII, a), além da elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. O Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999, em seu art. 11, acrescentou a esses demonstrativos a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Todas essas demonstrações são típicas de contabilidade comercial e têm estrutura definida na Lei n. 6.404/1976 e na NBC T 3, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sendo que a Resolução/CFC n. 877/2000 faz adaptações na estrutura desses demonstrativos para o caso específico das fundações de direito privado.

Tanto a mídia como os tribunais têm levantado a questão sobre as entidades beneficentes de assistência social e o direito de usufruir a imunidade constitucional

de impostos e contribuições sociais. Isso tem tornado cada vez mais imprescindível o papel da contabilidade dessas instituições como suporte para que não ocorra o descredenciamento da filantropia. Outro ponto a ser considerado é o de que os colaboradores das entidades filantrópicas devem entender e conhecer o que efetivamente significa filantropia, pois somente assim a contabilidade poderá resgatar e refletir a real aplicação dos gastos com o objetivo de manter a filantropia.

Diante disso, as entidades filantrópicas também foram amparadas pela Lei n.11.638/07 a qual revogou a Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), na qual deverão se adequar em alguns pontos da nova lei, o que será mencionado na seção a seguir.

2.5 Lei n. 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.11.638 que altera e revoga os dispositivos da Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a qual alterou a legislação societária proposta pelo Projeto de Lei n. 3.741/00, que veio com o objetivo de harmonizar as normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Fazem parte dessa harmonização todas as normas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem o objetivo de emitir normas para as companhias abertas de acordo com os padrões internacionais.

Após muitas especulações, a CVM se pronunciou no dia 2 de maio de 2008 com a Instrução CVM n. 469 e dispôs sobre a aplicação da Lei n. 11.638/07. Com esse pronunciamento, que sanou a dúvida de muitos, ficou mais clara a aplicação de tal legislação. A nova legislação trouxe mudanças marcantes. Uma delas é o § 5º do Art. 177, que determina que as normas expedidas pela CVM deverão ser elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Os benefícios de toda essa normatização das normas brasileiras com as normas internacionais já são conhecidos por todos e, diante desse contexto, Braga e Almeida (2008) ressaltam que a Lei n.11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o custo reduzido e uma taxa de riscos menores

para o acesso das empresas brasileiras a capitais externos. Nesse contexto, inserem-se as melhores práticas de governança corporativa, contribuindo para uma maior transparência, aumentando sua exposição ao mercado de um modo geral, afirmam Braga e Almeida (2008).

De acordo com Silva (2006), os benefícios da governança corporativa vão muito além da prestação de informações que facilitam o acompanhamento e a fiscalização dos atos da administração, pois mostram aos acionistas, sejam eles controladores ou investidores, que fornecem informações de qualidade, o que diminui a incerteza do processo de avaliação de risco.

Com a Lei, houve várias mudanças. No entanto, uma das mais importantes foi em relação aos ajustes de avaliação patrimonial, em que diversas reservas foram eliminadas. Braga e Almeida (2008, p. 52) comentam essas eliminações da seguinte forma:

- a) Reserva de capital de prêmio recebido na emissão de debêntures. Entendemos que esse ágio na emissão do título passará a ser apropriado como um ganho de resultado do exercício, pro-rata temporis, pelo prazo da debênture, mediante utilização de taxa efetiva de juros para computar a despesa financeira. [...]
- b) Reservas de capital de doações e reservas de capital de subvenções governamentais para investimentos. Pela nova sistemática essas transações passarão a ser computadas como receita diretamente no resultado do exercício. [...]
- c) Reservas de reavaliação. Foi eliminado o procedimento de reavaliação espontânea dos bens do ativo imobilizado. [...]

Portanto, as entidades filantrópicas também não poderão realizar mais a reavaliação espontânea dos bens do Ativo Imobilizado e demais procedimentos proibidos pela nova lei.

Como se não bastasse, para obter a certificação de entidade filantrópica, os hospitais necessitam oferecer um terço dos leitos existentes no País para o SUS, o que, em certa medida, não é interessante, pois os custos obtidos com cada paciente do SUS são muito maiores que os valores repassados pelo governo federal,

deixando os hospitais com uma situação financeira deficitária e acarretando dívidas em suas estruturas, principalmente no que diz respeito aos encargos trabalhistas.

Dessa forma, o governo federal, com o intuito de regularizar as dívidas trabalhistas em ordenamento legal, criou o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal –, explicado na seção a seguir.

2.6 REFIS – Programa de recuperação fiscal

O REFIS (Programa de Recuperação Fiscal) veio dar continuidade ao segmento do ordenamento jurídico brasileiro que beneficia empresas e organizações que estão com débitos tributários e que poderiam aderir aos programas de parcelamento tributário. Esse programa é regido pela Lei n. 9.964, de 10 de abril de 2000, que estabelece, em seu art. 15, o que se segue.

É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis, desde que a inclusão no referido Programa tenha ocorrido antes do recebimento da denúncia criminal. [...]

§ 3º. Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal.

Portanto, estabeleceu-se que a empresa que aderisse ao parcelamento instituído pela Lei teria suspensa a sua punibilidade até o pagamento completo do débito, ocasião em que seria extinta a sua punibilidade, contanto que sua aderência ocorresse antes do recebimento da denúncia. Nesse contexto, pode-se afirmar que, tanto os pagamentos dos tributos antes do recebimento da denúncia, quanto o pagamento parcelado tinham o mesmo efeito, qual seja: extinguir a punibilidade.

No mesmo ano, a Lei n. 9.983, de 14 de julho, alterou a matéria em relação às contribuições previdenciárias. Revogou o art. 95 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, inserindo as regras do art. 337-A do Código Penal, que resgatou a extinção da

punibilidade somente pelo pagamento antes do início da ação fiscal (art. 2º da Lei n. 4.729/1965).

Essa lei, especificamente, foi ainda mais condescendente, demonstrando uma grave contradição, que deve ser ajustada pelos operadores do Direito. O art. 337-A prevê em seu § 1º:

§ 1º. É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Dessa forma, o agente que, antes do início da ação fiscal, segue o comportamento descrito nesse dispositivo, tem extinguida a sua punibilidade, independentemente do pagamento do tributo sonegado.

Por fim, a Lei n. 10.684, de 30 de maio de 2003, conhecida também por PAES ou REFIS II, institui o seguinte:

Art. 9º. nos art. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos art. 168-A e 337-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

[...]

§ 2º. Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.

Apesar da similaridade entre os artigos, a Lei n. 10.684/2003 suprimiu a expressão “[...] que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento antes do recebimento da denúncia criminal”, ou seja, tirou o limite temporal da possibilidade da aplicação do instituto da extinção de punibilidade. Verifica-se que antes ficava clara a delimitação da aplicação até o momento do recebimento da denúncia; já a nova redação leva ao entendimento de que não há mais qualquer limitação, operando-se a extinção de punibilidade a qualquer tempo, ainda que em andamento da ação judicial.

2.6 Rotinas trabalhistas em hospitais

2.6.1 Contrato de trabalho

O contrato de trabalho é denominação usada para determinar a relação entre empregado e empregador, configurando-se, ainda, como o núcleo do direito do trabalho. A respeito da importância do contrato individual de trabalho, aduzem Moraes Filho e Moraes (2003).

O contrato individual de trabalho constitui o núcleo central do direito do trabalho, como realização prática e concreta de suas disposições tutelares. Como acontece em qualquer outro ramo jurídico, é através desta relação concreta que se desencadeia a aplicação das normas do direito do trabalho. Representa ele, o negócio jurídico certo na vida do trabalhador.

O art. 442 da CLT dispõe que o contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego. O contrato individual de trabalho, segundo preceitua Carrion (2003), constitui um negócio e, portanto, deve obedecer a todos os requisitos dos elementos contratuais do direito comum, porém adaptados ao direito do trabalho. Na doutrina de Magano (2003), “[...] contrato de trabalho é o negócio jurídico pelo qual uma pessoa física se obriga, mediante remuneração, a prestar serviços, não eventuais, a outra pessoa ou entidade, sob a direção de qualquer das últimas”.

Impende, ainda, trazer o pensamento de Delgado (1999), assim lançado:

[...] define-se o contrato de trabalho como um negócio jurídico expresso ou tácito mediante o qual uma pessoa natural obriga-se perante pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado a uma prestação pessoal, não eventual, subordinada ou onerosa de serviços.

Assim, partindo-se do fato de que os contratantes, ao manifestarem suas vontades, sejam elas de forma recíproca ou individual, assumem uma obrigação de dar, fazer ou não fazer algo, no contrato individual de trabalho surge, entre os contratantes, uma relação de emprego (JORGE NETO; CAVALCANTI, 1999).

Por ser uma espécie de negócio jurídico, o contrato de trabalho deve respeitar os requisitos contidos no art. 104, do Código Civil, para que seja válido: “[...] [a] validade do negócio jurídico requer: I – agente capaz; II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III – forma prescrita ou não defesa em lei”.

O negócio jurídico pode ser conceituado como a declaração de vontade da pessoa para adquirir, modificar, alterar ou extinguir uma relação jurídica (MARTINS, 2007). Para a sua validade, entretanto, requer que haja cada um dos requisitos contidos no artigo supracitado. Primeiramente, o requisito relativo ao agente capaz diz respeito à capacidade do empregado de contratar, ou seja, deve ter aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações.

A considerar a relação jurídica existente via contrato de trabalho, passa-se agora à análise dos encargos incidentes na folha de pagamento dos hospitais filantrópicos.

2.6.2 Folha de pagamento em hospitais

O uso da folha de pagamento é obrigatório para o empregador, conforme preceitua a Lei n. 8.212/1991, em seu art. 32, inciso I, da Consolidação da Legislação Previdenciária (CLP). Ela pode ser feita a mão (manuscrita) ou por meio de processos mecânicos ou eletrônicos. Nela são registrados mensalmente todos os proventos e descontos dos empregados.

A folha de pagamento deve ficar à disposição da fiscalização e das auditorias interna e externa. Deve oferecer as informações necessárias sobre os gastos com pessoal, encargos trabalhistas e outras informações relevantes sobre cada empregado.

Segundo Gomes (2005), a folha de pagamento divide-se em duas partes distintas: *proventos e descontos*. Apontam-se, nos quadro 1 e quadro 2, respectivamente, os proventos e descontos sobre a folha de pagamento.

Quadro1 – Proventos sobre a folha de pagamento

PROVENTOS
Salário
Horas extras e o RSR (Repouso Semanal Remunerado)
Comissões e o RSR
Diárias de viagem, quando exceder 50% do salário do empregado
Ajuda de custo
Adicional de insalubridade
Adicional de periculosidade
Adicional de transferência
Adicional noturno
Gorjetas
Prêmios
Alimentação (fora do programa do PAT)
Habitação, ou outras prestações “ <i>in natura</i> ” que a empresa, por força de contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado
Salário-família

Fonte - GOMES, 2005, p. 96.

Quadro2 – Descontos sobre a folha de pagamento

DESCONTOS
Quota de previdência (NSS)
Imposto de Renda (IR)
Contribuição sindical
Adiantamentos
Seguro de Trabalho
Faltas e atrasos
Vale-transporte

Fonte -GOMES, 2005, p. 96.

Neste trabalho, evidenciam-se apenas alguns itens mais importantes da folha de pagamento. Esses itens estão descritos nas subseções a seguir.

2.6.2.1 Proventos

2.6.2.1.1 Salário

Segundo Oliveira (2002, p. 66), “[...] salário é a contraprestação devida e paga diretamente pelo empregador a todo empregado”. Para Elizeu (2005, p. 96) “[...] salário é a retribuição dos serviços prestados pelo empregado, por força do contrato de trabalho, sendo devido e pago diretamente pelo empregador que deles se utiliza para realização dos fins determinados pela empresa”. Já a Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), em seu art. 457, define salário como remuneração do empregado paga como contraprestação pelo serviço prestado, conforme transcrito a seguir:

Art. 457 – Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

O salário pode ser pago mensal, quinzenal, semanal ou diariamente, por peça ou tarefa. O salário nunca pode ser inferior ao salário mínimo. Integram o salário, não somente a importância fixa e estipulada entre as partes, mas também as comissões, gorjetas, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem que excederem 50% do salário percebido pelo empregado e abonos pagos pelo empregador.

O pagamento do salário, independentemente da modalidade de trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagem e gratificações. Quando se estabelece que o pagamento seja mensal, deve-se efetuar-lo o mais tardar até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme dispõe o art. 459, §1º, da CLT alterado pelo art. 1º da Lei n. 7.855, de 24 de outubro de 1989.

2.6.2.1.2 Adicional de insalubridade

O adicional de insalubridade é concedido ao empregado que está exposto a fatores externos que, de certa forma, podem prejudicar a sua saúde. A esse respeito, Gomes (2005, p. 101) destaca que

[...] o exercício de atividades acima dos limites de tolerância a ruídos, radiações ionizantes e não ionizantes, ao trabalho sob pressão e descompressão, aos agentes químicos e biológicos estabelecidos na legislação concernente à Segurança e a Medicina do Trabalho, que exponha os empregados a agentes nocivos a sua saúde, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de Insalubridade, incidente sobre o salário mínimo.

Entende-se que a base para incidência do adicional de insalubridade é o salário-mínimo. De acordo com o grau de exposição à saúde do empregado, o percentual incidente sobre o salário-mínimo pode variar como se vê abaixo.

- 10% para insalubridade de grau mínimo;
- 20% para insalubridade de grau médio; e
- 40% para insalubridade de grau máximo.

A Resolução n. 121 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 28 de outubro de 2003, descreve que

[...] o Adicional de Insalubridade devido ao empregado que, por força da lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado.

Portanto, o adicional de Insalubridade devido ao empregado será sobre o salário do empregado, conforme convenção coletiva ou mesmo lei que regulamenta o assunto.

2.6.2.1.3 Adicional de periculosidade

O adicional de periculosidade é concedido a todo empregado que exerce atividade em condições de perigo, ou seja, trabalho que, por sua natureza, expõe o empregado a situações de risco. O adicional de periculosidade é definido por Gomes (2005, p. 103) da seguinte forma.:

Quando os empregados exercerem suas atividades em condições de periculosidade, assim consideradas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos ou energia, sujeitam-se a risco acentuado.

Os empregados têm direito ao recebimento de um adicional de 30% incidente sobre o salário básico, excluídos os demais adicionais, como horas extras, Repouso Semanal Remunerado (RSR), adicional noturno, adicional de insalubridade, gratificações, prêmios e outros adicionais. Em outras palavras, o percentual deve incidir sobre o salário contratual do empregado excluídos os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa, bem como outros adicionais.

2.6.2.1.4 Horas extras

Segundo Gomes (2012), o art. 59 da CLT estabelece que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares (extras) em números não excedentes a duas, mediante acordo escrito entre o empregador e o empregado ou mediante contrato coletivo de trabalho. A hora extra tem valor, no mínimo, 50% superior ao da hora normal.

O art. 59, § 4º, da CLT estabelece que os empregados sob o regime de tempo parcial não podem prestar horas extras. Além disso, não são descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observando o limite máximo de dez minutos diários (art. 58, § 1º da CLT).

Nas atividades insalubres e perigosas, qualquer prorrogação só pode ser acordada mediante licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho. Para tal, essa autoridade procede aos exames locais necessários e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de atividade sanitárias federais, estaduais e municipais (GOMES, 2012).

A duração das horas extras pode exceder o limite legal ou convencionado em caso de prorrogação por motivo de força maior, conclusão ou realização de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos inestimáveis (GOMES, 2012 93). O excesso, nesse caso, pode ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deve ser comunicado, dentro de dez dias, à autoridade competente em matéria de trabalho.

Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não pode ser inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso, a remuneração deve ser, pelo menos, 50% superior à da hora normal e o trabalho não pode exceder a 12 horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

Sempre que ocorrer interrupção do trabalho resultante de causas acidentais ou de força maior que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do

trabalho pode ser prorrogada até o máximo de duas horas durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda dez horas diárias, em período não superior a 45 dias por ano, sujeita essa recuperação à autorização prévia da autoridade competente (GOMES, 2012).

2.6.2.2 Descontos

2.6.2.2.1 Quota de previdência (INSS)

A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte quando ele perde a capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário ou mesmo por maternidade e reclusão, conforme dispõe o Ministério da Previdência Social (INSS, 2013).

A missão da Previdência Social é garantir proteção ao trabalhador e a sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável. O objetivo é promover o bem-estar social. A visão é ser reconhecida como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade dos regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento (MPS).

O desconto do segurado empregado, inclusive o doméstico e o avulso, segurados obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2005, em detrimento do aumento do teto máximo o INSS, são os apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Alíquota do INSS

Até 1.247,00	8,00%
De 1.247,01 a 2.079,50	9,00%
De 2.079,51 a 4.159,00	11,00%

Fonte – MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIASOCIAL
Portaria Interministerial MPS/MF n.15, de janeiro de 2013.

Cabe lembrar que o teto máximo do salário de contribuição é tão somente para os empregados e trabalhadores avulsos. O empregador recolherá a parte patronal (20%) sobre o total pago na folha de pagamento sem teto máximo (GOMES, 2005).

2.6.2.2.2 Imposto de renda (IR)

Imposto é uma espécie de tributo definido no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN). Nas palavras de Machado (2003, p. 251), “[...] o que confere especificidade ao imposto é ser seu fato gerador uma situação alheia ao agir do Estado. Uma situação que concerne ao contribuinte, um fato signo presuntivo de capacidade contributiva deste”.

Palhares citando Moraes, traz o seguinte conceito.

O imposto é uma espécie de tributo (prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, com base no poder fiscal do Estado, que não constitua sanção de ato ilícito), que tem como fato gerador da respectiva obrigação um pressuposto de fato alheio a uma atividade estatal dirigida ao contribuinte. A receita dele proveniente é derivada e compulsória.

Segundo Machado (2003), o tributo pode ter como fato gerador uma atuação específica do Estado em relação ao contribuinte ou, então, uma situação independente de qualquer ato daquele perante este. O autor classifica os tributos em vinculados isto é, taxas e contribuições de melhoria) e não vinculados, ou seja, os impostos, conforme preleciona a doutrina brasileira (MACHADO, 2003).

Consoante esse entendimento, extrai-se da obra coletiva coordenada por Freitas (2007) que o fator gerador do imposto “[...] é uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relacionada com o contribuinte, indicando a não vinculação da receita”. A razão disso é que o imposto tem caráter geral, não trazendo benefício específico para o contribuinte. Os autores asseveram que essa é a característica mais marcante do tributo de que se cuida: o fato de não gerar benefício específico ou vinculação orçamentária.

Baleeiro (2006, *apud* Paulsen, 2005, p. 576), acerca do tema, faz a seguinte análise.

A nosso ver, imposto é a prestação de dinheiro que, para fins de interesse coletivo, uma pessoa jurídica de Direito Público, por lei, exige coativamente de quantos lhe estão sujeitos e têm capacidade contributiva, sem que lhes assegure qualquer vantagem ou serviço específico em retribuição desse pagamento.

Conforme tenham por finalidade principal servirem de instrumento para políticas sociais ou econômicas ou proporcionar recursos financeiros ao Estado, os impostos podem ser classificados em fiscais, em que o Estado arrecada verbas necessárias para sua manutenção, e extrafiscais, que servem de intervenção nas atividades privadas, especialmente a atividade econômica, com o intuito de estimular ou desestimular aquilo que lhe é conveniente. No caso específico do Imposto de Renda (IR), o cálculo de quanto o contribuinte tem de pagar é determinado por faixas de rendimentos.

Em 2013, a faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física para os ganhos de 2012 não passou de R\$ 1.637,11 por mês. Na tabela 2 estão apresentadas as alíquotas para a base de cálculo da declaração do IR 2013, ano-base 2012:

Tabela 2 – Alíquota do IR (Total no Ano)

Base de cálculo				Alíquota	Parcela a deduzir
em R\$				(%)	do imposto R\$
Até	19.645,32			zero	zero
De	19.645,33	até	29.442,00	7,5	1.473,40
De	29.442,01	até	39.256,56	15	3.681,55
De	39.256,57	até	49.051,80	22,5	6.625,79
	Acima de		49.051,80	27,5	9.078,38

Fonte – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013

O mesmo mecanismo também é usado para os descontos mensais nos rendimentos dos cidadãos, como se pode ver na tabela 3

Tabela 3 – Alíquota do IR (Total no Mês)

Base de cálculo em R\$		Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto R\$
Até	1.637,11	zero	zero
De	1.637,12 até 2.453,50	7,5	122,78
De	2.453,51 até 3.271,38	15	306,80
De	3.271,39 até 4.087,55	22,5	552,15
Acima de 4.087,55		27,5	756,53

Fonte – RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013

Segundo Oliveira (1999), a tributação de Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho assalariado pago incide sobre: salários, ordenados, soldos, soldadas, subsídios, honorários, adicionais, vantagens, extraordinários, suplementação, abono, bonificações, gorjetas, gratificações, 13º salário, participações, percentagens, prêmios, cotas-partes em multas ou receitas, comissões, corretagens, vantagens por transferência de local de trabalho, verbas de representações e outros rendimentos admitidos em lei pela Receita Federal.

2.6.2.2.3 Contribuição sindical

Os empregadores estão obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados associados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificado, salvo quanto à contribuição sindical, cujo desconto independe dessa formalidade (OLIVEIRA, 2002). São também obrigados a descontar, na folha de pagamento do mês de março de cada ano, a contribuição sindical de um dia de trabalho de todos os empregados, independentemente da forma da referida remuneração (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Oliveira (2002,), considera-se um dia de trabalho:

- a) uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo; e
- b) 1/30 da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

Quando o salário é pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receber, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponde a 1/30 da importância que tiver servido de base, nos meses de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social (OLIVEIRA, 2002).

O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos é efetuado no mês de abril de cada ano aos seus respectivos sindicatos. O recolhimento obedece ao sistema de guias, de acordo com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho (OLIVEIRA, 2002).

2.6.2.2.4 Adiantamentos

A maioria das empresas mensalistas faz no 15º ou 20º dia de trabalho um adiantamento (vale) do salário a seus empregados. As empresas que realizam o pagamento aos seus empregados via conta bancária no 15º dia fazem o depósito referente ao adiantamento na conta corrente de cada empregado. Geralmente são permitidos adiantamentos de até 50% do salário. É vedado ao empregador fazer qualquer outro tipo de desconto, salvo quando este resultar de dispositivos de lei ou convenção coletiva (OLIVEIRA, 2002).

Uma vez apresentado o arcabouço teórico do estudo, passa-se, na seção a seguir, para a metodologia adotada para a realização da pesquisa em tela.

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve o método e as técnicas utilizadas para a obtenção do resultado do presente estudo. Com relação à metodologia e ao método, Martins e Theóphilo (2009, p. 37) destacam que

[...] o objetivo da metodologia é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Por sua vez, método (do grego *méthodos*) é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo. A metodologia é equiparada a uma preocupação instrumental: a ciência busca captar a realidade; a metodologia trata de como isso pode ser alcançado.

3.1 Taxonomia

Este estudo adotou o método indutivo que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 86) “[...] é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Mais especificamente, este estudo foi realizado mediante observação de dados secundários, suficientemente constados, obtidos por intermédio do Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis (NEGEC) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e das demonstrações financeiras dos hospitais filantrópicos, com intuito de inferir uma verdade geral ou universal sobre os dados analisados.

Ainda, conforme Marconi e Lakatos (2010), o método indutivo parte do pressuposto de que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão é provavelmente, mas não necessariamente, verdadeira. Nesse diapasão, o estudo partiu do pressuposto de que se obtém um resultado verdadeiro por meio da análise das demonstrações financeiras de hospitais filantrópicos., Devido, porém, à limitação de informação nessas demonstrações, não há garantias de que a conclusão do presente estudo seja necessariamente verdadeira.

Em relação à abordagem metodológica, utilizou-se a abordagem positivista. O positivismo, de acordo com Bicudo (1994, p. 16),

[...] concebe a ciência como um corpo de conhecimentos formado por proposições cientificamente comprovadas, interconectadas segundo os parâmetros aceitos pela lógica. Esse corpo de conhecimentos orienta a formulação de problemas a serem pesquisados e os procedimentos a serem perseguidos para tratá-los.

Assim, o presente estudo procurou legitimar as informações contidas em uma base de dados secundários por meio de análise de leis e explicações gerais, bem como métodos contábeis, a fim de estabelecer uma conclusão sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, concorda-se com Cupani (1984, p. 89) quando, a propósito do debate sobre a validade do positivismo, diz que “[...] a resolução da questão [...] deverá ser alcançada pelos próprios pesquisadores, refletindo sobre o sentido de sua atividade”.

No que diz respeito à classificação, a pesquisa é do tipo exploratória, tendo em vista ser o assunto em estudo ainda pouco conhecido. Por meio de estudo exploratório, busca-se mais conhecimento sobre determinado assunto, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Andrade (2002), ao se referir às pesquisas exploratórias, ressalta algumas finalidades primordiais como: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de informe que sobre o assunto.

Quanto aos procedimentos técnicos, primeiro foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a legislação que rege a filantropia e sobre os encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A pesquisa bibliográfica é importante, segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 54), pelo seguinte:

[...] trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sítes*, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo.

Em seguida, adotou-se o método de análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p. 39),

[...] a análise de conteúdo como conjunto de técnicas se vale da comunicação como ponto de partida. Diferente de outras técnicas como a estocagem ou indexação de informações, crítica literária, é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a produção de inferências. O ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.

A análise de conteúdo se pautou nos dados secundários provenientes das demonstrações financeiras de hospitais filantrópicos e na base de dados do NEGEC.

Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa é quantitativa, tendo em vista que o estudo teve como objetivo investigar a complexidade de determinado problema e, por meio dessa análise, emitir um relatório com interpretação e conclusão com o auxílio de tabelas de percentuais, números e gráficos.

3.2 População e amostra

A pesquisa se baseou nas demonstrações financeiras de três hospitais filantrópicos do Brasil, demonstrações essas disponíveis na base de dados do NEGEC e nos relatórios anuais de cada entidade. Optou-se por escolher aleatoriamente três hospitais filantrópicos, porém em diferentes regiões do Brasil, quais sejam: Belo Horizonte/MG (Sudeste), Porto Alegre (Sul) e Maceió/AL (Nordeste). No entanto, considerou-se o mesmo tipo de entidade filantrópica, ou seja, as Santas Casas de Misericórdias.

3.3 Coleta de dados

Os dados obtidos foram analisados e serviram de base para uso de técnicas contábeis para verificar se os gastos com pessoal e encargos sociais em hospitais filantrópicos estão sendo recolhidos corretamente e para medir o desempenho financeiro das entidades.

3.4 Análise dos dados

Para realização do presente estudo foram utilizados os indicadores de endividamento, de liquidez, de eficiência de ativos, bem como índices de análises verticais e horizontais e de lucratividade das entidades filantrópicas.

3.5 Restrições e limitações da pesquisa

Uma vez que o objeto deste estudo é analisar as demonstrações financeiras no que se refere aos gastos com pessoal e encargos sociais em hospitais filantrópicos, entende-se que, nessas demonstrações, podem não estar evidenciadas todas as informações necessárias para uma avaliação mais criteriosa do estudo. É importante esclarecer que a análise foi efetuada com base na visão de um usuário externo, com restrições e limitações de informações. Sendo assim, é possível que o resultado apresentado constitua apenas um indício, mas não uma realidade concreta.

4 ANÁLISE, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 Introdução

Como já foi apontado na seção 3, o presente estudo teve como base as demonstrações financeiras de três hospitais filantrópicos do Brasil em diferentes regiões, quais sejam, Sul, Sudeste e Nordeste. Os dados foram disponibilizados pelo NEGEC da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Este capítulo traz a análise, apresentação e interpretação dos dados obtidos via Relatórios Anuais de cada entidade filantrópica dos períodos compreendidos entre 2006 a 2012, bem os dados obtidos por meio do NEGEC. Na seção 4.1 será mostrada uma análise, apresentação e interpretação dos dados da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte(MG), na Seção 4.2 da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS) e, na seção 4.3, da Santa Casa de Misericórdia de Maceió(AL).

4.2 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte/MG

A história da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte permeia a da Capital de Minas Gerais. Em 17 de dezembro de 1893, o Congresso Mineiro promulgou a lei que autorizava a mudança da sede do Governo de Ouro Preto para Curral Del-Rei, por ter se tornado especialmente atrativa para o desenvolvimento do estado. O então governador de Minas Gerais, Afonso Pena, obrigou-se a promover, no prazo de quatro anos, a implantação da cidade e a transferência do governo. No dia 12 de dezembro de 1897, inaugurou-se Belo Horizonte, como capital, com considerável número de pequenas indústrias já implantadas (BELO HORIZONTE, 2007).

No dia 21 de maio de 1899, em reunião presidida pelo Dr. Hermilo Alves e secretariada por Emygdio Germano e Affonso Moreira da Silva, deu-se início ao projeto de construção de um hospital filantrópico em Belo Horizonte, a Santa Casa. Todos os aspectos foram examinados e resolvidos nos mínimos detalhes. Assim ficou decidido que as despesas até a constituição da entidade correriam por conta dos cavalheiros presentes (BELO HORIZONTE, 2007).

No dia 10 de setembro de 1900, o prefeito da cidade de Belo Horizonte(MG), Bernardo Pinto Monteiro, atribuiu à Santa Casa os serviços funerários da cidade. Em mais de um século de existência, o Serviço Funerário da Santa Casa de Belo Horizonte procura sempre propiciar atendimento digno aos mortos e assistência humanizada a seus familiares (BELO HORIZONTE, 2007).

- Análise de Infraestrutura (Ativo Permanente)

As Demonstrações Financeiras da Organização mostraram que a entidade realizou investimentos em infraestrutura no decorrer dos sete anos analisado neste estudo. Para comprovar o grau de investimento em infraestrutura, analisou-se comparativamente o grau de comprometimento dos investimentos sobre o *Ativo Total* e sua respectiva evolução no período em análise. A tabela 4 e tabela 5 mostram, respectivamente, o comparativo das Análises Verticais (A.V.) e Análises Horizontais (A.H.) das contas do *Ativo Permanente* da Organização filantrópica.

Tabela 4 – Ativo Permanente (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PERMANENTE	89,35	84,91	78,84	81,50	82,58	86,22	85,09
Investimentos	1,15	0,90	3,20	3,49	4,36	4,44	4,69
Imobilizado	87,27	81,18	72,10	75,16	76,20	81,78	80,40
Intangível	0,92	2,83	3,53	2,85	2,02	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 5 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO TOTAL	247,09	157,89	94,70	94,16	94,33	99,32	100,00
PERMANENTE	259,44	157,55	87,74	90,19	91,54	100,63	100,00

Investimentos	60,81	30,43	64,67	70,18	87,72	93,97	100,00
Imobilizado	268,18	159,41	84,92	88,02	89,02	101,02	100,00
Intangível	-	-	-	-	-	-	-

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Em relação à conta de *Investimentos*, verificou-se que houve uma redução de participação do *Ativo Total* no decorrer dos anos. Os menores índices foram registrados nos dois últimos anos, quais sejam, 2012 (1,15%) e 2011 (0,90%). A referida conta também sofreu uma redução no decorrer do tempo, em comparação ao ano base de 2006. Em 2011, a conta teve o menor índice de investimentos, 30,43% e, em 2012, o segundo menor índice de investimentos, 60,81%.

Em se tratando da conta de *Imobilizado*, houve uma redução de participação do *Ativo Total* entre 2008 e 2010, mas um aumento nos anos de 2011 e 2012, nos quais foram registrados os maiores índices, respectivamente 87,27% e 81,18%. Verificou-se que a conta teve uma redução de *Imobilizado* entre 2008 e 2010, em comparação ao ano base de 2006; porém, retomou o aumento de imobilizado em 2012 (268,18%) e 2011 (159,41%).

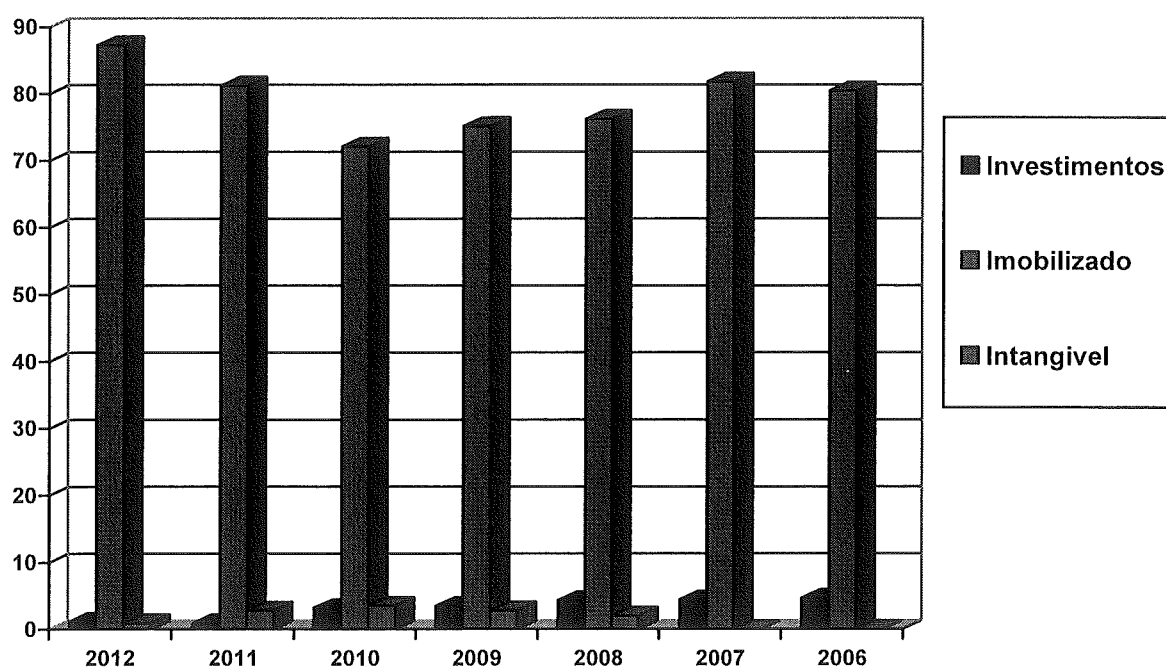
No que diz respeito à conta de *Intangível*, observou-se um aumento de participação do *Ativo Total* entre 2007 e 2011, seguido de uma redução substancial em 2012. Para essa conta, não foi possível efetuar a análise horizontal tendo como base o ano de 2006, haja vista que, em 2006, a Organização não tinha saldo do Intangível; porém, verificou-se que houve um crescimento de percentual de participação sobre o *Total do Ativo*, já demonstrado anteriormente.

Por fim, analisando a conta do *Ativo Permanente* como um todo, notaram-se pequenas variações do seu comprometimento sobre o *Total do Ativo* no decorrer dos anos. O maior índice apresentado foi em 2012, de 89,35%. Verificou-se ainda que essa conta teve uma redução, entre 2008 e 2010, em comparação ao ano base de 2006, mas retomou o aumento de *Imobilizado* em 2012 (259,44%) e em 2011 (157,55%).

Verifica-se que na evolução do *Ativo Permanente* efetuada pela análise horizontal, houve uma redução durante o decorrer do tempo. Grande parte dessa redução foi em função da Lei n. 11.638/07 no qual alterou vários pontos relativos ao imobilizado da entidades que fazem parte das sociedades anônimas, bem como das entidade filantrópicas que se enquadram nessas lei.

Apresenta-se a seguir o gráfico 1 para uma melhor análise da representatividade de cada conta sobre o *Total do Ativo* (análise vertical).

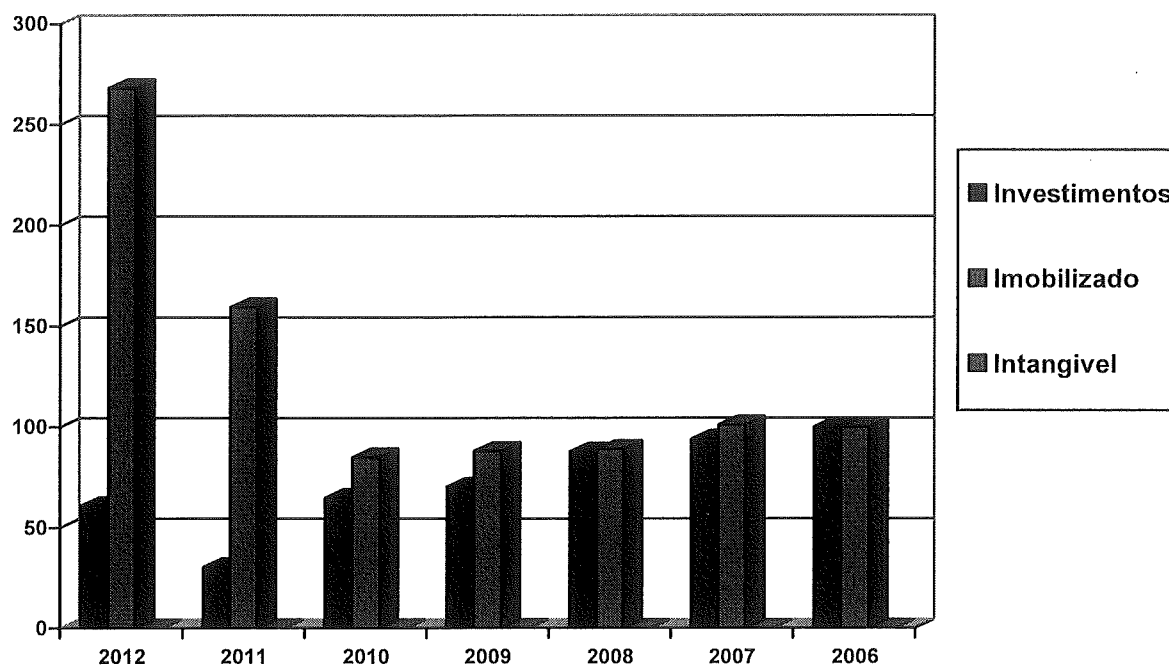
Gráfico 1 – Ativo Permanente (Análise Vertical)



Fonte – Elaborado pelo autor da monografia

O gráfico 2 ilustra a análise da evolução de cada conta nos últimos sete anos (análise horizontal).

Gráfico 2 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborado pelo autor da monografia

- Análise da evolução da receita

As Demonstrações Financeiras da Organização filantrópica também subsidiaram uma análise da evolução da *Receita Operacional Bruta*. Obtiveram-se os índices a seguir.

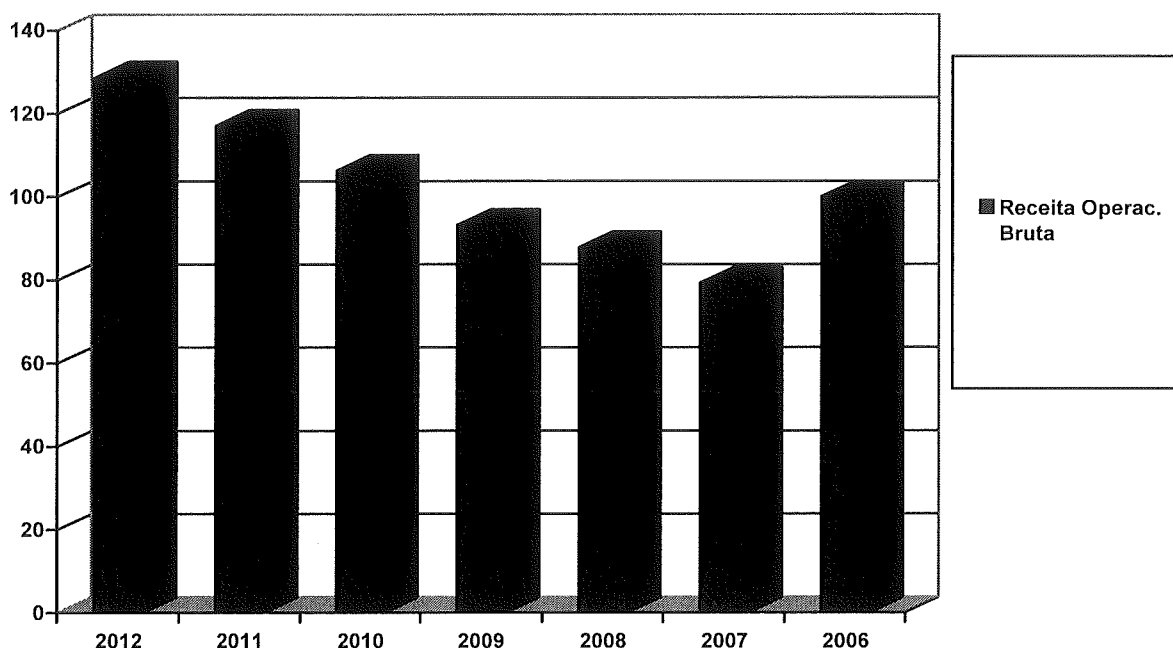
Tabela 6 – Receita Bruta Operacional (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	128,59	117,03	106,26	93,15	87,80	79,33	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Como mostra a tabela 6, a conta de *Receita Operacional Bruta* aumentou no decorrer dos anos, em comparação ao ano base de 2006, apresentando o maior índice em 2012 (128,59%) e 2011 (117,03%). Para uma melhor análise da representatividade de cada conta sobre o *Total do Ativo* (análise vertical), segue o gráfico 3.

Gráfico 3 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborado pelo autor da monografia

- Análise das contas dos encargos trabalhistas

Foram realizadas análises vertical e horizontal de todas as contas do Balanço Patrimonial da Instituição filantrópica sob escrutínio. Apresenta-se a seguir, na tabela 7 e tabela 8 uma síntese das contas relacionadas com o objeto de estudo, ou seja, contas que envolvem transações específicas de pessoal/funcionários e encargos sobre a folha de pagamento.

Tabela 7 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	64,03	104,54	155,48	164,08	158,99	139,03	152,53
Obrigações com Pessoal	3,29	4,83	7,11	6,98	6,07	5,03	5,45
Impostos e Contribuições	40,02	56,86	85,75	99,94	93,21	79,35	72,36

Processos Trabalhistas	1,74	2,13	2,66	2,14	2,44	2,29	4,44
NÃO CIRCULANTE	29,14	35,28	55,76	45,07	38,23	40,91	35,56
Impostos e Contribuições	6,15	11,47	21,88	2,19	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas	9,66	7,42	6,19	10,47	9,50	12,36	9,56

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 8 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
PASSIVO TOTAL	247,09	157,89	94,70	94,16	94,33	99,32	100,00
CIRCULANTE	103,72	108,20	96,53	101,29	98,32	90,53	100,00
Obrigações com Pessoal	149,39	139,90	123,61	120,67	105,10	91,71	100,00
Impostos e Contribuições	136,64	124,05	112,21	130,04	121,50	108,91	100,00
Processos Trabalhistas	96,71	75,83	56,82	45,46	51,79	51,27	100,00
NÃO CIRCULANTE	202,47	156,66	148,51	119,36	101,42	114,28	100,00
Impostos e Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas	249,62	122,50	61,27	103,08	93,72	128,39	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Obrigações com Pessoal (PC)

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Obrigações com Pessoal*, do Passivo Circulante, teve uma representatividade de 3,29% a 7,11% sobre o *Total do Passivo*

Porém, em 2012 e 2011, o índice de representatividade se reduziu em relação aos anos anteriores, apresentando 3,29% e 4,83% respectivamente.

Pela análise horizontal, observou-se que a conta *Obrigação com Pessoal*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento maior do que as demais contas analisadas de obrigações trabalhistas, no decorrer dos anos. Em 2012 e 2011, essa conta atingiu o maior índice de crescimento, apresentando: 149,39% e 139,80% respectivamente.

Apesar do crescimento dessa conta nos sete anos analisados, observou-se que essa conta teve uma redução de sua representatividade sobre o *Total do Passivo*.

- Impostos e Contribuições (PC)

A conta *Impostos e Contribuições* do *Passivo Circulante* teve uma representatividade de 40,02% a 99,94% sobre o *Total do Passivo*., Em 2012 e 2011, porém, o índice de representatividade reduziu em relação aos anos anteriores, caindo para 40,02% e 55,85% respectivamente.

Cabe ressaltar que essa conta é, pela análise vertical, considerada a mais importante e mais representativa do *Passivo Circulante*. No entanto, é importante esclarecer que essa conta, além de conter o provisionamento das contribuições sociais sobre a folha de pagamentos, também contém o provisionamento dos impostos incidentes sobre a atividade operacional da Instituição, ou seja, existem duas contas analíticas dentro de uma conta sintética.

Cabe aqui uma crítica ao plano de contas da Instituição filantrópica em tela: a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. A junção das contas não permite que os usuários externos das informações realizem uma análise exclusiva da representatividade dos encargos de contribuições sociais sobre a folha de pagamento em relação ao *Passivo Total* da Instituição, objeto de estudo deste trabalho.

Somente a partir de 2009, foi possível segregar as informações com encargos trabalhistas, tendo em vista que a Organização separou as contas analíticas por meio das notas explicativas, informando qual o valor da provisão dos encargos sociais sobre a folha de pagamento: o INSS e o FGTS. Na nota explicativa de 2009, a Instituição filantrópica informou separadamente o valor da provisão dos encargos sociais sobre a folha de pagamento de 2009, 2008 e 2007, não informou, porém, do ano de 2006, restando prejudicada a análise dos encargos de INSS e FGTS de 2006.

Sendo assim, considerando as informações extraídas nas notas explicativas, foi possível realizar uma análise vertical dos encargos trabalhista da Instituição filantrópica, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 9 – FGTS e INSS da Conta Impostos e Contribuições (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	64,03	104,54	155,48	164,08	158,99	139,03
FGTS	17,67	25,10	37,46	33,96	31,14	25,27
INSS	0,54	11,13	21,30	23,16	19,95	17,82

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *FGTS* teve uma representatividade de 17,67% a 37,46% sobre o *Total do Passivo*. Nos últimos dois anos inclusos na análise, o índice de representatividade se reduziu em relação aos anos anteriores, limitando-se a 17,67% e 25,10% respectivamente.

Já a conta *INSS* teve uma representatividade de 0,54% a 23,16% sobre o *Total do Passivo*. Em 2012 e 2011, o índice de representatividade se reduziu em relação aos anos anteriores, ficando em 0,54% e 11,13% respectivamente.

Confrontando o *FGTS* e o *INSS* com a conta *Obrigação com Pessoal*, identificou-se que houve o mesmo comportamento de representatividade em relação ao *Total do Passivo*. Em comparação ao ano base de 2006, a conta sofreu uma redução nos anos de 2007 e 2008, houve um aumento em 2009 e 2010 e, por fim, houve nova redução em 2011 e 2012.

Cabe ressaltar que houve uma redução drástica da conta do *INSS* em 2012, que então teve 0,54% de representatividade do Passivo Total. Há indícios de que houve um provisionamento a menor.

Conforme Nota Explicativa 18 do Balanço de 2007, a entidade filantrópica, nesse mesmo ano, aderiu à Lei n. 11.345/2006 – denominada *Timemania* –, regulamentada em agosto de 2007 pelo Decreto n. 6.187. Essa adesão possibilitou à entidade consolidar e enquadrar, em instrumento legal apropriado, todas as dívidas com *FGTS* e *INSS* e parte das dívidas com a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional até agosto de 2007.

Em 2009, a entidade filantrópica aderiu à Lei n. 11.941/2009, conhecida como *REFIS II*, que possibilita à entidade consolidar e enquadrar, em instrumento legal apropriado, todas as dívidas remanescentes após a adesão da Lei n. 11.345/2006 com *FGTS* e *INSS* e parte das dívidas com a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional até agosto de 2008.

- Processos Trabalhistas (PC)

Pela análise vertical, a conta *Processos Trabalhistas*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 1,74% a 4,44% sobre o *Total do Passivo*. Nos últimos dois anos da análise, 2012 e 2011, o índice de representatividade reduziu-se em relação aos anos anteriores, ficando com 1,74% e 2,13% respectivamente.

Pela análise horizontal, a conta *Processos Trabalhistas*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento maior no decorrer dos anos. Em 2012 e 2011, atingiu os maiores índices de crescimento, com 96,71% e 75,83% respectivamente.

- Impostos e Contribuições (PNC)

Pela análise vertical da conta *Impostos e Contribuições*, do *Passivo Não Circulante*, destinado ao próximo exercício social, observou-se que não houve provisionamento em 2006, 2007 e 2008; porém, em 2010, foi registrado o maior valor de representatividade em relação ao Passivo Total, qual seja, 21,88%. Não há comentários a respeito desses provisionamentos nas notas explicativas. Além disso, não foi possível realizar a análise horizontal, tendo em vista que o ano base de 2006 para efeito comparativo, não tinha a conta *Impostos e Contribuições* no Passivo Não Circulante.

- Provisões Cíveis e Trabalhistas (PNC)

Pela análise vertical, a conta "Provisões Cíveis e Trabalhistas do *Passivo Não Circulante* teve uma representatividade de 6,19% a 12,36% sobre o Total do Passivo. A conta de 2012 teve um aumento em relação à de 2011, mas os maiores índices de representatividade foram registrados em 2008 e 2007.

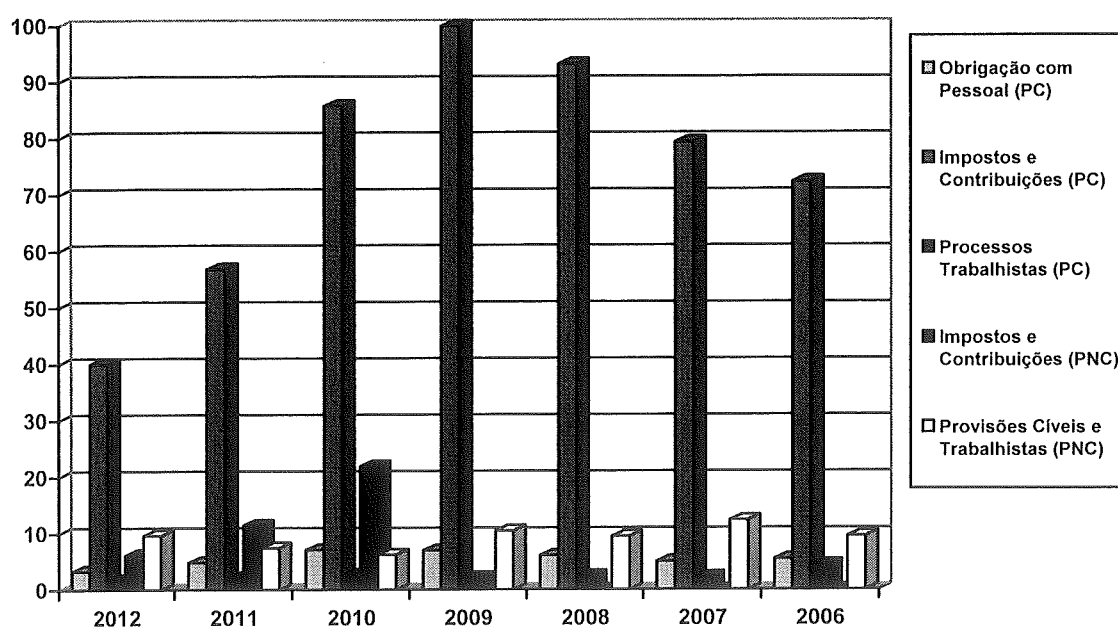
Pela análise horizontal, a conta *Provisões Cíveis e Trabalhistas do Passivo Não Circulante* teve um crescimento maior em relação às demais contas de encargos trabalhistas no decorrer dos anos. Em 2012 e 2011, a mesma atingiu o maior índice de crescimento, ficando em 249,62% e 122,50%, respectivamente.

Conclui-se que, apesar de a conta ter tido uma redução de representatividade sobre o *Total do Passivo* nos dois últimos anos em análise, houve um crescimento substancial de representatividade no decorrer dos sete anos analisados, tendo indícios de problemas trabalhistas e cíveis na entidade. Em 2012, a conta chegou a ter um aumento de 249,62% em comparação ao ano base de 2006. O fato foi explicado na Nota Explicativa 12 do Balanço de 2012, em que esse alto índice se deve ao fato de a Instituição ter realizado provisões para contingências referentes aos processos trabalhistas, cíveis e tributários movidos contra ela, baseando-se no grau de risco avaliado pela Assessoria Jurídica da Santa Casa.

A Instituição reconheceu o seu passivo trabalhista decorrente da não aplicação dos reajustes salariais desde 1º de abril de 2001 até 1º de abril de 2008, um compromisso da ordem de R\$ 21 milhões em 31.12.11. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do compromisso equivalia a R\$ 16,6 milhões. Desse montante, o Processo n. 900444/07 é o mais expressivo, para o qual foi dado início aos pagamentos em fevereiro de 2012.

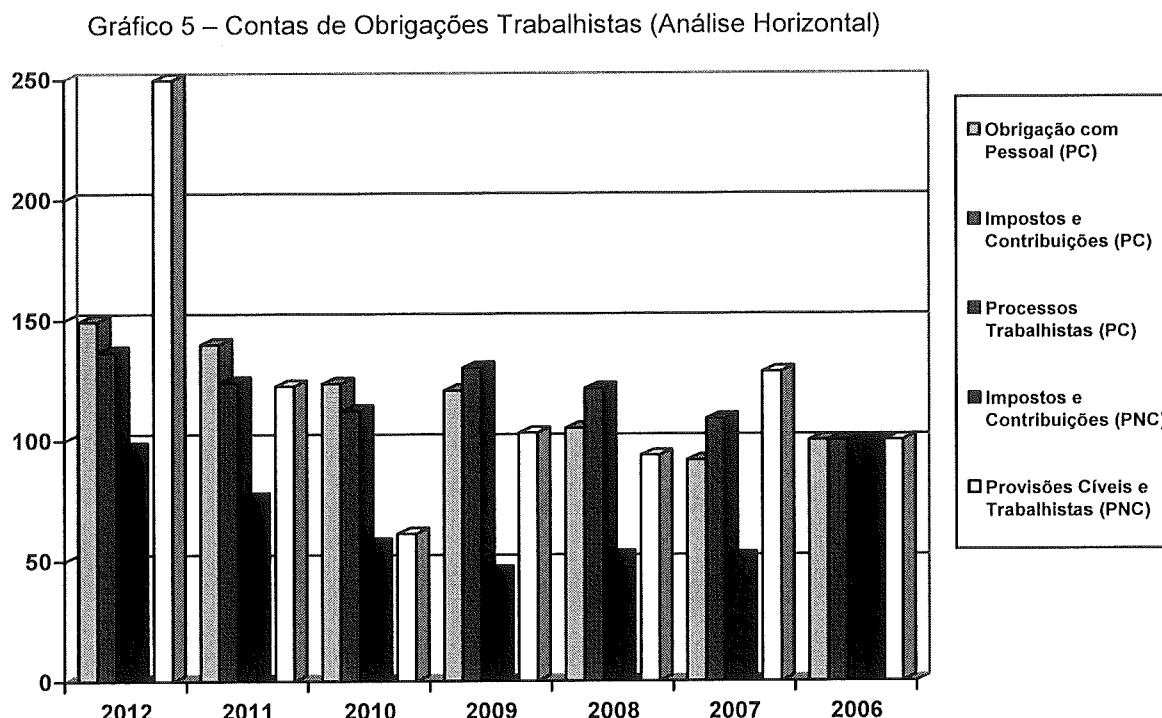
A entidade filantrópica também reconheceu uma provisão de contingência significativa relativa a um processo movido pela Unicard Banco Múltiplo S.A. e a uma reclassificação das contas a pagar à COPASA, que ajuizara processo para cobrança de débitos. O hospital ainda considerou uma variação na provisão de contingência trabalhista, decorrente da exclusão do parcelamento da Lei n. 11.941/2009, que implicou multas e autuações por descumprimento de obrigação acessória, todas reconhecidas no exercício de 2012. Além disso, ela considerou a constituição de provisão de natureza tributária, que consiste principalmente em débitos de ressarcimento ao SUS, débitos esses correspondentes à época em que a Instituição exercia a atividade de operação de planos de saúde. O gráfico 4 a seguir permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* (análise vertical).

Gráfico 4 – Contas de Obrigações Trabalhistas (Análise Vertical)



Fonte – Elaborado pelo autor da monografia

O gráfico 5 mostra a análise da evolução de cada conta nos sete anos em estudo (análise horizontal).



Fonte – Elaborado pelo autor da monografia

- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente

Após a apuração das variáveis de forma isolada, efetuou-se uma confrontação do grau de comprometimento da participação das contas dos encargos trabalhistas sobre o *Total do Passivo* com o grau de importância de participação do *Ativo Permanente* sobre *Ativo Total*, bem como suas respectivas evoluções no decorrer dos anos. Segue na tabela 10 a análise vertical:

Tabela 10 – Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO PERMANENTE	89,35	84,91	78,84	81,50	82,58	86,22	85,09
Obrigações com Pessoal (PC)	3,29	4,83	7,11	6,98	6,07	5,03	5,45

Impostos e Contribuições (PC)	40,02	56,86	85,75	99,94	93,21	79,35	2,36
Processos Trabalhistas (PC)	1,74	2,13	2,66	2,14	2,44	2,29	4,44
Impostos e Contribuições (PNC)	6,15	11,47	21,88	2,19	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas (PNC)	9,66	7,42	6,19	10,47	9,50	12,36	9,56

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Verificou-se que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve uma redução de comprometimento sobre o *Total do Passivo*, quais sejam: *Obrigações com Pessoal* (PC), *Impostos e Contribuições* (PC) e *Processos Trabalhistas* (PC), contas essas que envolvem obrigações de curto prazo, ou seja, dentro do mesmo exercício social. Em contrapartida, as contas que envolvem obrigações de longo prazo, ou seja, que envolvem o exercício social futuro, tiveram um ligeiro crescimento, isto é, *Impostos e Contribuições* (PNC) e *Provisões Cíveis e Trabalhistas* (PNC).

Com relação à infraestrutura da entidade filantrópica, ou seja, a conta *Ativo Permanente*, que engloba as subcontas do *Imobilizado*, *Investimentos* e *Intangível*, foi considerada a conta que teve a maior participação sobre o *Total do Ativo*, demonstrando ser uma conta de suma importância na Organização. Procede-se agora à confrontação entre as contas no decorrer do período (análise horizontal), conforme mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO PERMANENTE	259,44	157,55	87,74	90,19	91,54	100,63	100,00

Obrigações com Pessoal (PC)	149,39	139,90	123,61	120,67	105,10	91,71	100,00
Impostos e Contribuições (PC)	136,64	124,05	112,21	130,04	121,50	108,91	100,00
Processos Trabalhistas (PC)	96,71	75,83	56,82	45,46	51,79	51,27	100,00
Impostos e Contribuições (PNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas (PNC)	249,62	122,50	61,27	103,08	93,72	128,39	100,00

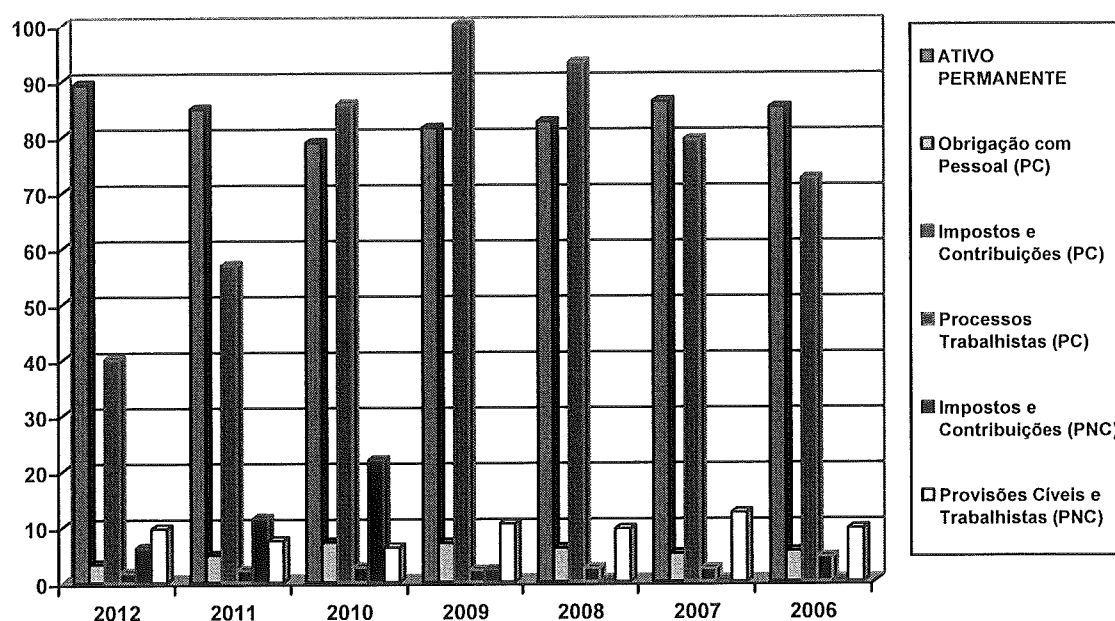
Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Verificou-se que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, acompanhando o crescimento da infraestrutura da Organização. Entende-se que o aumento da infraestrutura da entidade filantrópica acarretou aumento do número de funcionários para ocupar os postos de trabalhos e, conseqüentemente, dos encargos trabalhistas.

Apesar de haver o crescimento das contas de encargos trabalhistas no decorrer dos anos, seu comprometimento sobre o Total do Passivo em grande parte se reduziu, enquanto cresceu a importância da conta *Ativo Permanente*. Há, pois, indícios de que a entidade filantrópica investiu em infraestrutura organizacional, o que poderá lhe proporcionar maior capacidade de gerar receita e de honrar seus compromissos.

O gráfico 6 permite uma melhor visualização, respectivamente, da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* (análise vertical) e da evolução de cada conta nos sete anos em tela.

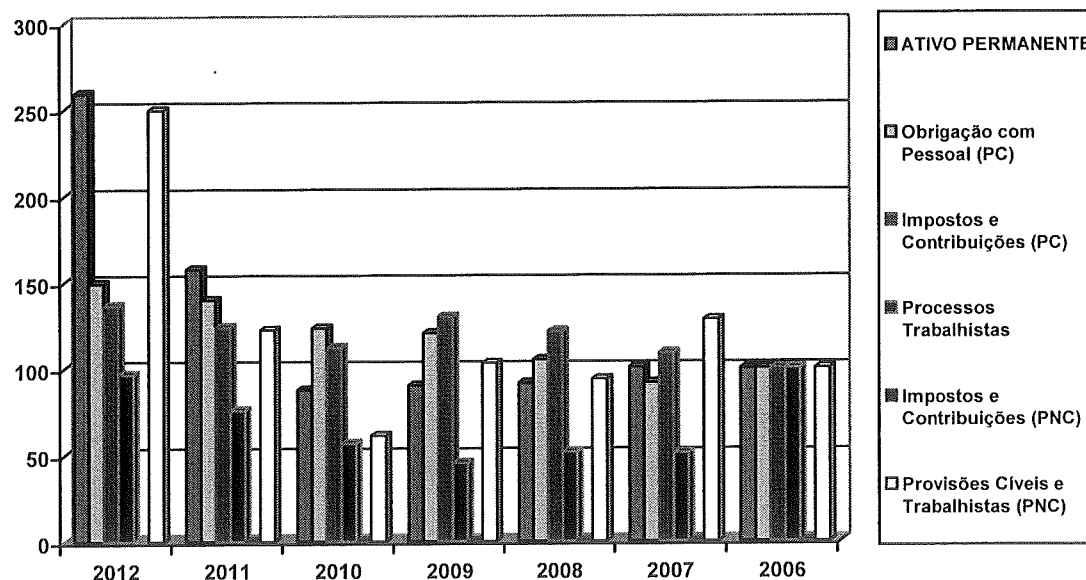
Gráfico 6 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Já o gráfico 7 permite uma melhor visualização da evolução de cada conta (análise horizontal) nos sete anos em tela.

Gráfico 7 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta

A tabela 12 mostra uma confrontação entre a evolução das contas dos encargos trabalhistas e a evolução da *Receita Operacional Bruta* da entidade filantrópica no decorrer dos anos (análise horizontal).

Tabela 12 – Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)

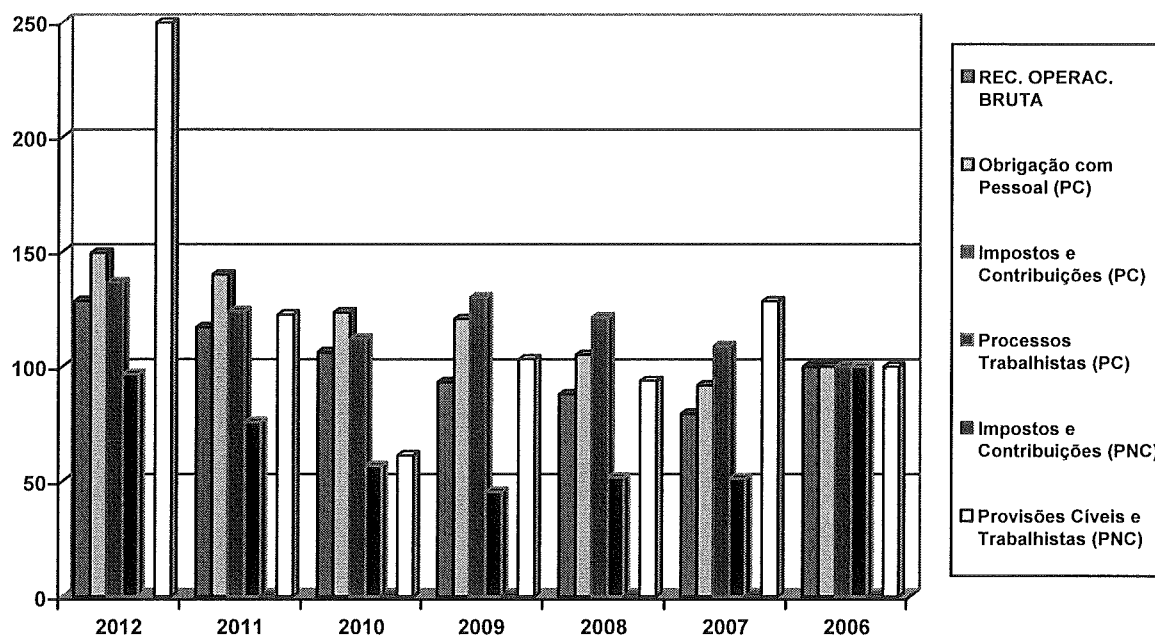
CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	128,59	117,03	106,26	93,15	87,80	79,33	100,00
Obrigações com Pessoal (PC)	149,39	139,90	123,61	120,67	105,10	91,71	100,00
Impostos e Contribuições (PC)	136,64	124,05	112,21	130,04	121,50	108,91	100,00
Processos Trabalhistas (PC)	96,71	75,83	56,82	45,46	51,79	51,27	100,00
Impostos e Contribuições (PNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas (PNC)	249,62	122,50	61,27	103,08	93,72	128,39	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Verificou-se que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, aumento esse acompanhado do crescimento da infraestrutura e da *Receita Operacional Bruta* da Organização. Entende-se que o aumento da infraestrutura da entidade filantrópica acarretou o aumento do número de funcionários e, conseqüentemente, dos encargos trabalhistas. No entanto, a entidade gerou mais receita e maior capacidade de honrar seus compromissos.

O gráfico 8 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* (análise vertical).

Gráfico 8 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhitas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise de Lucratividade

O passo seguinte deste estudo foi uma avaliação de desempenho da entidade filantrópica, ou seja, mensurou-se a saúde financeira da Organização. Para tal, calculou-se, para os sete anos, a Margem do EBITDA, que consiste na divisão do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), ou LAJIDA (tradução de EBITDA para o português: Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), sobre a Receita Líquida. Esse índice permite verificar o seguinte: quanto é gerado em caixa pela atividade operacional da entidade a cada \$100,00 de receita de vendas *isto é*, industrialização, comercialização ou prestação de serviços). Os resultados estão na tabela 13.

Tabela 13 – Análise de Lucratividade

ANO	EBITDA	Receita Líquida	Margem do EBITDA	Margem do EBITDA – Média de Mercado (*)
2012	(9.895.696,48)	297.031.532,62	-3,33%	-17,75%
2011	(6.811.238,21)	273.124.198,79	-2,49%	-24,31%
2010	19.424.759,55	246.347.013,52	7,89%	-37,39%
2009	3.366.097,73	217.083.300,94	1,55%	-34,99%
2008	13.621.594,78	204.449.668,10	6,66%	-18,81%
2007	20.034.112,69	184.268.080,48	10,87%	30,35%
2006	15.844.844,47	230.587.266,33	6,87%	-5,76%

Fonte: Resultado Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Geração de Caixa Operacional – EBITDA) – Dados adaptado pelo Autor. (*) elaborado pelo autor (cf. Apêndice IV).

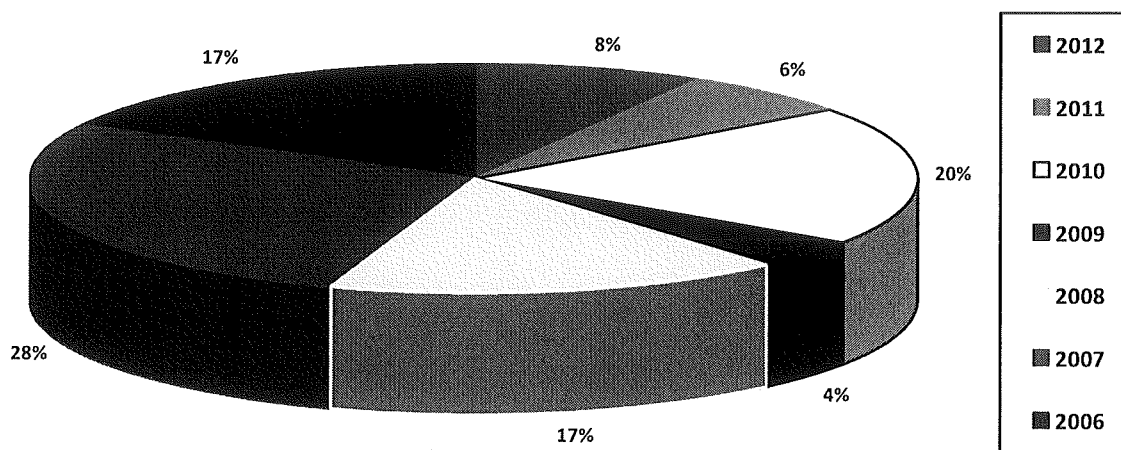
Pela análise da Margem do EBITDA, conclui-se que a entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2007, quando 10,87% da receita líquida é considerado como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 10% de lucro gerado pela capacidade de geração de caixa da entidade. Os piores desempenhos foram registrados em 2012 e 2011, quando as Margens do EBITDA ficaram negativas, -3,33% e -2,49% respectivamente, ou seja, não houve geração de caixa da atividade operacional.

Em outras palavras, as atividades operacionais da entidade filantrópica não geraram receita líquida nesses anos; pelo contrário, geraram prejuízo da ordem de -3,33% e -2,49% da receita. Aliás, percebe-se que, na avaliação do próprio EBITDA, que seria o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, a mesma já apresentava um prejuízo considerável.

No entanto, em comparação com a média de mercado, considerando 12 (doze) hospitais filantrópicos, a entidade está acima da média de mercado, com exceção do ano de 2007 quando ficou abaixo da média de mercado.

O gráfico.9 permite uma melhor visualização do desempenho financeiro da entidade filantrópica nos sete anos em tela.

Gráfico 9 – Análise de Desempenho



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Portanto, verifica-se que a entidade filantrópica teve uma lucratividade nos anos de 2012 e 2011, apresentando uma margem negativa. Em contrapartida, teve a sua melhor lucratividade nos anos de 2007 e 2010, porém, ainda assim, a entidade apresenta uma margem melhor que a média de mercado, em quase todos os anos em análise.

- Análise de Desempenho

Para a análise de desempenho da entidade filantrópica, serão apresentados alguns indicadores para medir o desempenho da Organização nos períodos analisados.

Tabela 14 – Indicadores de Liquidez

ÍNDICES	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Liquidez Corrente (LC)	0,16	0,13	0,12	0,10	0,10	0,09	0,09
Liquidez Seca (LS)	0,14	0,12	0,11	0,10	0,09	0,08	0,08
Liquidez Geral (LG)	0,11	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	0,08

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise do índice de liquidez corrente, verifica-se que, em nenhum período analisado, a entidade filantrópica não teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações ao curto prazo, caso fosse preciso. Apesar de esse índice ter tido uma melhora no decorrer do período, ainda está um pouco distante do ideal.

Pela análise do índice de liquidez seca, sem considerar os estoques, verifica-se que a situação da entidade é um pouco pior, pois, em nenhum período analisado, a entidade filantrópica não teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações ao curto prazo, caso fosse preciso. Da mesma forma, apesar de esse índice ter tido uma melhora no decorrer do período, ainda está um pouco distante do ideal.

Pela análise do índice de liquidez geral, em que é considerada a liquidez, a entidade filantrópica ao curto e longo prazo, verifica-se que a situação da mesma também não é boa, pois, em nenhum período analisado, há disponibilidades suficientes para quitar as obrigações aos curto e longo prazos, caso fosse preciso. Da mesma forma, apesar de esse índice ter tido uma melhora no decorrer do período, ainda está um pouco distante do ideal. Passamos agora a realizar a análise da entidade filantrópica, Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS.

Tabela 15 – Indicadores de Endividamento

ÍNDICES	2012 (%)	2011 (%)	2010 (%)	2009 (%)	2008 (%)	2007 (%)	2006 (%)
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	1277%	-204%	-65%	-69%	-78%	-102%	-91%
Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)	248%	-1872%	-142%	-127%	-140%	-218%	-160%
Composição Endividamento (CE)	69%	75%	74%	78%	81%	77%	81%
Índice de Endividamento (IE)	1364%	-351%	-190%	-192%	-203%	-224%	-212%
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (CT/RT)	29%	35%	56%	45%	38%	41%	36%

Participação das
Dívidas de Curto
Prazo no
Endividamento

Total (PDCP)	69%	75%	74%	78%	81%	77%	81%
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Com relação a Imobilização do Patrimônio Líquido, verifica-se que, durante todo o período analisado, o *Ativo Permanente* não foi financiado pelo *Patrimônio Líquido*, o que, de certa forma, não é ruim, pois de algum modo sobrariam recursos de *Patrimônio Líquido* para financiar o *Ativo Circulante*. O *Patrimônio Líquido*, porém, se apresentou negativo durante o período de 2006 a 2011, apresentando prejuízo, o que deixou os índices negativos, mostrando que a entidade está numa situação deficitária. Um ponto que chamou a atenção foi no ano de 2012 quando o *Ativo Permanente* da entidade elevou-se inexplicavelmente; verifica-se que se elevou mais 100%, o que não faz sentido, pois o *Ativo Permanente* somente pode ser financiado pelo *Patrimônio Líquido* em 100% e não mais que isso, o que não aconteceu, pois obteve-se um índice de 1.277%. Não há explicação plausível nas Notas Explicativas sobre esse fator, qual seja, o elevado aumento da conta do *Ativo Permanente*. De qualquer forma, a entidade apresenta-se com uma situação delicada em seu *Patrimônio Líquido* e uma situação não explicada de seu elevado aumento da conta do *Ativo Permanente* em 2012.

Com relação à *Imobilização dos Recursos Não Correntes*, verifica-se que, durante todo o período analisado, o *Ativo Permanente* não foi financiado pela *Imobilização dos Recursos Não Correntes* isso porque o *Patrimônio Líquido* se apresentou negativo durante o período de 2006 a 2011, mostrando prejuízo. Em 2012, porém, o *Ativo Permanente* da entidade elevou-se inexplicavelmente; verifica-se que se elevou mais 100%, o que não faz sentido, pois o *Ativo Permanente* somente pode ser financiado pela mobilização dos Recursos Não Correntes em 100% e não mais que isso, o que não aconteceu, pois obteve-se um índice de 248%. Não há explicação plausível nas *Notas Explicativas* sobre esse fator, qual seja, o elevado aumento da conta do *Ativo Permanente*.

Com relação a *Composição de Endividamento* verifica-se que, durante todo o período analisado, mais de 60% das dívidas da entidade filantrópica são de curto prazo, o que não é muito bom, pois, quanto maior for as dívidas de curto prazo, maior será a pressão sobre a entidade gerar recursos para pode honrar seus compromissos, podendo causar um estrangulamento financeiro.

Com relação ao *Índice de Endividamento*, verifica-se que grande parte do período analisado, com exceção de 2012, os índices se apresentam negativos, o que demonstra que o patrimônio da entidade está a descoberto, ou seja, a entidade está apresentando prejuízos durante o período de 2006 a 2011, portanto, nem mesmo com o financiamento de capitais de terceiros a entidade apresenta uma situação confortável.

Com relação à *Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais*, verifica-se que, durante todo o período analisado, se apresentaram baixos, com exceção de 2010, o que é bom, pois significa que existe pouco investimento de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, conseqüentemente, não gerará muitas despesas financeiras no futuro e não prejudicará a rentabilidade da entidade.

Com relação à *Participação das Dívidas de Curto Prazo no Endividamento Total*, verifica-se que, durante todo o período analisado, a entidade filantrópica teve mais de 60% do seu endividamento com dívidas ao curto prazo, o que não é bom, tendo em vista que as parcelas de curto prazo representam mais da metade das dívidas da entidade.

4.3 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS

Fundada em 19 de outubro de 1803, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre faz parte da história da capital e do estado gaúcho, atuando na assistência médico-hospitalar como uma instituição de direito privado e de caráter filantrópico (PORTO ALEGRE, 2007).

A Instituição é formada por um complexo de sete unidades assistenciais: dois hospitais gerais, um para atendimento de adultos e outro pediátrico; e cinco especializados nas áreas de cardiologia, neurocirurgia, pneumologia, oncologia e transplantes. A Santa Casa é também certificada como hospital de ensino, onde se desenvolvem programas de residência médica e cursos de especialização próprios e outros associados a diversas universidades e faculdades do Rio Grande do Sul e do Brasil. A Santa Casa é o hospital-escola da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA). Oferece, dentre outros, os serviços de consultas de ambulatório eletivas e de urgência e emergência, serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento, procedimentos cirúrgicos e obstétricos, internações hospitalares, clínicas e cirúrgicas. (PORTO ALEGRE, 2007).

- Análise de Infraestrutura (Ativo Permanente)

Apesar de inúmeras tentativas de pesquisas, não foi possível obter o Balanço Anual de 2012 da entidade filantrópica, motivo pelo qual ficou prejudicada a avaliação da entidade naquele ano. Sendo assim, apresentam-se aqui apenas as análises das contas dos seis anos anteriores. Analisando as Demonstrações Financeiras da Organização filantrópica, observou-se que a entidade realizou investimentos em infraestrutura no decorrer dos seis anos que foram inclusos neste estudo. Para comprovar o grau de investimento em infraestrutura, foi elaborada uma tabela comparativa do grau de comprometimento dos investimentos sobre o *Ativo Total* (análise vertical, *cf.* tabela 16), bem como uma tabela com a evolução desse comprometimento no período analisado (análise horizontal, *cf.* tabela 17).

Tabela 16 – Ativo Permanente (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO TOTAL	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
PERMANENTE	-	56,23	95,19	95,61	65,68	67,52	72,82
Investimentos	-	0,25	0,26	0,46	0,52	0,55	0,65
Imobilizado	-	55,18	54,73	82,24	63,58	66,97	72,22

Intangível	-	0,80	1,23	1,92	1,57	0,00	0,00
------------	---	------	------	------	------	------	------

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 17 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO TOTAL	-	119,80	123,38	82,33	105,63	104,86	100,00
PERMANENTE	-	92,43	95,19	95,61	95,21	97,16	100,00
Investimentos	-	45,68	49,59	58,65	85,62	89,27	100,00
Imobilizado	-	91,52	93,50	93,76	93,00	97,23	100,00
Intangível	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Em relação à conta de *Investimentos*, verificou-se que houve uma redução de participação do *Ativo Total* no decorrer dos anos. Os menores índices foram registrados em 2011 (0,25%) e 2010 (0,26%).

Também se observou que a conta teve uma redução no decorrer do tempo, em comparação ao ano base de 2006. Em 2011, foi registrado o menor índice de investimentos (45,68%) e, em 2010, o segundo menor índice (49,59%).

No que tange à conta *Imobilizado*, verificou-se que houve uma redução de participação do *Ativo Total* no decorrer dos anos, com exceção de 2008, que apresentou o maior índice (82,24%). Os menores índices foram registrados em 2011 (55,18%) e 2010 (54,73%). Em comparação com o ano base de 2006, a entidade filantrópica reduziu seu *Imobilizado* no decorrer dos anos analisados, apresentando o menor índice em 2011 (91,52%).

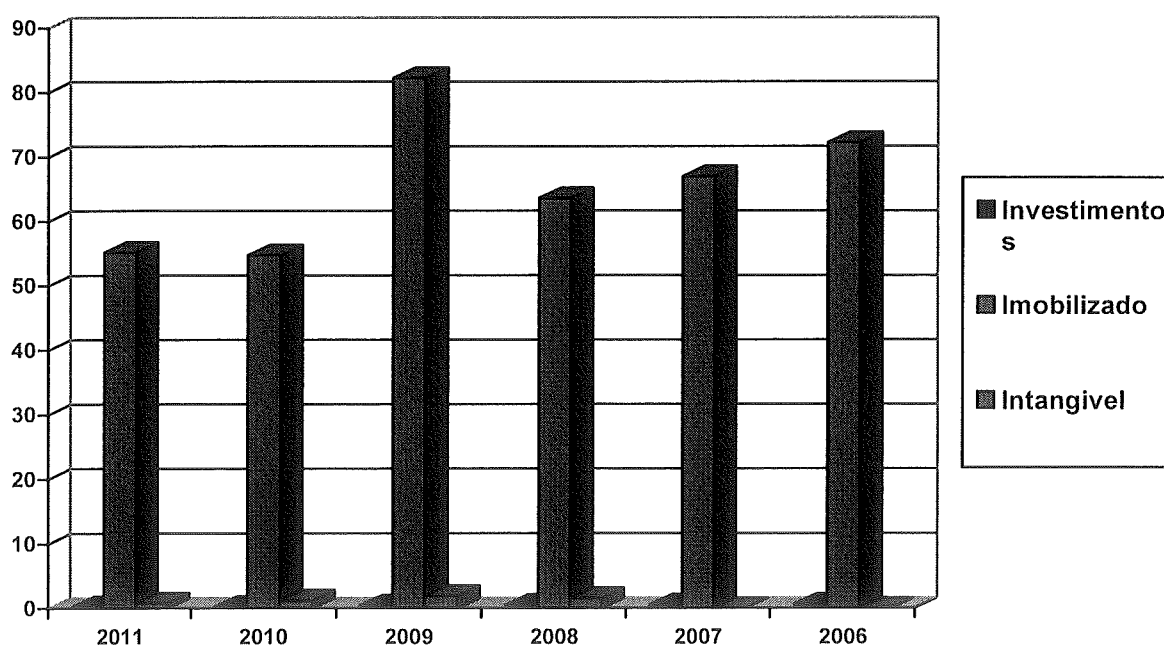
No que diz respeito à conta *Intangível*, houve um aumento de participação do *Ativo Total* de 2008 a 2011. Para essa conta, não foi possível realizar a análise horizontal tendo como base o ano de 2006, haja vista que, em 2006, a Organização não tinha

saldo do *Intangível*; , verificou-se, porém, que houve um crescimento de percentual de participação do *Total do Ativo* nos períodos analisados, já demonstrado anteriormente.

Verifica-se que, na evolução do *Ativo Permanente* efetuada pela análise horizontal, houve uma redução durante o decorrer do tempo. Grande parte dessa redução foi em função da Lei n. 11.638/07 que alterou vários pontos relativos ao imobilizado da entidades que fazem parte das sociedades anônimas, bem como das entidade filantrópicas que se enquadram nessas lei.

Por fim, analisando a conta do *Ativo Permanente* como um todo, verificou-se que houve pequenas variações em seu comprometimento sobre o Total do Ativo no decorrer dos anos, sendo o maior índice aquele registrado em 2009, de 95,61%. O melhor índice de crescimento foi registrado em 2007 (97,16%), e os piores, aqueles encontrados em 2011 (91,52%) e 2010 (93,50%). O gráfico 10 permite uma melhor análise da representatividade de cada conta sobre o *Total do Ativo* (análise vertical) conforme demonstrado a seguir.

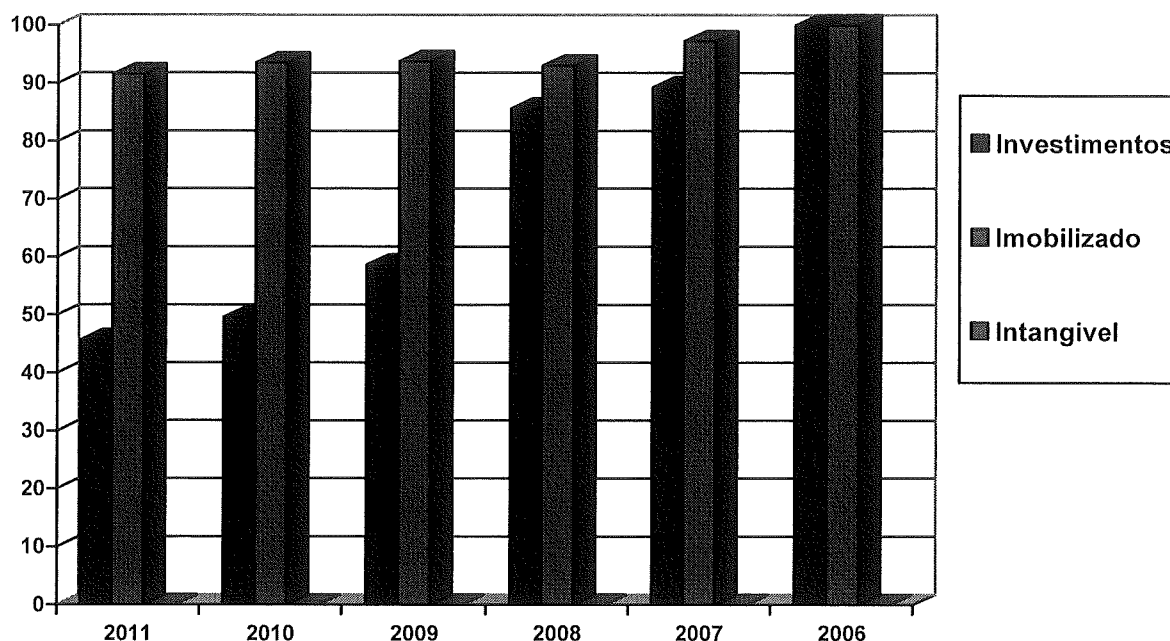
Gráfico 10 – Ativo Permanente (Análise Vertical)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Já o gráfico 11 permite uma análise da evolução de cada conta nos seis anos que foram investigados (Análise Horizontal), conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 11 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise da Evolução da Receita

A análise da evolução da *Receita Operacional Bruta*, com base nas Demonstrações Financeiras da Organização, resultou nos índices mostrados na tabela 18.

Tabela 18 – Receita Bruta Operacional (Análise Horizontal)

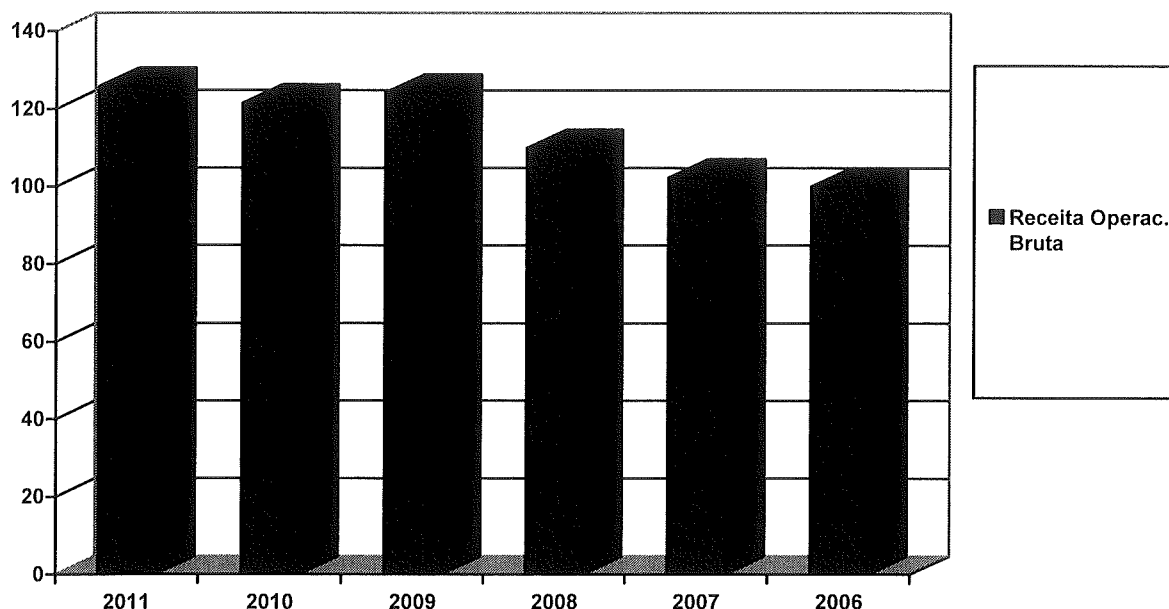
CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	-	125,82	121,45	124,13	109,91	102,29	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Como se pode observar, a conta de Receita Operacional Bruta teve um aumento no decorrer dos anos em comparação ao ano base de 2006. Os maiores índices foram aqueles registrados em 2011 (125,82%) e 2009 (124,13%).

O gráfico 12 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Ativo* (Análise Horizontal).

Gráfico 12 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise das Contas dos Encargos Trabalhistas

Foram realizadas as análises verticais e horizontais de todas as contas do Balanço Patrimonial da Instituição filantrópica. No entanto, apresenta-se aqui uma síntese (cf. tabelas 19 e 20) apenas das contas concernentes ao objeto de estudo, ou seja, contas que envolvam transações específicas de pessoal/funcionários e encargos sobre a folha de pagamento.

Tabela 19 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	-	27,62	24,22	25,07	25,86	22,64	22,23
Obrigações Empregatícias	-	1,79	1,64	1,75	1,66	1,55	1,83

Obrigações Sociais	-	0,57	0,54	0,57	0,59	0,55	0,54
Provisões Férias e Encargos	-	3,88	3,61	3,66	3,64	3,51	3,58
Provisão p/ PIS Sobre Folha de Pagamento	-	2,85	2,71	2,95	4,14	3,80	2,10
Prov. Trabalhistas Cíveis e Tribut.	-	1,18	1,23	0,74	0,98	0,18	0,17
Obrigações com FGTS	-	0,09	0,10	0,13	0,15	0,17	0,20
NÃO CIRCULANTE	-	72,38	75,78	74,93	74,14	77,36	77,77
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	-	6,08	9,79	12,88	10,00	9,32	5,22
Provisões Trabalhistas	-	2,09	3,18	5,48	2,02	0,37	0,27
Provisões de Encargos Sociais	-	0,00	0,05	0,06	0,06	0,05	0,07

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 20 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.V. (%)	A.H. (%)
PASSIVO TOTAL	-	119,80	123,38	111,05	105,63	104,00	100,00
CIRCULANTE	-	148,87	134,41	125,24	122,90	106,81	100,00
Obrigações Empregatícias	-	117,15	110,92	106,30	96,07	88,79	100,00
Obrigações Sociais	-	127,35	123,71	117,59	115,51	106,39	100,00
Provisões Férias e Encargos	-	130,08	124,62	113,59	107,57	102,79	100,00

Provisão p/ PIS Sobre Folha de Pagamento	-	162,96	159,16	156,37	208,41	190,08	100,00
Prov. Trabalhistas Cíveis e Tribut.	-	841,38	904,19	493,56	616,84	114,56	100,00
Obrigações com FGTS	-	53,48	64,34	76,07	81,91	89,60	100,00
NÃO CIRCULANTE	-	114,49	120,22	106,99	100,70	104,30	100,00
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	-	139,70	231,47	274,09	202,46	187,35	100,00
Provisões Trabalhistas	-	922,16	1.446,05	2.245,99	788,01	144,55	100,00
Provisões de Encargos Sociais	-	0,00	95,75	97,04	97,97	86,12	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Obrigações Empregatícias

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Obrigações Empregatícias*, do Passivo Circulante, teve uma representatividade de 1,55% a 1,83% sobre o *Total do Passivo*. Em 2011 (1,79%), a conta teve uma leve alta em relação a 2010 (1,64%) e 2009 (1,75%), respectivamente.

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Obrigações Empregatícias*, do Passivo Circulante, teve um crescimento acentuado em comparação ao ano base de 2006. Em 2011 e 2010, a referida conta atingiu os maiores índices de crescimento, 117,15% e 110,92%, respectivamente.

- Obrigações Sociais

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Obrigações Sociais*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 0,54% a 059% sobre o *Total do Passivo*.

Em 2011, a conta teve uma leve alta em relação a 2010 e valor idêntico ao registrado em 2009 (0,57% contra respectivamente 0,54% e 0,57%).

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Obrigações Sociais*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento acentuado em comparação ao ano base de 2006. Em 2011 e 2010, atingiu os maiores índices de crescimento, respectivamente 127,35% e 123,71%.

Cabe ressaltar que o percentual de representatividade da conta *Obrigações Sociais* deveria ser diretamente proporcional ao aumento de representatividade da conta *Obrigações Empregatícias*, tendo em vista que esses encargos são recolhidos em função do valor dos rendimentos sobre a folha de pagamento e do número de funcionários. No entanto, observou-se um índice diferente do esperado. Em 2009, a representatividade da conta *Obrigações Empregatícias* foi de 1,75% sobre o *Total do Passivo*, e a representatividade da conta *Obrigações Sociais* foi de 0,57%. Já, em 2011, a mesma conta *Obrigações Empregatícias* teve o índice de representatividade elevado ao percentual de 1,79% sobre o *Total do Passivo*, enquanto o da conta *Obrigações Sociais* se manteve no mesmo percentual, 0,57%, o que não poderia ocorrer, tendo em vista que o aumento deveria ser de igual proporcionalidade. Há, portanto, indícios de que não houve recolhimento correto desses encargos.

O inverso ocorreu em 2008, quando a representatividade da conta *Obrigações Empregatícias* foi de 1,66% sobre o *Total do Passivo*, e a da conta *Obrigações Sociais* foi de 0,59%, bem maior que nos três anos posteriores. Nesse caso, há indícios de que o recolhimento foi a maior ou que houve recolhimento equivocado em anos anteriores que foi compensado em 2006.

- Provisões de Férias e Encargos

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Provisões de Férias e Encargos*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 3,51% a 3,58% do *Total do Passivo*. Em 2011 (3,88%), a conta teve uma alta em relação a 2010 (3,61%) e 2009 (3,66%), respectivamente.

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Provisões de Férias e Encargos*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento acentuado em comparação ao ano base de 2006. Em 2011 e 2010, atingiu os maiores índices de crescimento, 130,08% e 124,62%, respectivamente.

Cabe aqui uma análise de confrontação entre a conta *Provisões de Férias e Encargos* e a conta *Obrigações Empregatícias*. Entende-se que a conta de provisões deve ser crescente e reduzir-se de forma igualmente proporcional em função da conta de obrigações. No entanto, analisando a conta *Obrigações Empregatícias*, observou-se o seguinte nos anos de 2009, 2010 e 2011. Na conta *Obrigações Empregatícias*, o percentual de variação de 2009 para 2010 foi de - 0,11%, uma vez que, em 2009, o percentual de comprometimento dessa conta sobre o ativo Total foi 1,75% e, em 2010, esse percentual reduziu-se para 1,64%. Comparando 2010 com 2011, o percentual de variação foi de 0,15%, haja vista que, em 2010, o percentual de comprometimento dessa conta foi de 1,75%, e, em 2011, de 1,79%. Todavia, a conta *Provisões de Férias e Encargos* não seguiu a mesma proporcionalidade: o percentual de variação de 2009 para 2010 foi de apenas 0,05%, isto é, em 2009, o percentual de comprometimento dessa conta sobre o Passivo Total foi 3,66% e, em 2010, esse percentual reduziu-se para 3,61%. De 2010 para 2011, o percentual de variação foi de 0,27% (isto é., 3,61%, em 2010, e 3,88%, em 2011). Nesse caso, há indícios de que tais provisões não tenham seguido rigorosamente os encargos sobre a folha de pagamentos.

- Provisões para PIS Sobre Folha de Pagamento

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Provisões para PIS sobre Folha de Pagamento*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 2,10% a 4,14% sobre o *Total do Passivo*. Em 2011, a conta teve uma alta em relação a 2010; porém, reduziu-se em relação a 2009 e a 2008, ano de maior alta no período analisado.

Pela análise horizontal, constatou-se que a conta *Provisões para PIS sobre Folha de Pagamento*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento em 2011 (162,96%) maior

que aqueles registrados em 2010 (159,16%) e 2009 (156,37%), mas bem inferior ao ano de 2008 (208,41%).

Cabe aqui uma atenção especial ao ano de 2008. Tanto na análise vertical quanto na análise horizontal, esse ano apresentou uma anormalidade, tendo em vista que o percentual apresentado teve um índice de comprometimento muito alto em relação aos demais anos analisados. Nesse caso, há indícios de que, naquele ano, pode ter havido excesso de provisão, ou mesmo, ausência de pagamento, pois, se não for efetuado pagamento dos encargos, não há baixa na conta, acarretando crescimento da mesma, devendo haver novas provisões no decorrer dos anos.

- Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 0,17% a 1,23% sobre o *Total do Passivo*. Em 2011 e 2010, a conta teve a sua maior alta em relação aos demais anos analisados neste estudo, tendo um crescimento de 0,50%.

Já a análise horizontal mostra que a conta *Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias*, do *Passivo Circulante*, teve um crescimento maior em comparação ao ano base de 2006. As maiores altas foram atingidas em 2011, com o percentual de 841,38%, e, em 2010, com o percentual de 904,19% em relação ao ano base de 2006.

Observou-se que a Entidade filantrópica vem acumulando provisões de valores com percentuais considerados em relação ao ano base de 2006. No mesmo sentido, observou-se que o comprometimento dessa conta sobre o *Total do Passivo* também teve um crescimento maior nos anos de 2011 e 2010.

Apesar de essa conta englobar provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, nas notas explicativas está destacado que grande parte desses provisionamentos são de ações trabalhistas, demonstrando que a entidade filantrópica sofreu muitas ações judiciais desse tipo. Há, portanto, indícios de irregularidades no setor pessoal da entidade.

- Obrigações com FGTS

Pela análise vertical, verificou-se que a conta Obrigações com FGTS, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 0,09% a 0,20% sobre o “Total do Passivo. Em 2011 e 2010, a conta teve a sua menor representatividade em relação aos demais anos analisados neste estudo, seguindo sentido contrário ao das demais contas que envolvem os encargos trabalhistas.

Pela análise horizontal, observou-se que a conta Obrigações com FGTS do Passivo Circulante também teve uma redução no decorrer dos anos analisados, tomando-se por base o ano de 2006, variando de 53,48% a 89,60%.

Tendo em vista que a conta *FGTS* está diretamente relacionada com o número de funcionários e que, conforme mostraram as análises verticais e horizontais, a conta relativa à folha de pagamento apresentou um crescimento nos últimos anos, entende-se que a conta *FGTS* deveria seguir o mesmo sentido de crescimento, o que não ocorreu nesse caso. Há, portanto, indícios de que tal encargo não foi provisionado e recolhido corretamente.

- Provisões Trabalhistas (PNC)

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Provisões Trabalhistas*, do *Passivo Não Circulante*, teve uma representatividade de 0,27% a 5,48% sobre o *Total do Passivo*. Em 2010 e 2009, a conta teve a sua maior representatividade em relação aos demais anos analisados neste estudo, sendo que, em 2011, último ano analisado, a conta teve uma queda de representatividade.

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Provisões Trabalhistas*, do Passivo Circulante, teve uma variação substancial de 1.446,55% a 2.245,99%, tomando-se por base o ano de 2006. Em 2010 e 2011, essa conta chegou a ter um aumento de, respectivamente, 1.446,55% e 2.245,99% em relação ao ano base de 2006. Entretanto, conforme a Nota Explicativa 14 do Balanço de 2009, isso se deve ao fato de que a entidade constituiu provisão para causas trabalhistas, baseando-se nos itens e valores reclamados, causa a causa. Para todos os itens classificados pelos

assessores jurídicos como sendo uma provável obrigação futura, foram estimados os valores a serem desembolsados, considerando-se todos os encargos e atualizados até 31 de dezembro de 2009. As provisões levaram em conta a Súmula n. 60 do TST que determinou a incidência do adicional noturno também sobre as horas prorrogadas até o final da jornada.

Ainda foram provisionados valores a partir de nova interpretação da administração a respeito do critério de integração de parcelas de natureza trabalhista, bem como de processos cíveis em andamento decorrentes do curso normal das operações, processos esses classificados como uma provável obrigação futura ou em fase de liquidação de sentença. Também foram provisionados valores em função de processos em andamento de origem tributária, referentes à taxa de lixo, classificados como uma provável obrigação futura.

- Provisões de Encargos Sociais (PNC)

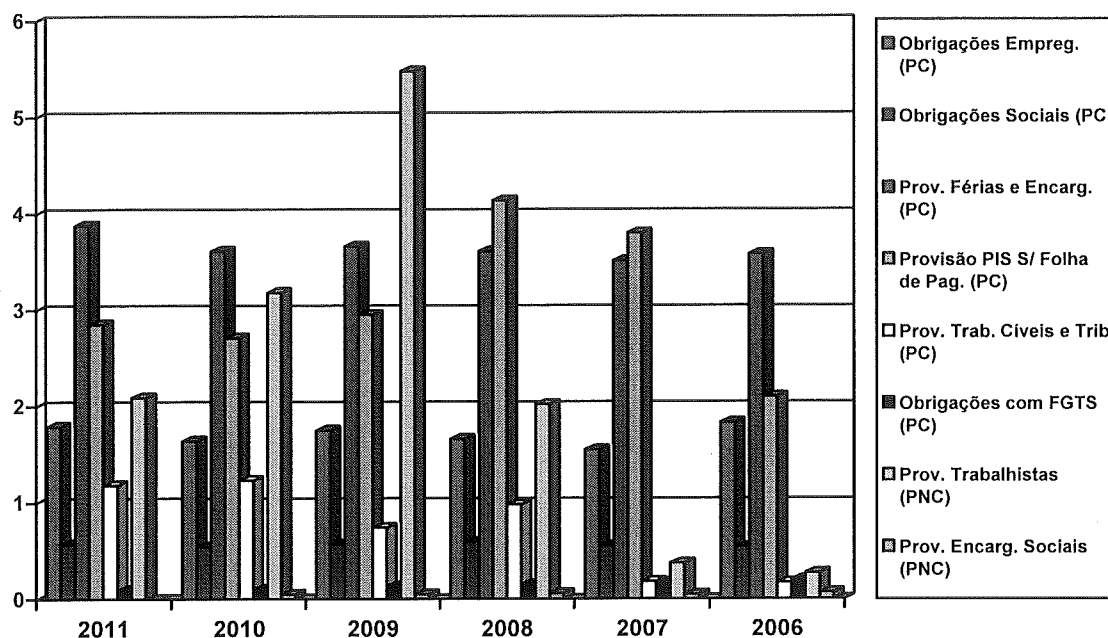
Pela análise vertical, a conta *Provisões Trabalhistas*, do *Passivo Não Circulante*, teve uma representatividade de 0,05% a 0,07% sobre o *Total do Passivo*. Em 2006, a conta teve a sua maior representatividade em relação aos demais anos analisados neste estudo, sendo que, em 2011, último ano analisado para essa entidade, a conta ficou zerada.

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Provisões Trabalhistas*, do *Passivo Circulante*, teve uma variação de 86,12% a 97,04%, tomando por base o ano de 2006. Em 2009 e 2008, a conta apresentou os maiores níveis de crescimento em relação aos demais anos analisados neste estudo, enquanto, como já mencionado, a conta ficou zerada em 2011.

Conforme a Nota Explicativa 12, nesse mesmo ano, a entidade filantrópica realizou uma provisão para fazer face a uma possível obrigação decorrente do Programa de Integração Social (PIS). A referida obrigação estava sendo discutida judicialmente nesse período, tendo em vista a condição jurídica e tributária da Instituição. Contudo, a Entidade havia reconhecido contabilmente a obrigação ao longo dos exercícios.

O gráfico 13 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* (análise vertical) a seguir demonstrado.

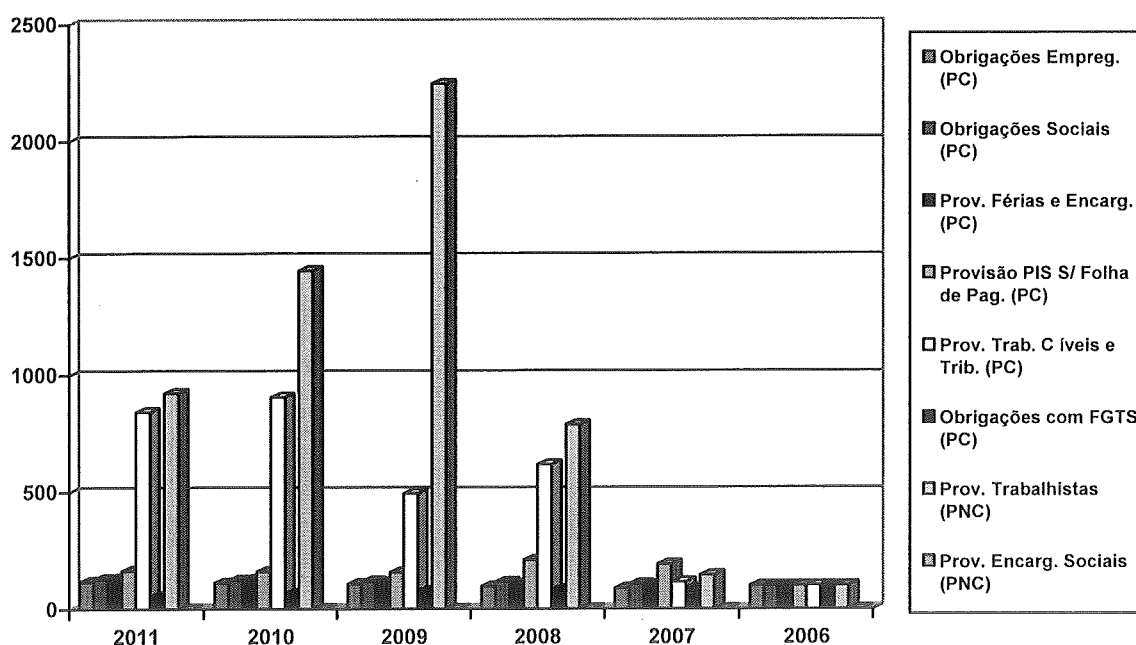
Gráfico 13 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Vertical)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Já o gráfico 14 permite uma melhor visualização da evolução de cada conta nos últimos seis anos (análise horizontal).

Gráfico 14 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente

Depois da apuração individual das variáveis, efetuou-se uma confrontação do grau de comprometimento da participação das contas dos encargos trabalhistas sobre o *Total do Passivo* com o grau de importância de participação do *Ativo Permanente* sobre o Ativo Total, bem como suas respectivas evoluções no decorrer dos anos. A tabela 21 disponibiliza a análise vertical dessa confrontação.

Tabela 21 – Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO PERMANENTE	-	56,23	95,19	95,61	65,68	67,52	72,82
Obrigações Empregatícias (PC)	-	1,79	1,64	1,75	1,66	1,55	1,83
Obrigações Sociais (PC)	-	0,57	0,54	0,57	0,59	0,55	0,54
Provisões Férias e Encargos (PC)	-	3,88	3,61	3,66	3,64	3,51	3,58
Provisão p/ PIS S/ Folha Pagam. (PC)	-	2,85	2,71	2,95	4,14	3,80	2,10
Prov. Trab. Cíveis e Tribut. (PC)	-	1,18	1,23	0,74	0,98	0,18	0,17
Obrigações com FGTS (PC)	-	0,09	0,10	0,13	0,15	0,17	0,20
Provisões Trabalhistas (PNC)	-	2,09	3,18	5,48	2,02	0,37	0,27
Provisões de Encargos Sociais (PNC)	-	0,00	0,05	0,06	0,06	0,05	0,07

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento de comprometimento sobre o *Total do Passivo*. Contudo,, houve também redução em alguns anos, ocorrendo assim variações de pequena escala. As contas que apresentaram tais variações foram as seguintes: Obrigações Empregatícias (PC), Obrigações Sociais (PC), Provisões de Férias e Encargos (PC), *Provisão para PIS Sobre Folha de Pagamento* (PC), *Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias* (PC) e Obrigações com FGTS (PC), contas essas que envolvem obrigações de curto prazo, ou seja, dentro do mesmo exercício social.

Em contrapartida, as contas que envolvem obrigações de longo prazo, ou seja, que envolvem o exercício social futuro, tiveram uma ligeira redução. Essas contas foram *Provisões Trabalhistas* (PNC) e *Provisões de Encargos Sociais* (PNC).

Com relação à infraestrutura da Entidade filantrópica, ou seja, o Ativo Permanente, que engloba as contas *Imobilizado*, *Investimentos* e *Intangível*, verificou-se que a mesma é a conta de maior participação sobre o *Total do Ativo* e de extrema importância. No entanto, com exceção do ano de 2010, que apresentou uma participação considerável, a conta evidenciou redução no decorrer do período.

Em seguida, realizou-se a confrontação entre as contas no decorrer do período (análise horizontal), sintetizada na tabela 22 a seguir.

Tabela 22 – Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO PERMANENTE	-	92,43	95,19	95,61	95,21	97,16	100,00
Obrigações Empregatícias (PC)	-	117,15	110,92	106,30	96,07	88,79	100,00
Obrigações Sociais (PC)	-	127,35	123,71	117,59	115,51	106,39	100,00
Provisões Férias e Encargos (PC)	-	130,08	124,62	113,59	107,57	102,79	100,00

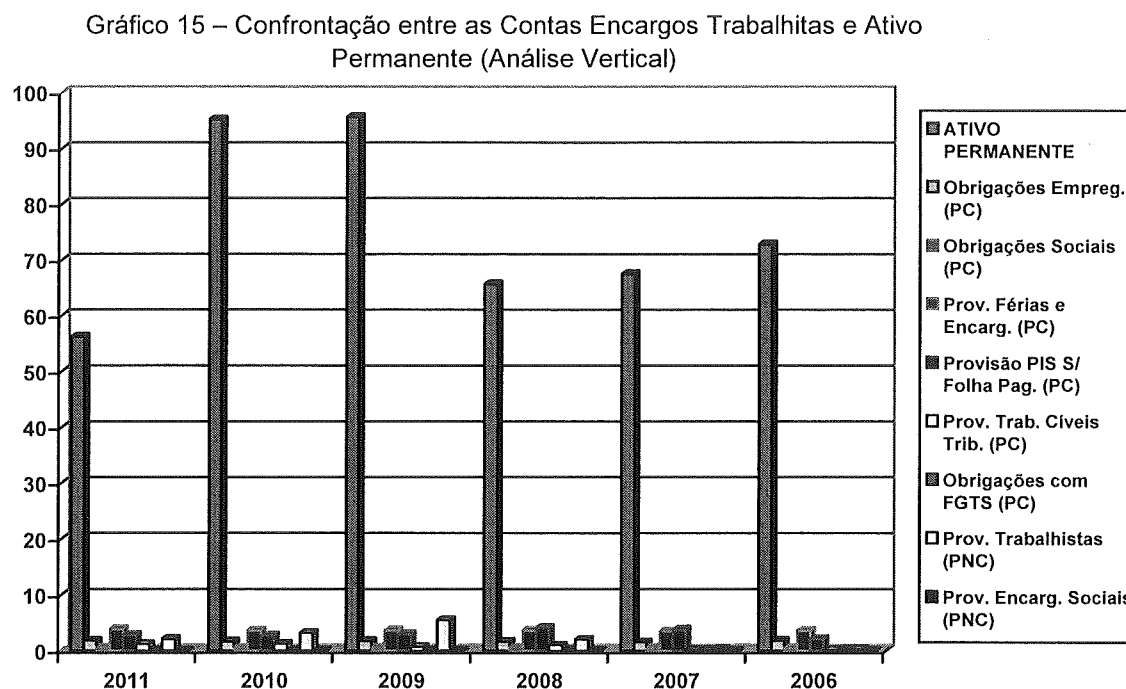
Provisão p/ PIS Sobre Folha de Pagamento (PC)	-	162,96	159,16	156,37	208,41	190,08	100,00
Prov. Trabalhistas Cíveis e Tribut. (PC)	-	841,38	904,19	493,56	616,84	114,56	100,00
Obrigações com FGTS (PC)	-	53,48	64,34	76,07	81,91	89,60	100,00
Provisões Trabalhistas (PNC)	-	922,16	1.446,05	2.245,99	788,01	144,55	100,00
Provisões de Encargos Sociais (PNC)	-	0,00	95,75	97,04	97,97	86,12	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

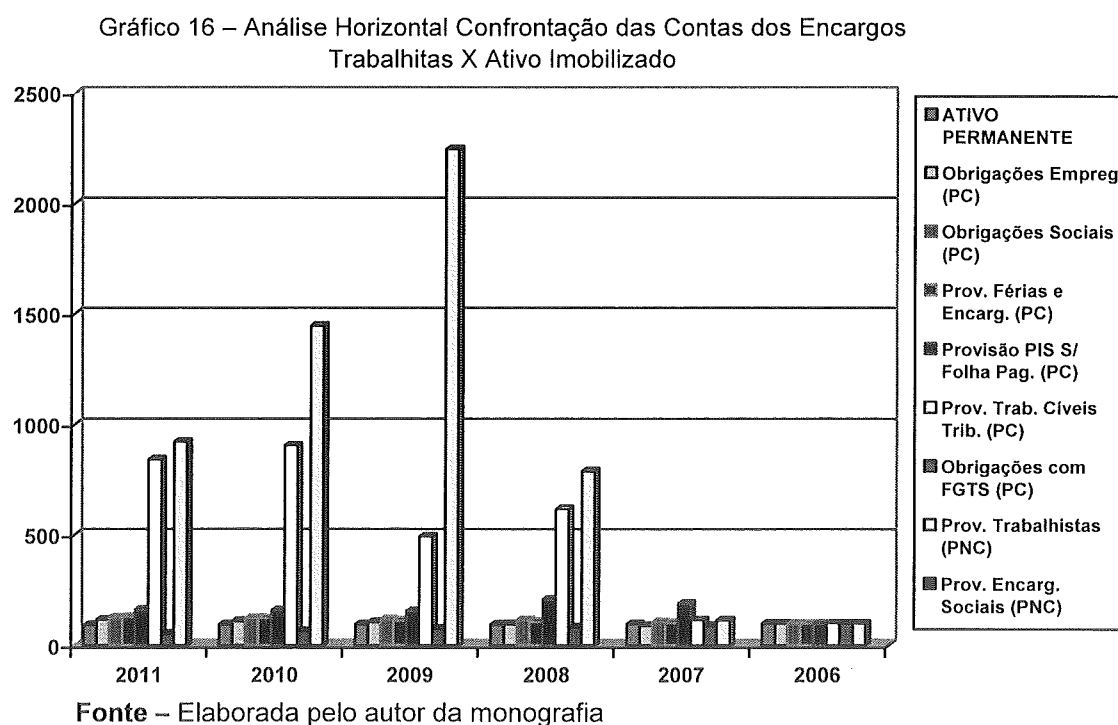
Grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento no decorrer dos anos. Em contrapartida, observou-se que o crescimento da infraestrutura da Organização diminuiu, ou seja, tanto na parte de investimentos, como na parte de imobilizado, a entidade filantrópica apresentou uma leve redução de participação sobre o *Total do Ativo*. Considerando que, na Entidade filantrópica em tela, o *Ativo Permanente* tem participação significativa em relação ao *Total do Ativo* e que essa conta vem se reduzindo nos últimos anos, enquanto as contas de encargos apresentam variações com leve aumento nos últimos anos, há indícios de que a entidade está com problemas administrativos, pois está reduzindo seus ativos e aumentando os seus passivos.

Cabe ressaltar que a entidade filantrópica ainda conta com um bom *Ativo Permanente* ao título de *Investimentos*, *Imobilizado* e *Intangível*, sendo capaz de gerar ótimas receitas e honrar seus compromissos., Deve atentar, porém, para o desenvolvimento dessas contas nos próximos anos; caso os indicadores permaneçam nesses sentidos opostos, a entidade pode correr sérios riscos de não conseguir honrar seus compromissos no futuro.

O gráfico 15 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o Total do Passivo (análise).



Em seguida, o gráfico 16 permite uma visualização da evolução de cada conta nos últimos seis anos (análise horizontal), tomando por base ao ano de 2006.



- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta

Também foi realizada uma confrontação entre a evolução das contas dos encargos trabalhistas e a da *Receita Operacional Bruta* da Entidade filantrópica em tela no decorrer dos anos, tomando-se como base o ano de 2006. Essa análise horizontal está representada na tabela 23.

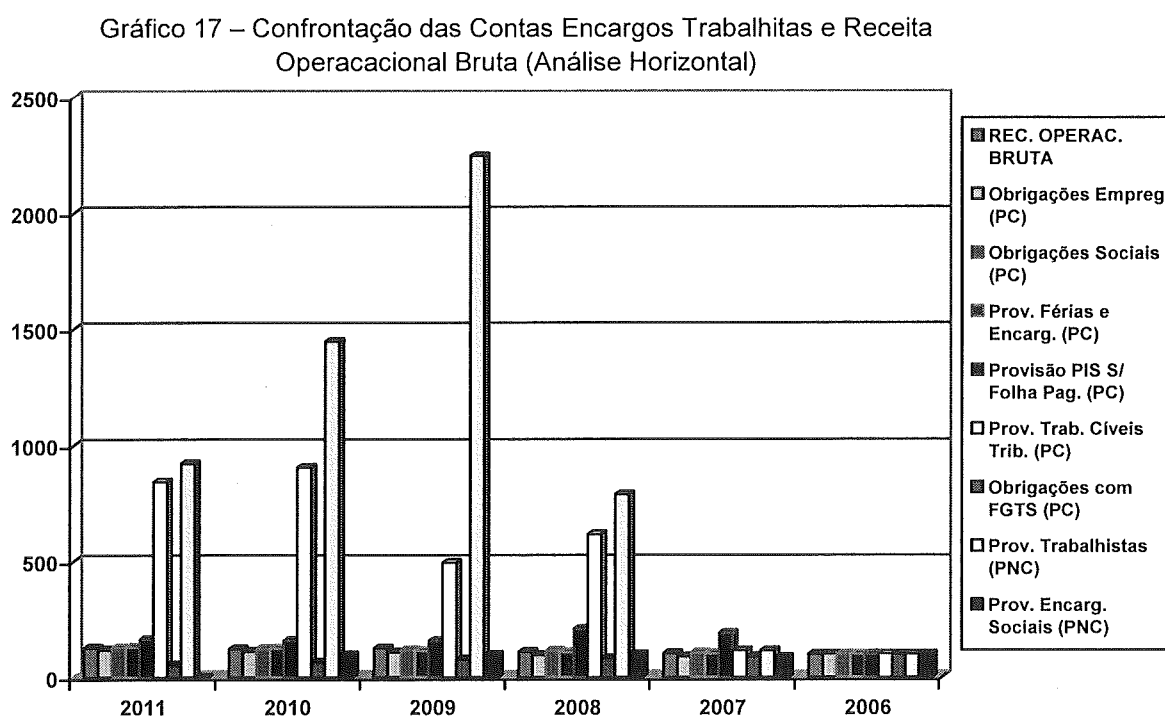
Tabela 23 – Confrontação das Contas dos Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal):

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	-	125,82	121,45	124,13	109,91	102,29	100,00
Obrigações Empregatícias (PC)	-	117,15	110,92	106,30	96,07	88,79	100,00
Obrigações Sociais (PC)	-	127,35	123,71	117,59	115,51	106,39	100,00
Provisões Férias e Encargos (PC)	-	130,08	124,62	113,59	107,57	102,79	100,00
Provisão p/ PIS Sobre Folha de Pagamento (PC)	-	162,96	159,16	156,37	208,41	190,08	100,00
Prov. Trabalhistas Cíveis e Tribut. (PC)	-	841,38	904,19	493,56	616,84	114,56	100,00
Obrigações com FGTS (PC)	-	53,48	64,34	76,07	81,91	89,60	100,00
Provisões Trabalhistas (PNC)	-	922,16	1.446,05	2.245,99	788,01	144,55	100,00
Provisões de Encargos Sociais (PNC)	-	0,00	95,75	97,04	97,97	86,12	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Verificou-se que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, havendo uma leve variação (*isto é*, redução) de algumas contas em determinados períodos. Apesar de o crescimento da infraestrutura da Organização ter diminuído no decorrer dos períodos, a Receita Bruta Operacional veio numa crescente no decorrer dos períodos, demonstrando que, mesmo com redução de infraestrutura, a entidade gerou receita e, conseqüentemente, teve capacidade de honrar seus compromissos.

O gráfico 17 permite uma melhor análise da evolução de cada conta nos seis anos que fizeram parte do estudo dessa entidade (análise horizontal), tomando-se por base ao ano de 2006.



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise de Lucratividade

Também para a Instituição gaúcha foi realizada uma análise do desempenho financeiro com base na Margem do EBITDA. Como mencionado no início desta seção, o ano de 2012 foi excluído da análise em função de ausência dos dados necessários para os cálculos. A tabela 24 sintetiza os resultados obtidos.

Tabela 24 – Análise de Lucratividade

ANO	EBITDA	Receita Líquida	Margem do EBITDA	Margem do EBITDA – Média de Mercado (*)
2012	-	-	-	-17,75%
2011	141.190.434,55	273.124.198,79	51,69%	-24,31%
2010	205.484.284,51	486.800.532,58	42,21%	-37,39%
2009	116.056.415,90	497.294.512,56	23,34%	-34,99%
2008	96.126.671,06	441.087.714,31	21,79%	-18,81%
2007	116.836.582,96	405.385.024,79	28,82%	30,35%
2006	81.995.215,65	397.063.360,20	20,65%	-5,76%

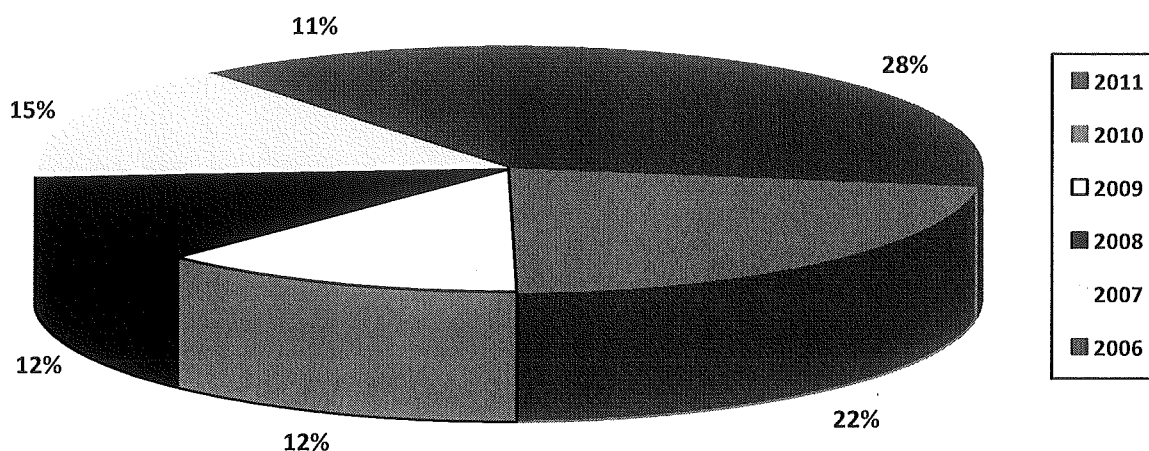
Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise da Margem do EBITDA, conclui-se que a Entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2011, quando 51,19% da receita líquida foi considerado como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 50% de lucro foi gerado pela capacidade de geração de caixa da entidade. Naquele ano, a entidade filantrópica teve uma margem consideravelmente boa, pois grande parte de suas receitas foram geradas pela sua atividade operacional.

Ou seja, no ano de 2011, mais de 50% das receitas líquida geradas pela Organização é fruto da capacidade de geração de caixa da entidade, dando indícios de que a Entidade filantrópica está tendo uma alta capacidade de gerar recursos com suas atividades, não dependendo em grande parte das receitas não operacionais, ou seja, das receitas que não fazem parte de suas atividades.

Em comparação com a média de mercado, considerando 12 (doze) hospitais filantrópicos, a entidade está bem acima da média de mercado, com exceção do ano de 2012 do qual não há informações. O gráfico 18 apresenta uma representação do desempenho financeiro da entidade filantrópica de acordo com as suas Margens do EBITDA obtidas nos seis anos sob escrutínio.

Gráfico 18 – Análise de Desempenho



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Portanto, conclui-se que a entidade gaúcha teve um rendimento financeiro considerado excelente no decorrer do período analisado, chegando a uma ótima margem de mais de 50% no ano de 2011 e bem acima da margem da média de mercado, demonstrando sua alta capacidade de geração de recursos.

- Análise de Desempenho

Para a análise de desempenho da entidade filantrópica, serão apresentados alguns indicadores para medir o desempenho da Organização nos períodos analisados.

Tabela 25 – Indicadores de Liquidez

ÍNDICES	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Liquidez Corrente (LC)	-	0,96	1,03	1,07	0,96	1,01	1,16
Liquidez Seca (LS)	-	0,87	0,93	0,98	0,91	0,95	1,07
Liquidez Geral (LG)	-	1,30	1,29	0,98	0,96	1,02	0,99

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise do índice de liquidez corrente, verifica-se que a Entidade filantrópica, nos anos de 2006, 2007, 2009 e 2010, teria disponibilidades suficientes para quitar

suas obrigações ao curto prazo, caso fosse necessário. Porém nos anos 2008 e 2011, não seria possível. O ano de 2012 ficou prejudicado pela falta de informação.

Pela análise do índice de liquidez seca, em que se retira o estoque, verifica-se que a entidade filantrópica, apenas em 2006, teria disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações ao curto prazo, caso fosse necessário. Nos demais anos, porém, não seria possível. O ano de 2012 ficou prejudicado pela falta de informação.

Pela análise do índice de liquidez geral, considerando todas as obrigações aos curto e longo prazos, verifica-se que a Entidade filantrópica, nos anos 2007, 2010 e 2011, teria disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações aos curto e longo prazos, caso fosse necessário. Todavia, nos anos 2006, 2008 e 2009, não seria possível. O ano de 2012 ficou prejudicado pela falta de informação.

Tabela 26 – Indicadores de Endividamento

ÍNDICES	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	-	83,23	82,94	98,27	99,13	98,44	99,54
Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)	-	77,69	74,19	83,74	88,59	87,29	93,70
Composição Endividamento (CE)	-	81,95	71,22	66,07	72,12	70,80	80,99
Índice de Endividamento (IE)	-	50,85	51,53	61,15	55,91	46,98	37,83
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (CT/RT)	-	6,08	9,79	17,37	10,00	9,32	5,22
Participação das Dívidas de Curto Prazo no Endividamento Total (PDCP)	-	81,95	71,22	66,07	72,12	70,84	80,99

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Com relação à *Imobilização do Patrimônio Líquido*, verifica-se que, durante todo o período analisado, mais de 80% do Ativo Permanente é financiado pelo *Patrimônio Líquido* o que não é muito bom, pois a Entidade está investindo muito no *Ativo Permanente* e sobrando pouco recurso para investir no *Ativo Circulante*, fazendo com que a mesma dependa mais de capitais de terceiros para financiá-lo.

Com relação a *Imobilização dos Recursos Não Correntes*, verifica-se que, durante todo o período analisado, mais de 70% do *Ativo Permanente* é financiado pelos Recursos Não Correntes o que não é muito bom, pois os Recursos não Correntes podem ser destinados ao Ativo Circulante que é denominado Capital Circulante Líquido que, além de ser formado pelo Capital Circulante Próprio e o Exigível ao Longo Prazo, ainda representa os financiamentos de que a empresa dispõe para o seu giro e que não serão cobrados ao Curto Prazo e, como seu comprometimento no *Ativo Permanente*, a entidade não pode contar com esse recursos.

Com relação à *Composição de Endividamento*, verifica-se que, durante todo o período analisado, mais de 60% das dívidas da Entidade filantrópica são de curto prazo, o que não é muito bom, pois, quanto maiores forem as dívidas de curto prazo, maior será a pressão sobre a entidade para gerar recursos para poder honrar seus compromissos, podendo causar um estrangulamento financeiro.

Com relação ao *Índice de Endividamento*, verifica-se que grande parte do período analisado, com exceção de 2006, mais de 50% das atividades da entidade são financiadas por capital de terceiros, o que não é bom, pois uma dependência exagerada de capital de terceiros pode levar a Entidade a um custo muito alto e a uma possível insolvência financeira.

Com relação a *Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais*, verifica-se que, durante todo o período analisado, se apresentaram baixos, o que é bom, pois significa que existe pouco investimento de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, conseqüentemente, não gerará muitas despesas financeiras no futuro e não prejudicará a rentabilidade da Entidade.

Com relação à *Participação das Dívidas de Curto Prazo no Endividamento Total*, verifica-se que, durante todo o período analisado, a Entidade filantrópica teve mais de 60% do seu endividamento com dívidas ao curto prazo, o que não é bom, tendo em vista que as parcelas de curto prazo representam mais da metade das dívidas da Entidade.

Passa-se agora a realizar a análise da entidade filantrópica, Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL.

4.4 Hospital Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL

Em 7 de setembro de 1851, com o objetivo de ajudar os mais necessitados, o então pároco da cidade, o cônego João Barbosa Cordeiro, fundou a Santa Casa de Misericórdia de Maceió, uma Instituição hospitalar com fins filantrópicos, cuja missão principal era atender, exclusivamente, à população desprovida de recursos financeiros (MACEIÓ, 2007).

Ao longo de 156 anos de existência, a Santa Casa de Misericórdia de Maceió tem honrado o seu compromisso social, que se revela nas assistências médica e hospitalar prestadas à população mais carente. Tal compromisso da Instituição teve o seu reconhecimento oficial em datas remotas, como a do seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social, em 1938, no Conselho de Utilidade Pública Federal, em 1963, e no Conselho de Utilidade Pública Estadual, em 1961 (MACEIÓ, 2007).

A história da Santa Casa de Maceió pode ser contada por meio de sua arquitetura, de seu arquivo médico, de seus pacientes e dos profissionais que dedicaram longos anos de suas vidas para salvar vidas (MACEIÓ, 2007).

- Análise de Infraestrutura (Ativo Permanente)

As Demonstrações Financeiras mostram que a Entidade realizou investimentos em infraestrutura no decorrer dos sete anos analisados neste estudo. Para comprovar o grau de investimento em infraestrutura, apresentam-se, a seguir, a tabela comparativa do grau de comprometimento dos investimentos sobre o *Ativo Total*

(análise vertical, cf. tabela 27) e outra com a sua respectiva evolução nos períodos sob escrutínio (análise horizontal, cf. tabela 28).

Tabela 27 – Ativo Permanente (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO PERMANENTE	51,08	53,20	56,66	54,94	50,89	53,44	57,74
Investimentos	0,01	0,01	6,69	7,79	0,01	0,01	2,03
Propriedades p/ Investimento	5,11	7,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	45,85	46,03	49,87	47,07	50,89	53,43	55,71
Intangível	0,10	0,11	0,10	0,09	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 28 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO PERMANENTE	135,79	136,23	142,35	130,66	95,49	94,11	100,00
Investimentos	1,01	0,93	477,26	526,07	0,34	0,27	100,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	126,33	122,16	129,87	116,01	98,96	97,53	100,00
Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

A conta de *Investimentos* teve a melhor participação do *Ativo Total* em 2009 (7,79%) e, em 2010, (6,69%), mas se reduziu nos dois anos subsequentes. Essa conta teve uma alta considerável em 2009 (526,07%) e, em 2010, (477,26%) em comparação com o ano base de 2006, mas sofreu drástica redução nos dois últimos anos analisados.

A Nota Explicativa 7 do balanço de 2009 não especificou qual foi o motivo do aumento significativo da conta *Investimento*; apenas apresentou que essa grande parte desses valores vem de imóveis alugados. Essa nota ainda esclarece que a conta *Propriedades para Investimento* veio a compor o plano de contas da Entidade filantrópica apenas em 2011, quando apresentou um percentual de 7,55% de participação do Ativo Total. Em 2012, esse valor se reduziu para 5,11%.

Na Nota Explicativa 8 do balanço de 2012, a Entidade esclareceu que as propriedades para investimento estão representadas por imóveis alugados por ela mantidos sob arrendamento operacional. Ainda esclareceu que, em 2011, foi adquirido um imóvel na Avenida Comendador Calaça, no município de Maceió, no valor de R\$ 1,201 milhões que, à época, foi mantido como investimento ao custo de aquisição, já que a Entidade ainda não havia determinado que usaria o imóvel no curso ordinário do negócio. Em 2012, após definido que o objetivo seria a construção de futuras instalações e ampliação dos serviços ambulatoriais, a Entidade transferiu para o imobilizado o respectivo montante pelo mesmo custo de aquisição, já que tal imobilizado reflete as condições de mercado à data do período de reporte.

A participação da conta de *Imobilizado no Ativo Total* reduziu no decorrer dos anos, com exceção de 2009, quando apresentou uma ligeira alta. Novamente, houve uma redução de percentual nos dois últimos anos da análise, que registraram os menores percentuais do período: 45,85%, em 2012, e 46,03%, em 2011.

A conta *Intangível* foi aquela que apresentou o menor percentual de participação do *Ativo Total* nos períodos analisados. Sua participação apenas aumentou a partir de 2009, quando apresentou um crescimento modesto. O maior percentual de participação foi registrado em 2011 (0,11%). Para essa conta, não foi possível realizar a análise horizontal tendo como base o ano de 2006, pois a Organização não tinha saldo do *Intangível* nesse ano.

Verifica-se que, na evolução do *Ativo Permanente* efetuada pela análise horizontal, houve uma redução nos anos de 2007 e 2008. Grande parte dessa redução foi em função da Lei n. 11.638/07 a qual alterou vários pontos relativos ao imobilizado das

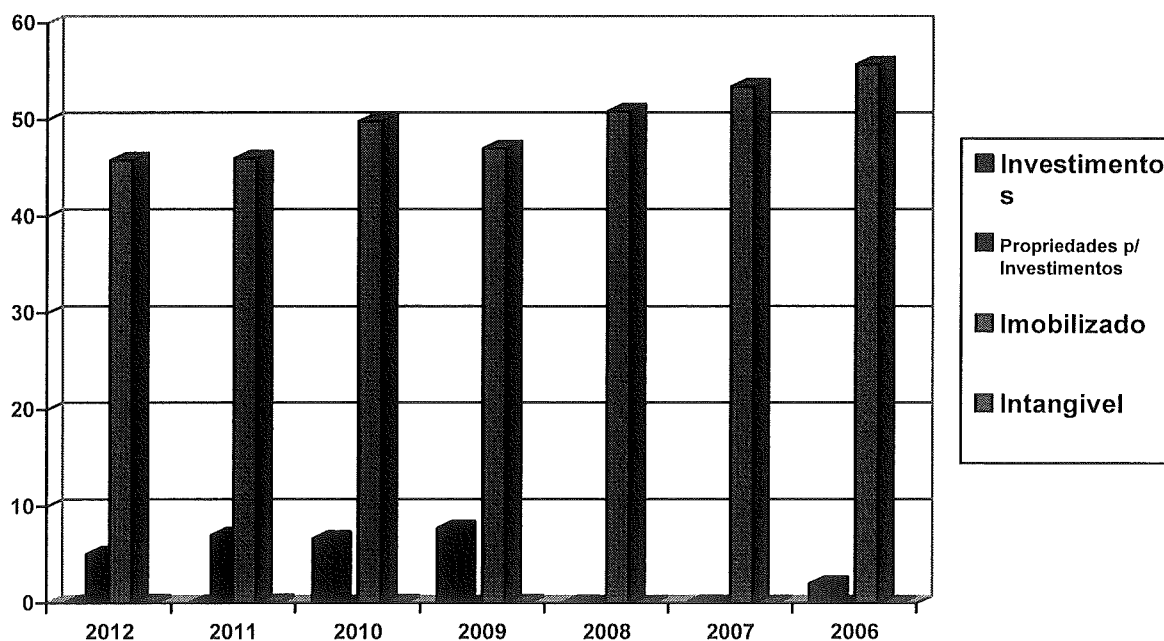
entidades que fazem parte das sociedades anônimas, bem como das entidade filantrópicas que se enquadram nessas lei.

Por fim, analisando a conta do *Ativo Permanente* como um todo, observou-se que a Entidade oscilou seu comprometimento sobre o *Total do Ativo* no decorrer dos anos, apresentando pequenas variações. O maior índice foi registrado em 2006 (57,74%).

No entanto, apesar da oscilação do comprometimento da Entidade sobre o Total do Ativo no decorrer dos anos em comparação com o ano base de 2006, houve um crescimento do *Ativo Permanente* a partir de 2009. Os melhores índices foram registrados em 2011 (136,23%) e 2010 (142,35%).

O gráfico 19 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Ativo* (análise vertical) a seguir demonstrado.

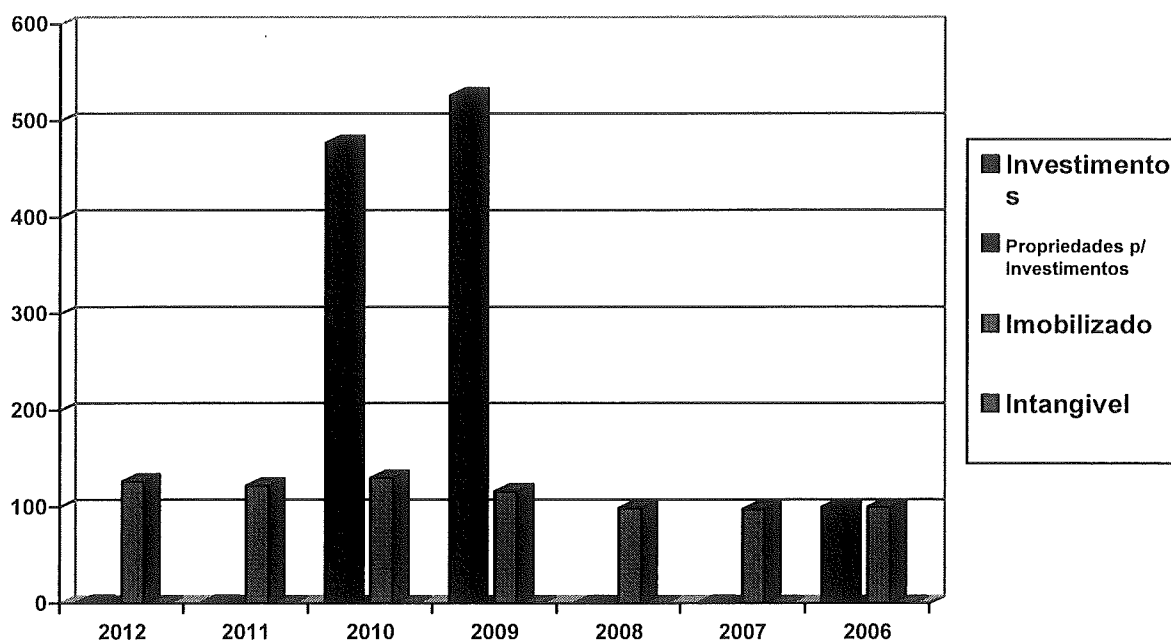
Gráfico 19 – Ativo Permanente (Análise Vertical)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Já o gráfico 20 permite uma melhor visualização da evolução de cada conta nos últimos seis anos (análise horizontal) a seguir demonstrado.

Gráfico 20 – Ativo Permanente (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise da Evolução da Receita

A partir das Demonstrações Financeiras da Organização filantrópica, foram obtidos os índices para a evolução da *Receita Operacional Bruta* (cf. tabela 29).

Tabela 29 – Receita Bruta Operacional (Análise Horizontal)

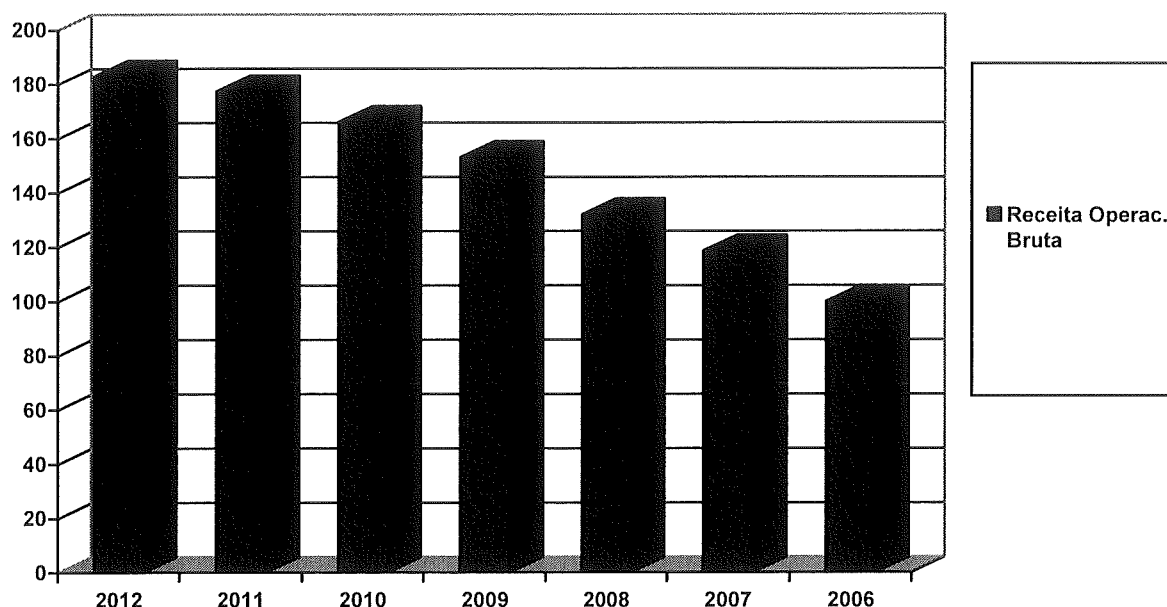
CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	182,98	177,40	166,14	153,11	132,08	118,62	100,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Como se pode observar, a conta de *Receita Operacional Bruta* teve um aumento no decorrer dos anos, em comparação com o ano base de 2006. Os maiores índices foram registrados em 2012 (182,98%) e 2011 (177,40%).

O gráfico 21 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o Total do Ativo (análise vertical).

Gráfico 21 – Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Análise das Contas dos Encargos Trabalhistas

Foram realizadas análises horizontais e verticais de todas as contas do Balanço Patrimonial da Instituição filantrópica em tela. No entanto, apresenta-se aqui uma síntese apenas das contas relativas ao objeto de estudo, ou seja, contas que envolvem transações específicas de pessoal/funcionários e encargos sobre a folha de pagamento. Essas sínteses estão nas tabela 30 (análise vertical) e tabela 31 (análise horizontal) a seguir.

Tabela 30 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	31,10	32,93	30,30	26,82	23,93	26,86	24,89
Salários e Encargos Sociais	1,06	1,23	1,05	1,06	1,07	0,89	0,80
Obrigações Fiscais e Sociais	0,80	0,60	0,51	0,51	0,49	0,63	1,17

Provisões de Férias	3,40	3,54	3,48	3,47	3,82	3,66	3,17
Provisão para Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78
NÃO CIRCULANTE	68,90	67,07	69,70	73,18	76,07	73,14	75,11
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	4,75	5,65	9,58	7,56	6,82	6,27	5,81
Obrigações Sociais Parceladas	2,57	2,56	2,80	3,32	4,32	4,85	5,03
Provisão para Contingências	1,28	0,54	0,77	1,64	2,07	0,86	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Tabela 31 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
PASSIVO TOTAL	15,51	147,86	145,07	137,31	108,34	101,69	100,00
CIRCULANTE	191,82	195,64	176,61	147,97	104,18	109,74	100,00
Salários e Encargos Sociais	203,18	226,23	189,24	181,38	145,03	112,66	100,00
Obrigações Fiscais e Sociais	105,17	75,74	63,22	59,76	45,07	54,45	100,00
Provisões de Férias	165,03	165,25	159,21	150,36	130,74	117,35	100,00
Provisão para Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
NÃO CIRCULANTE	140,82	132,03	134,62	133,78	109,72	99,03	100,00
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	125,40	143,68	239,23	178,79	127,15	109,73	100,00
Obrigações Sociais Parceladas	78,40	75,25	80,88	90,69	93,11	98,14	100,00
Provisão para Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Salários e Encargos Sociais (PC)

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Salários e Encargos Sociais*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 0,80% a 1,07% sobre o *Total do Passivo*. A maior alta foi registrada em 2011, com 1,23% de comprometimento., Notou-se, porém, que a conta manteve certa regularidade de percentual, não havendo valores expressivos. Inclusive, em 2012, a conta apresentou uma redução em relação a 2011, passando para 1,06%.

Pela análise horizontal, concluiu-se que a conta Salários e Encargos Sociais, do Passivo Circulante, teve um acentuado crescimento em comparação com o ano base de 2006, apresentando um índice mais alto em 2011 (226,23%). Apesar de se ter reduzido em 2012 (203,18%), esse último ano é o que apresentou o segundo maior índice da série analisada, ponto que deve ser observado pela Entidade filantrópica em função do seu crescimento.

- Obrigações Fiscais e Sociais (PC)

Pela análise vertical, verificou-se que a conta *Obrigações Fiscais e Sociais*, do *Passivo Circulante*, teve uma representatividade de 0,49% a 1,17% sobre o *Total do Passivo*. A maior alta registrada foi em 2006, com 1,17% de comprometimento.

Como já apontado para as seções anteriores, cabe ressaltar que o percentual de representatividade da conta *Obrigações Fiscais e Sociais* deveria ser diretamente proporcional ao aumento de representatividade da conta *Salários e Encargos Sociais*, tendo em vista que esses encargos são recolhidos em função do valor dos rendimentos sobre a folha de pagamento e do número de funcionários. No entanto, observou-se um índice diferente do esperado, conforme explicado a seguir.

Em 2007, a representatividade da conta *Salários e Encargos Sociais* foi de 0,89% sobre o *Total do Passivo* e a da conta *Obrigações Fiscais e Sociais* foi de 0,63%. Em 2008, a mesma conta de *Salários e Encargos Sociais* teve o índice de representatividade elevado para 1,07% sobre o *Total do Passivo*; porém o da conta *Obrigações Fiscais e Sociais* reduziu-se para 0,49%, o que não poderia ocorrer,

tendo em vista que o aumento deveria ser de igual proporcionalidade. Há, por conseguinte, indícios de que não houve recolhimento correto desses encargos.

Em 2009, a conta *Salários e Encargos Sociais* foi de 1,06% sobre o *Total do Passivo* e o da conta *Obrigações Fiscais e Sociais* foi de 0,51%. Contudo, em 2010, a conta *Salários e Encargos Sociais* teve um percentual de 1,05% sobre o *Total do Passivo*, enquanto a conta *Obrigações Fiscais e Sociais* permaneceu com o mesmo percentual do ano anterior, qual seja, de 0,51%. Entende-se que, com esses resultados, há indícios de que tais provisões não estão sendo feitas corretamente.

Pela análise horizontal, verificou-se que a conta *Obrigações Fiscais e Sociais*, do Passivo Circulante, teve ao longo da série um acentuado crescimento em comparação com o do ano base de 2006. O índice mais alto foi registrado em 2012 (105,17%). Há, pois, indícios de que a Entidade está tendo alguns problemas de recolhimento desses encargos.

- Provisões de Férias (PC)

Pela análise vertical, notou-se que a conta *Provisões de Férias*, do Passivo Circulante, teve uma representatividade de 3,17% a 3,86% sobre o *Total do Passivo*. A maior alta registrada foi em 2008, com 3,86% de comprometimento.

Pela análise horizontal, observou-se que a conta *Provisões de Férias*, do Passivo Circulante, teve um acentuado crescimento ao longo da série em comparação com o ano base de 2006, apresentando mais de 100% de aumento em relação a esse ano. O índice mais alto foi de 2012 (163,05%). Novamente, esses resultados são indícios de que a entidade está tendo problemas de recolhimento desses encargos, pois estão numa crescente.

- Provisão para Contingências (PC)

Pela análise vertical, a conta *Provisão para Contingências*, do Passivo Circulante, teve o maior percentual em 2006 (2,78%). Posteriormente, nos períodos entre 2007 a 2012, a conta ficou zerada. Novamente, esses resultados são indícios de que a

Entidade não está realizando provisão para contingências. Para essa conta, não foi possível realizar a análise horizontal, pois não houve provisionamento nos anos posteriormente a 2006 para efetuar a sua evolução.

- Obrigações Sociais Parceladas (PNC)

Apesar de o nome da conta especificar *parcelamento* de obrigações sociais, a Nota Explicativa 8, constante no Relatório Anual de 2006, dispõe que tais parcelamentos também se referem a obrigações fiscais. Sendo assim, cabe aqui uma crítica ao plano de contas da Entidade, tendo em vista que, além de usar a mesma conta para especificar parcelamentos de tributos e encargos sociais, que têm peculiaridades diferentes entre si, no nome da conta consta apenas *encargos sociais*, o que pode levar os usuários externos a um entendimento equivocado da conta.

A Nota Explicativa 8 constante no Relatório Anual de 2007 menciona que a provisão de parcelamento de *FGTS* refere-se ao débito inicialmente parcelado em 149 meses, renegociado nesse exercício para 240 meses. A parcela inicial desse parcelamento foi paga em maio de 2001, e a última será paga em setembro de 2021.

A análise vertical revelou que a conta *Obrigações Sociais Parceladas*, do *Passivo Circulante*, teve uma redução de comprometimento do *Passivo Total* no decorrer da série. O maior índice foi registrado em 2006 (5,03%) e o menor, em 2011 (2,56%). Em 2012, a conta permaneceu praticamente estável em relação ao ano anterior, com 2,57% de comprometimento do *Passivo Total*.

A análise horizontal também mostrou que a conta apresentou uma redução em comparação com o ano base de 2006. Portanto, há indícios de que a Entidade está efetuando os pagamentos de suas dívidas parceladas, bem como informou em sua nota explicativa.

- Provisão para Contingências (PNC)

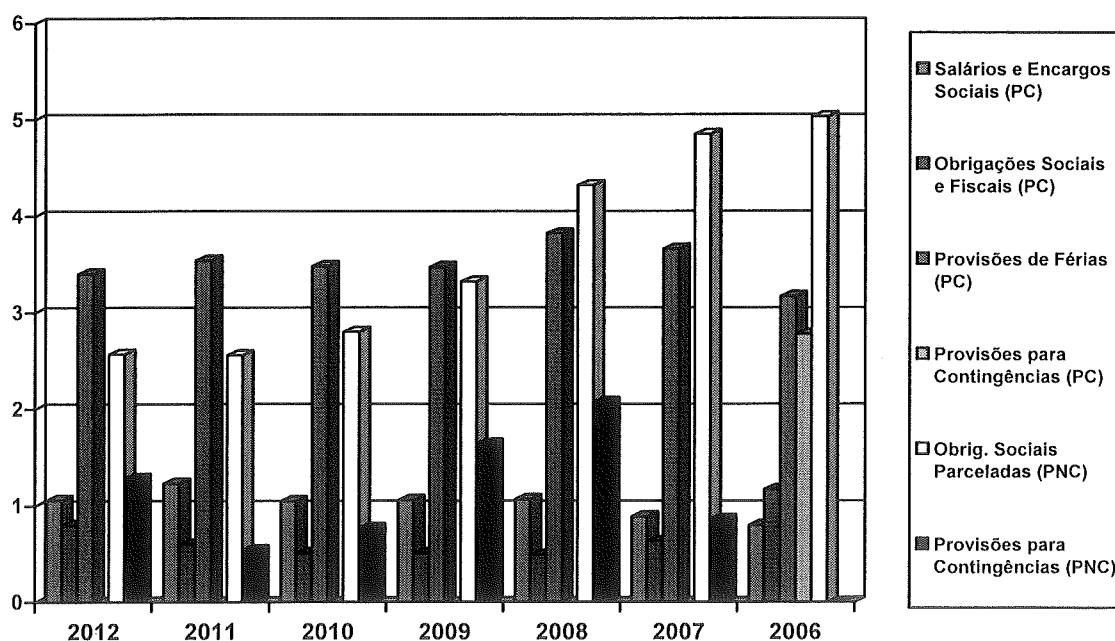
Não havia saldo na conta *Provisão para Contingências*, do *Passivo Não Circulante*, em 2006, mas houve de 2007 a 2012. Conforme a Nota explicativa 9, constante no

Relatório Anual de 2007, a Entidade tinha processos cíveis e trabalhistas, todos em virtude do curso normal das operações, sendo que, em 31 de dezembro de 2007, os montantes envolvidos de R\$ 1.469 (R\$ 1.483, em 2006) e de R\$ 1.070 (R\$ 9.586, em 2006), todos em milhares, são referentes, respectivamente, a processos prováveis e passíveis de perda, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos. A provisão de R\$ 1,469 milhões foi considerada, pela administração, como suficiente para cobrir eventuais perdas.

A análise vertical mostrou que a conta *Provisão para Contingências*, do *Passivo Não Circulante*, teve um aumento de comprometimento do *Passivo Total* no decorrer do tempo, apresentando uma variação de altos e baixos. O maior índice foi registrado em 2007 (2,07%), e o terceiro maior índice de comprometimento, em 2012 (1,28%), sinalizando que a Entidade está tendo dificuldades de liquidar suas ações trabalhistas e cíveis.

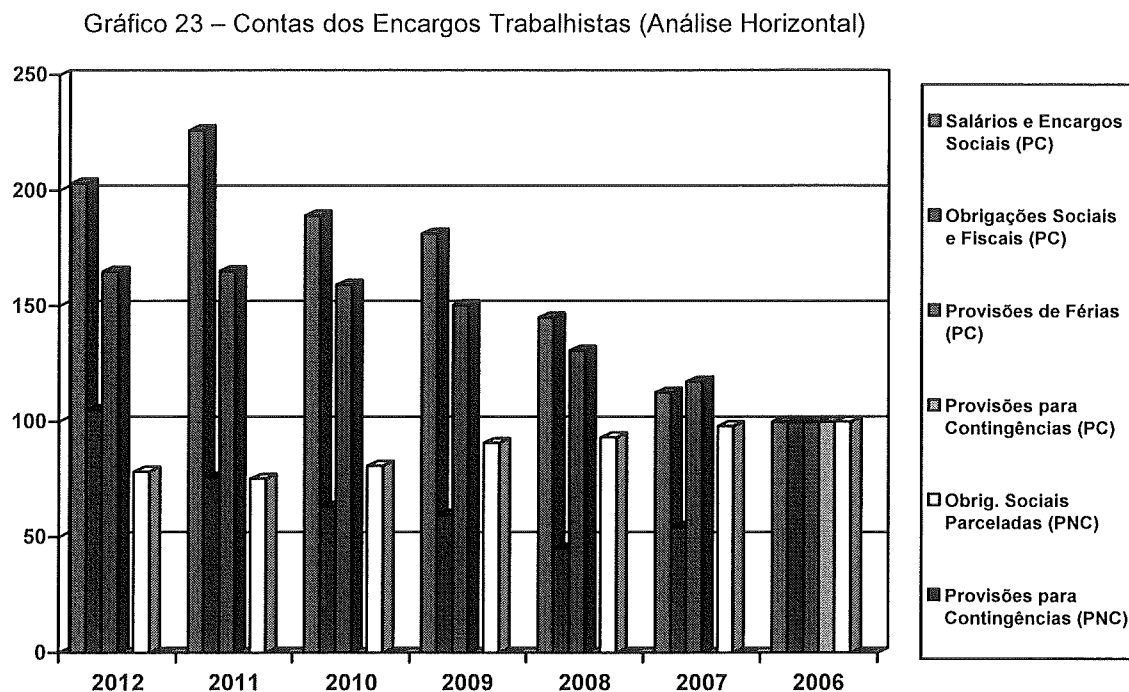
Não foi possível realizar a análise horizontal, que demonstra a evolução da conta nos períodos analisados, tendo em vista a inexistência de saldo no ano base de 2006. O gráfico 22 permite uma melhor análise da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* a seguir demonstrado

Gráfico 22 – Contas dos Encargos Trabalhistas (Análise Vertical)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

O gráfico 23 permite uma melhor análise da evolução de cada conta nos sete anos da série (análise horizontal).



- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Ativo Imobilizado

A partir das variáveis apuradas isoladamente, efetuou-se uma confrontação do grau de comprometimento da participação das contas dos encargos trabalhistas sobre o *Total do Passivo* com o grau de importância da participação do *Ativo Permanente* sobre o *Ativo Total*, bem como suas respectivas evoluções no decorrer dos anos. A tabela 32 apresenta a análise vertical a seguir demonstrado.

Tabela 32 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo Imobilizado (Análise Vertical)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
ATIVO PERMANENTE	51,08	53,20	56,66	54,94	50,89	53,44	57,74
Salários e Encargos Sociais (PC)	1,06	1,23	1,05	1,06	1,07	0,89	0,80

Obrigações Fiscais e Sociais (PC)	0,80	0,60	0,51	0,51	0,49	0,63	1,17
Provisões de Férias (PC)	3,40	3,54	3,48	3,47	3,82	3,66	3,17
Provisão para Contingências (PC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78
Obrigações Sociais Parceladas (PNC)	2,57	2,56	2,80	3,32	4,32	4,85	5,03
Provisão para Contingências (PNC)	1,28	0,54	0,77	1,64	2,07	0,86	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas sofreram uma variação de comprometimento sobre o *Total do Passivo*. Algumas das contas apresentaram aumento e outras, redução no decorrer do período analisado. No entanto, em nenhuma houve variação ou redução drástica que implicasse diferença percentual significativa no período analisado.

Destacam-se apenas as contas *Provisões de Férias*, do *Passivo Circulante*, e *Obrigações Sociais Parceladas*, do *Passivo Não Circulante*, que apresentaram o maior índice percentual de comprometimento sobre o *Total do Passivo* entre as contas analisadas. Todavia, ambas as contas apresentaram reduções nos percentuais de comprometimento no decorrer dos períodos analisados.

A infraestrutura da Entidade filantrópica, ou seja, ao *Ativo Permanente*, que engloba as contas *Imobilizado*, *Investimentos* e *Intangível*, é aquela de maior participação sobre o *Total do Ativo*. No entanto, apesar de ter apresentado altas e baixas no decorrer do tempo, a conta passou por uma redução de participação no decorrer do tempo.

Em seguida, procedeu-se à confrontação entre as contas no decorrer do período, tomando-se por base o ano de 2006. Para isso, realizou-se a análise horizontal, conforme sintetiza a tabela 33.

Tabela 33 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Ativo
Permanente (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
ATIVO							
PERMANENTE	135,79	136,23	142,35	130,66	95,49	94,11	100,00
Salários e Encargos Sociais (PC)	203,18	226,23	189,24	181,38	145,03	112,66	100,00
Obrigações Fiscais e Sociais (PC)	105,17	75,74	63,22	59,76	45,07	54,45	100,00
Provisões de Férias (PC)	165,03	165,25	159,21	150,36	130,74	117,35	100,00
Provisão para Contingências (PC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Obrigações Sociais Parceladas (PNC)	78,40	75,25	80,88	90,69	93,11	98,14	100,00
Provisão para Contingências (PNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

A análise horizontal mostrou que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas tiveram um aumento no decorrer dos anos, em comparação com o ano base de 2006. As exceções foram a conta *Obrigações Sociais Parceladas*, que apresentou uma redução, e a conta *Provisão para Contingências*, que não apresentou saldo, sendo ambas as contas do *Passivo Não Circulante*.

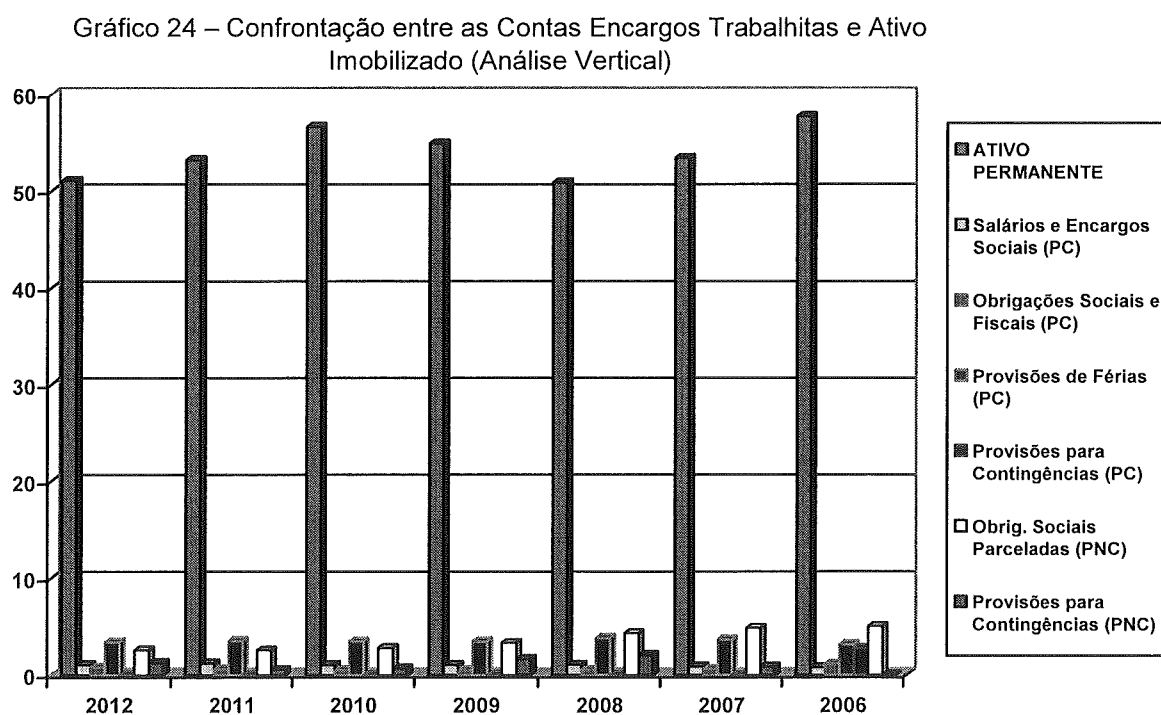
Pela análise, constatou-se que a Entidade reduziu, no decorrer da série, suas obrigações ao longo prazo. Em contrapartida, as obrigações ao curto prazo, isto é, aquelas dentro do próprio exercício social aumentaram, ponto que deve ser objeto de atenção da administração.

Por sua vez, a infraestrutura da Entidade filantrópica também teve um aumento de percentual no decorrer do período, tomando-se como base o ano de 2006, havendo um aumento do percentual de participação da conta *Ativo Permanente* sobre o *Total*

do Ativo. Entende-se que esse aumento da infraestrutura da Entidade filantrópica acarretou um aumento do número de funcionários e, conseqüentemente, dos encargos trabalhistas.

Apesar do crescimento das contas de encargos trabalhistas ao curto prazo no decorrer dos anos, a conta do *Ativo Permanente* da organização cresceu. Com isso, há indícios de que a Entidade filantrópica investiu em infraestrutura organizacional, podendo ter no futuro maior capacidade de gerar receita e de honrar seus compromissos.

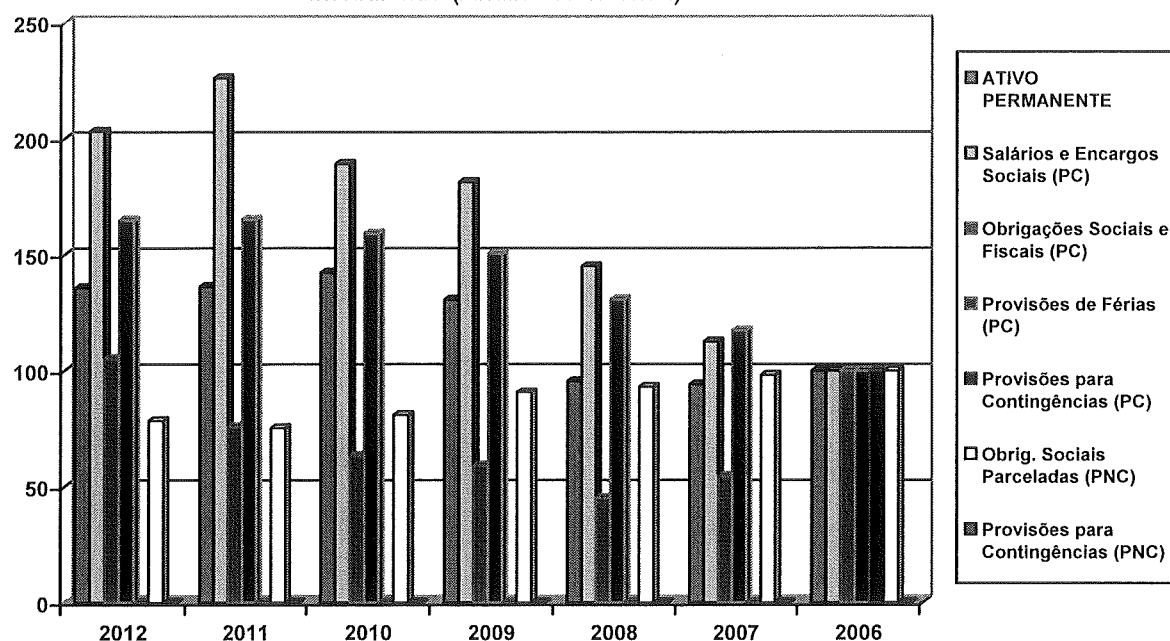
O gráfico 24 permite uma melhor visualização da representatividade de cada conta sobre o *Total do Passivo* (análise vertical) demonstrado a seguir.



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

O gráfico 25 permite uma melhor visualização da evolução de cada conta nos últimos sete anos (análise horizontal) a seguir demonstrado.

Gráfico 25 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhitas e Ativo Imobilizado (Análise Horizontal)



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

- Confrontação entre as contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta

Assim como realizado para as demais entidades filantrópicas, também se efetuou uma confrontação da evolução das contas dos encargos trabalhistas com a Receita Operacional Bruta da Entidade filantrópica, no decorrer dos anos, tomando como base o ano de 2006. Essa análise está sintetizada na tabela 34.

Tabela 34 – Confrontação entre as Contas Encargos Trabalhistas e Receita Operacional Bruta (Análise Horizontal)

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
REC. OPERAC. BRUTA	182,98	177,40	166,14	153,11	132,08	118,62	100,00
Salários e Encargos Sociais (PC)	203,18	226,23	189,24	181,38	145,03	112,66	100,00
Obrigações Sociais e Fiscais (PC)	105,17	75,74	63,22	59,76	45,07	54,45	100,00

Provisões de Férias (PC)	165,03	165,25	159,21	150,36	130,74	117,35	100,00
Provisão para Contingências (PC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Obrigações Sociais Parceladas (PNC)	78,40	75,25	80,88	90,69	93,11	98,14	100,00
Provisão para Contingências (PNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

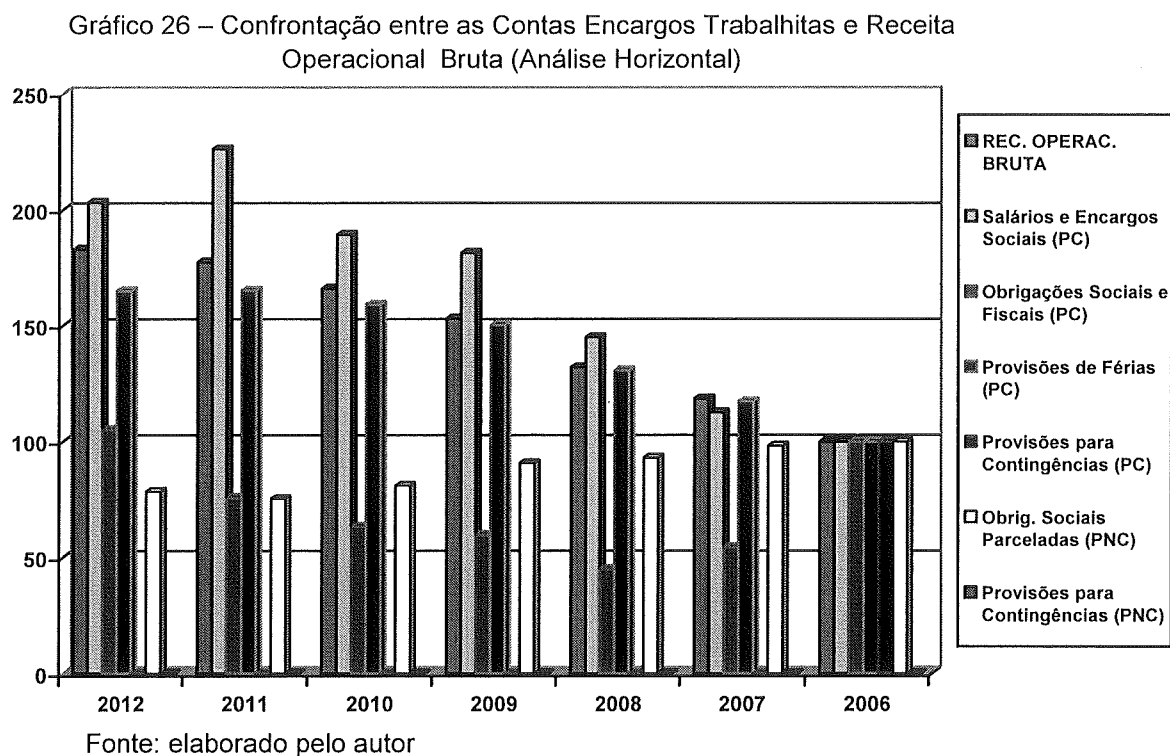
Pela análise horizontal, verificou-se que grande parte das contas que envolvem os encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, em comparação com o ano base de 2006. As exceções foram a conta *Obrigações Sociais Parceladas*, que apresentou uma redução, e a conta *Provisão para Contingências*, que não apresentou saldo, ambas contas do *Passivo Não Circulante*.

Com relação à *Receita Operacional Bruta*, observou-se que um aumento de percentual no decorrer do período, tomando-se como base o ano de 2006. O melhor desempenho da Entidade foi registrado em 2012 (182,98%).

Sendo assim, pela análise, subentende-se que a conta de encargos trabalhistas ao curto prazo teve um aumento em decorrência do aumento de infraestrutura da Entidade verificado na conta do *Ativo Permanente*. Parte-se do pressuposto de que o aumento da infraestrutura da Entidade filantrópica acarretou o aumento do número de funcionários e, conseqüentemente, dos encargos trabalhistas.

Também foi possível identificar um aumento da *Receita Operacional Bruta* da Entidade no decorrer dos anos, tomando-se como base o ano de 2006. Trata-se de um aumento justificável, devido ao aumento da infraestrutura organizacional, verificado na conta *Ativo Permanente*, e ao maior número de funcionários a serem considerados nas contas que envolvem salários e encargos trabalhistas. Portanto, apesar de um aumento nas contas de salários e encargos trabalhistas, a capacidade de geração de receita da Entidade cresceu, o que constitui indícios de que poderá ter melhores condições de arcar com seus compromissos no futuro.

Por sua vez, o gráfico 26 mostra a evolução de cada conta nos sete anos da série (análise horizontal), tomando-se por base o ano de 2006.



- Análise de Lucratividade

Tal qual realizado nas seções anteriores, para a análise do desempenho financeiro da Entidade, foram calculadas as Margens do EBITDA do período (cf. tabela 35).

Tabela 35 – Análise de Lucratividade

ANO	EBITDA	Receita Líquida	Margem do EBITDA	Margem do EBITDA – Média de Mercado (*)
2012	8.852.329,20	169.246.167,60	5,23%	-17,75%
2011	6.880.946,00	164.107.527,20	4,19%	-24,31%
2010	2.415.869,40	153.689.184,60	1,57%	-37,39%
2009	5.635.036,80	141.632.753,40	3,98%	-34,99%
2008	8.754.753,60	119.662.228,80	7,32%	-18,81%

2007	4.399.323,20	105.483.834,40	4,17%	30,35%
2006	1.382.735,00	90.011.722,00	1,54%	-5,76%

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise das Margens do EBITDA, conclui-se que a Entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2008, quando 7,32% da receita líquida foi considerado como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 7% de lucro foi gerado pela capacidade de geração de caixa da Entidade.

Nesse ano, a Entidade filantrópica teve uma margem consideravelmente boa, pois grande parte de suas receitas foram geradas pela sua atividade operacional. Contudo, em 2006, a Entidade filantrópica teve seu pior desempenho financeiro, pois apenas 1,54% de lucro foi gerado pela capacidade de geração de sua caixa.

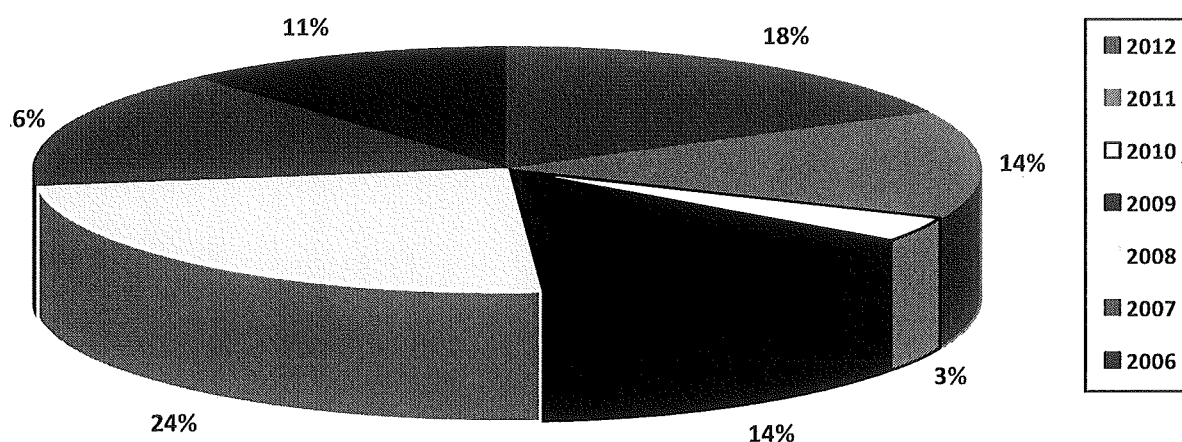
Apesar de a capacidade de geração de caixa da Entidade não representar 10% da receita líquida, vale esclarecer que a Instituição não apresentou Margem do EBITDA negativa no período analisado. Portanto, a eficiência financeira da Entidade, mesmo havendo oscilações no período analisado, permaneceu constante.

Além disso, mesmo com oscilações ao longo da série, a entidade teve a segunda melhor margem do período analisado ao final da série, em 2012 (5,23%), o que demonstra que houve uma eficiência financeira considerável.

Em comparação, a média de mercado, considerando 12 (doze) hospitais filantrópicos, a Entidade está acima da média de mercado e todos os anos, dado que demonstra que a Entidade nessa ponto está bem.

O gráfico 27 a seguir apresenta uma representação do desempenho financeiro da Entidade filantrópica nos sete anos da série.

Gráfico 27 – Análise de Desempenho



Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Portanto conclui-se que a Entidade alagoana teve seu melhor rendimento financeiro em 2008 e seu pior desempenho financeiro em 2010, não houve, porém, margem negativa, e sua margem está acima da média de mercado, demonstrando que a Entidade filantrópica ainda consegue gerar recurso financeiro, ainda que com certa dificuldade.

- Análise de Desempenho

Para a análise de desempenho da Entidade filantrópica, serão apresentados alguns indicadores para medir o desempenho da Organização nos períodos analisados.

Tabela 36 – Indicadores de Liquidez

ÍNDICES	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Liquidez Corrente (LC)	1,55	1,38	1,38	1,61	2,05	1,73	1,63
Liquidez Seca (LS)	1,45	1,28	1,23	1,41	1,83	1,54	1,42
Liquidez Geral (LG)	0,47	0,44	0,40	0,42	0,46	0,44	0,40

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Pela análise do índice de liquidez corrente, verifica-se que a Entidade filantrópica, em todos os períodos analisados, teria disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações ao curto prazo, caso fosse necessário.

Pela análise do índice de liquidez seca, da qual se retira o estoque, verifica-se que a Entidade filantrópica, também em todos os períodos, teria disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações ao curto prazo, caso fosse necessário.

No entanto, pela análise do índice de liquidez geral, considerando todas as obrigações aos curto e longo prazos, verifica-se que a Entidade filantrópica, em nenhum período analisado, teria disponibilidades suficientes para quitar suas obrigações aos curto e longo prazos, caso fosse necessário.

Tabela 37 – Indicadores de Endividamento

ÍNDICES	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	71,46	74,94	82,96	71,73	73,49	79,90	80,39
Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)	38,39	41,41	43,65	39,59	35,02	38,17	39,99
Composição Endividamento (CE)	31,10	32,93	30,30	26,82	23,93	26,86	24,89
Índice de Endividamento (IE)	55,88	62,81	66,34	52,41	44,41	49,54	44,30
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais (CT/RT)	9,87	12,40	22,99	17,48	13,88	13,46	14,34
Participação das Dívidas de Curto Prazo no Endividamento Total (PDPCP)	86,76	85,37	75,98	78,00	77,83	81,08	81,08

Fonte: elaborada pelo autor

Com relação à *Imobilização do Patrimônio Líquido*, verifica-se que, durante todo o período analisado, mais de 70% do *Ativo Permanente* é financiado pelo *Patrimônio Líquido* o que não é muito bom, pois a Entidade está investindo muito no *Ativo Permanente* e sobrando pouco recurso para investir no *Ativo Circulante*, fazendo com que a mesma dependa mais de capitais de terceiros para financiá-lo.

Com relação à *Imobilização dos Recursos Não Correntes*, verifica-se que, durante todo o período analisado, menos de 50% do *Ativo Permanente* é financiado pelos *Recursos Não Correntes* o que é muito bom, pois os Recursos não Correntes podem ser destinados ao *Ativo Circulante* que é denominado Capital Circulante Líquido que, além de ser formado pelo Capital Circulante Próprio e o Exigível ao Longo Prazo, ainda representa os financiamentos de que a Empresa dispõe para o seu giro e que não serão cobrados ao Curto Prazo, com pouco comprometimento no *Ativo Permanente*, a Entidade pode contar com esse recursos.

Com relação à *Composição de Endividamento*”, verifica-se que, durante todo o período analisado, menos de 40% das dívidas da Entidade filantrópica são de curto prazo, o que é bom, pois, quanto menor forem as dívidas de curto prazo, maior será a folga financeira da Entidade e menor a pressão sobre a mesma para gerar recursos e honrar seus compromissos.

Com relação ao *Índice de Endividamento* verifica-se que grande parte do período analisado, com exceção dos períodos de 2006 a 2008, mais de 50% das atividades da Entidade são financiadas por capital de terceiros, o que não é bom, pois uma dependência exagerada de capital de terceiros pode levar a Entidade a um custo muito alto e a uma possível insolvência financeira.

Com relação à *Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais*, verifica-se que, durante todo o período analisado, se apresentaram baixos, o que é bom, pois significa que existe pouco investimento de capitais de terceiros sobre o investimento total da Empresa, conseqüentemente, não gerará muitas despesas financeiras no futuro e não prejudicará a rentabilidade da Entidade.

Com relação à *Participação das Dívidas de Curto Prazo no Endividamento Total*, verifica-se que, durante todo o período analisado, a Entidade filantrópica teve mais de 70% do seu endividamento com dívidas ao curto prazo, o que não é bom, tendo em vista que as parcelas de curto prazo representam mais da metade das dívidas da Entidade.

Passa-se agora às considerações finais das análises efetuadas de cada entidade filantrópica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da apresentação, análise e interpretação dos dados obtidos por meio das Demonstrações Financeiras dos hospitais filantrópicos, este estudo conseguiu demonstrar a situação dos gastos com pessoal e encargos sociais, bem como identificar a real situação do desempenho das referidas entidades. A síntese dos achados se encontra no quadro 3.

Quadro 3 – Resumo geral

RESUMO GERAL		
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ/AL
Redução da conta de <i>Investimento</i> sobre Ativo Total no decorrer dos anos	Redução da conta de <i>Investimento</i> sobre Ativo Total no decorrer dos anos	Aumento da conta de <i>Investimento</i> sobre Ativo Total no decorrer dos anos
Redução da conta de <i>Imobilizado</i> sobre Ativo Total em 2008 a 2010, e aumento nos anos de 2011 e 2012	Redução da conta de <i>Imobilizado</i> sobre Ativo Total no decorrer dos anos	A conta <i>Propriedades para Investimento</i> veio a compor o plano de contas da Entidade a partir 2011
Aumento da Receita Operacional Bruta no decorrer dos anos	Aumento da Receita Operacional Bruta no decorrer dos anos	Redução da conta de <i>Imobilizado</i> em relação à participação do Ativo Total, com exceção de uma ligeira alta em 2009
Adesão da Entidade filantrópica à Lei n. 11.345/2006, com o intuito de enquadrar em instrumento legal as dívidas provenientes de INSS e FGTS	Alta da conta <i>Provisões de Férias e Encargos</i> , do <i>Passivo Circulante</i> no decorrer dos anos.	Aumento da Receita Operacional Bruta no decorrer dos anos
Adesão da Entidade à Lei n. 11.941/2009, a fim de consolidar e enquadrar, em instrumento, legal todas as dívidas remanescentes do INSS e do FGTS	Alta da conta <i>Provisões de Férias e Encargos</i> , do <i>Passivo Circulante</i> , no decorrer dos anos.	Aumento acentuado da conta <i>Obrigações Fiscais e Sociais</i> no decorrer dos anos
Crescimento maior da conta <i>Processos Trabalhistas</i> , do <i>Passivo Circulante</i> , no decorrer dos	A conta <i>Provisões Trabalhistas</i> , do <i>Passivo Não Circulante</i> , teve uma alta no decorrer dos anos	Aumento acentuado da conta de <i>Provisões de Férias</i> no decorrer dos anos

anos		
Pior desempenho da Entidade filantrópica nos dois últimos anos da série (<i>isto é</i> , 2012 e 2011), com Margens de EBTIDA negativas em, respectivamente, -3,33% e -2,49%; ou seja, as atividades operacionais da Entidade não geraram receita de prestação de serviços nesse anos	Margem operacional boa nos dois últimos anos da série (<i>isto é</i> 2011 e 2010), pois grande parte das receitas foi gerada pela atividade operacional da Entidade	Melhor desempenho da Entidade em 2008 em relação de geração de recurso de prestação de serviços, e pior desempenho em 2010

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Quadro 4 – Crítica das contas

CRÍTICA DAS CONTAS		
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ/AL
Grande parte das contas que envolvem as contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, acompanhando o crescimento da infraestrutura da Organização	Grande parte das contas que envolvem as contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, em contrapartida o crescimento da infraestrutura da Organização diminui	Grande parte das contas que envolvem as contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, acompanhando o crescimento da infraestrutura da Organização.
Grande parte das contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, aumento esse que também foi acompanhado do crescimento da Receita Operacional Bruta	Grande parte das contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, aumento esse que também foi acompanhado do crescimento da Receita Operacional Bruta	Grande parte das contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento do decorrer dos anos, aumento esse que também foi acompanhado do crescimento da Receita Operacional Bruta
Pela análise da Margem do EBITDA, a Entidade teve desempenho ruim no decorrer dos anos, não conseguindo gerar caixa	Pela análise da Margem do EBITDA, a Entidade teve desempenho muito bom no decorrer dos anos, conseguindo gerar caixa	Pela análise da Margem do EBITDA, a Entidade teve desempenho razoável no decorrer dos anos, conseguindo gerar caixa e não ficando deficitário
Pela análise dos índices	Pela análise dos índices	Pela análise dos índices

de desempenho, verificou-se que em nenhum período analisado a Entidade filantrópica teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações	de desempenho, verificou-se que em todos os períodos analisados a Entidade filantrópica teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações	de desempenho, verificou-se que em todos os períodos analisados a Entidade filantrópica teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações. No entanto, se se considerar as dívidas de longo e curto prazos, a Entidade não conseguiria em nenhum período quitar suas dívidas
Pela análise dos índices de endividamento, verificou-se que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes	Pela análise dos índices de endividamento, verificou-se que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes, inclusive índices altos de dívidas de curto prazo	Pela análise dos índices de endividamento, verificou-se que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes

Fonte – Elaborada pelo autor da monografia

Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte/MG, observou-se que grande parte das contas que envolvem as contas de pessoal e encargos trabalhistas teve um aumento no decorrer dos anos. Esse crescimento também foi, porém, acompanhando pelo crescimento da infraestrutura da Organização.

Outro ponto importante foi que a Entidade filantrópica belo-horizontina aderiu à Lei n. 11.345/2006, denominada Timemania, regulamentada em agosto de 2007 pelo Decreto n. 6.187 com o intuito de consolidar e enquadrar, em instrumento legal apropriado, todas as dívidas com INSS e FGTS e parte das dívidas com a Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional até agosto de 2007. Não conseguindo quitar suas dívidas, a entidade aderiu à Lei n. 11.941/2009, conhecida como REFIS II, que lhe possibilitou consolidar e enquadrar, em instrumento legal apropriado, todas as dívidas remanescentes com o INSS e FGTS após a adesão à Lei n. 11.345/2006.

Pela análise da Margem do EBITDA, conclui-se que a Entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2007, quando 10,87% da receita líquida foi considerado como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 10% de lucro gerado pela capacidade de geração de caixa da Entidade. Os piores desempenhos foram registrados em 2012 e 2011, quando as Margens do EBITDA ficaram negativas, -3,33% e -2,49% respectivamente, ou seja, não houve geração de caixa da atividade operacional. Em outras palavras, as atividades operacionais da Entidade filantrópica não geraram receita líquida nesses anos; pelo contrário, geraram prejuízo da ordem de -3,33% e -2,49% da receita. Aliás, percebe-se que, na avaliação do próprio EBITDA, que seria o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, a mesma já apresentava um prejuízo considerável.

Pela análise dos índices de desempenho, verificou-se que em nenhum período analisado a Entidade filantrópica teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações. Já, pela análise dos índices de endividamento, verificou-se que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes.

Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS, constatou-se que a Entidade realizou investimentos em infraestrutura no decorrer dos dois anos analisados neste estudo, restando prejudicado o ano de 2012. No entanto, a conta do *Ativo Permanente* como um todo oscilou seu comprometimento sobre o Total do Ativo no decorrer dos anos, apresentando pequenas variações.

As contas de encargos trabalhistas tiveram um aumento no decorrer dos anos, com destaque para a conta *Provisões Trabalhistas*, do *Passivo Circulante*, que teve uma substancial variação de 1.446,55% a 2.245,99%, tomando por base o ano de 2006. Esse aumento se deve ao fato de que a Entidade constituiu provisão para causas trabalhistas, baseando-se nos itens e valores reclamados, causa a causa. Para todos os itens classificados pelos assessores jurídicos como sendo uma provável obrigação futura, foram estimados os valores a serem desembolsados, considerando todos os encargos atualizados até 31 de dezembro de 2009.

Pela análise da Margem do EBITDA, conclui-se que a Entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2011, quando 51,19% da receita líquida foi considerado

como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 50% de lucro foi gerado pela capacidade de geração de caixa da Entidade. Nesse ano, a Entidade filantrópica teve uma margem consideravelmente boa, pois grande parte de suas receitas foram geradas pela sua atividade operacional. Ou seja, no ano de 2011, mais de 50% das receitas líquidas geradas pela Organização é fruto da capacidade de geração de caixa da Entidade, dando indícios de que a Entidade filantrópica está tendo uma alta capacidade de gerar recursos com suas atividades, não dependendo em grande parte das receitas não operacionais, ou seja, das receitas que não fazem parte de suas atividades.

Pela análise dos índices de desempenho, verificou-se que, em todos os períodos analisados, a Entidade filantrópica teria disponibilidade insuficiente para quitar as obrigações. Pela análise dos índices de endividamento verificou-se, porém, que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes, inclusive índices altos de dívidas de curto prazo.

Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Maceió/AL, concluiu-se que a Organização filantrópica realizou investimentos em infraestrutura no decorrer dos sete anos analisado neste estudo, porém a conta do Ativo Permanente apresentou algumas oscilações de seu comprometimento sobre o Total do Ativo no decorrer dos anos, em comparação com o ano base de 2006.

Em relação à *Receita Operacional Bruta*, a Entidade teve um aumento no decorrer dos anos, em comparação com o ano base de 2006, apresentando os maiores índices em 2012 e 2011. Pela análise das contas de encargos trabalhistas, verificou-se que a Entidade teve dificuldade crescente de sanar as dívidas ao longo prazo, o que, de certa forma, é bom, pois não causa um estrangulamento financeiro nas contas de curto prazo. A exceção é a conta de *Provisões de Férias*, que é uma conta de curto prazo e que aumentou no decorrer dos anos.

Pela análise das Margens do EBITDA, viu-se que a Entidade filantrópica teve o seu melhor desempenho em 2008, quando 7,17% da receita líquida foi considerado como caixa da atividade operacional, ou seja, mais de 7% de lucro foi gerado pela capacidade de geração de caixa da Entidade. Nesse ano, a Entidade filantrópica

teve uma margem consideravelmente boa, pois grande parte de suas receitas foram geradas pela sua atividade operacional. Contudo, em 2010, a Entidade filantrópica teve seu pior desempenho financeiro, pois apenas 1,04% de lucro foi gerado pela sua capacidade de geração de caixa. Apesar de a capacidade de geração de caixa da Entidade não representar 10% da receita líquida, vale esclarecer que a Entidade não apresentou Margem do EBITDA negativa no período analisado. Portanto, a eficiência financeira da Entidade, mesmo havendo oscilações no período analisado, permaneceu constante. Além disso, mesmo com oscilações ao longo da série, a Entidade teve a segunda melhor margem do período analisado ao final da série, em 2012 (5,23%), o que demonstra que houve uma eficiência financeira considerável.

Pela análise dos índices de desempenho, verificou-se que em todos os períodos analisados a Entidade filantrópica teria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações. No entanto, se se considerar as dívidas de longo e curto prazos, a entidade não conseguiria em nenhum período quitar suas dívidas. Pela análise dos índices de endividamento, verificou-se que a Entidade filantrópica apresentou índices bastante elevados e preocupantes.

Dessa forma, por meio das análises, concluiu-se que, apesar de as entidades filantrópicas terem incentivo da lei da filantropia, as mesmas se apresentam com problemas no que diz respeito às contribuições e aos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais e endividamentos. Além do mais, verificou-se que as entidades não seguem uma padronização de seus planos de contas.

É importante esclarecer que essas conclusões foram baseadas em informações públicas, ou seja, nos Relatórios Anuais em que não há informações detalhadas que possam levar a uma conclusão mais específica.

Este trabalho recomenda aqui um maior controle público sobre as intuições filantrópicas, no que diz respeito às exigências de padronização dos planos de contas, bem como maior clareza na divulgação das informações financeiras. Por fim, aconselha que seria oportuna uma auditoria trabalhista específica nas contas de pessoal e nos encargos trabalhistas a fim de obter um maior controle sobre tais procedimentos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. Evolução hospitalar no Brasil: ontem e hoje. In: CAMPOS, E. S. et al. **História e evolução dos hospitais**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde Departamento Nacional de Saúde, 1965.
- ANÁLISE SETORIAL. O mapa da saúde no Brasil. Panorama Setorial – **Gazeta Mercantil**, v.. I, mar. 2.000.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**, 12. ed. São Paulo. Forense. 2006.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELO HORIZONTE. Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. **Relatório Anual/Balanco Social**. Belo Horizonte, 2007.
- BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.
- BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei n. 11.638**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Resolução n. 121, de 28 de outubro de 2003. Altera, revê e mantém diversos Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/4220>> Acesso em: 15 jan. 2013
- BRASIL. Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001. Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp110.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm>. Acesso em: 03 jan. 2013.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.187, de 14 de agosto de 2007. Regulamenta a Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não-tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6187.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei n. 7.237, de 20 de julho de 2010. Regulamenta a Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2010/dec7237.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 7.855, de 24 de outubro de 1989. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Brasília, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7855.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. Lei n.8.212 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.964, de 10 de abril de 2000. Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis n. 8.036, de 11 de maio de

1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9964.htm>. Acesso em: 02 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.983, de 14 de julho de 2000. Altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9983.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.345, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição [...]. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. E estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 jul 2013.

BRASIL. Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2006/lei11345.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória n. 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-12-101-dispoe-sobre-a-certificacao-das-entidades-beneficentes-de-assistencia-social.pdf/download.>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BRASIL. Lei n. 10.684, de 30 de maio 2003. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.684.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CALVO, M. C. M. Hospitais públicos e privados no Sistema Único de Saúde do Brasil: o mito da eficiência privada no Estado de Mato Grosso em 1998. 2002.

(Doutorado em Engenharia de Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, , Florianópolis.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARVALHO, Cristiano; CASTRO, José Augusto Dias de. Aspectos tributários das entidades sem fins lucrativos e das OSCIP:). Disponível em: <www.cmted.com.br/restrito/upload/artigos/28.pdf>. Acesso em: 15. mar. 2013.

CBM. CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS. Saúde no Brasil: A crise dos números e análises. Disponível em: <<http://www.cbm.org.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008. Dispõe sobre a aplicação da Lei .11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM n. 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 15 jul 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução n. 877: NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, Item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/resolucoes.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

CUPANI, A. O. Positivismo, neopositivismo e funcionalismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 3, Florianópolis, 1984. **Anais...** Florianópolis: ABEn. 1984.

DELGADO, Maurício Godinho. **Contrato de trabalho: caracterização, distinções, efeitos**. São Paulo: 1999,

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9. ed – São Paulo: Atlas, 2005.

FILHO, Luiz Maria Ramos, et al. **Saúde pública é beneficiada com expertise do setor filantrópico**. Notícias Hospitalares, São Paulo, Edição 72, Ano 12.

FRANCISCO, Ivone Maria Fonseca; CASTILHO, Valéria. A enfermagem e o gerenciamento de custos. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.. 36, n. 3. São Paulo, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342002000300005&62342002000300005&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Código Tributário Nacional comentado**, 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GOMES, Elizeu Domingues. **Rotinas trabalhistas e previdenciárias**. 5. ed. Belo Horizonte: Líder, 2005.

GOMES, Elizeu Domingues. **Rotinas trabalhistas e previdenciárias**. 12. ed. Belo Horizonte: Líder, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTI, Jouberto de Quadros Pessoa. **Estudos dirigidos: direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1999.

LIMA-GONÇALVES, E. Condicionantes internos e externos da atividade do hospital-empresa. **Revista de Administração de Empresas RAE eletrônica**, São Paulo, v.1, n.2, 2002.

MACEIÓ. Santa Casa de Misericórdia de Maceió. **Relatório Anual/Balço Social**. Maceió, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 22. ed. Fortaleza: Malheiros, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, Raquel. SUS é responsável por 80% do atendimento no País. Agência Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/08/02/materia.2006-08-02.3145255241/view>>. Acesso em: 15 maio. 2013.

MARINHO, A. Estudo de eficiência em alguns hospitais públicos e privados com a geração de *rankings*. In: **Textos para discussão – IPEA**, n. 794. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCKEE, M.; HEALY, J. **Hospitals in a changing Europe**. Buckingham: Open University Press, 2002.

MERGULHÃO, Paulo Roberto *et al.* As filantrópicas e o Sistema Público de Saúde. **Notícias Hospitalares**, São Paulo, v. 12, n. 72, p. inicial e final, mês e ano.

MILLER, T. S. **The birth of the hospital in the Byzantine Empire**. Baltimore, MD: Johns Hopkins Univ., 1997..

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. (Brasil). Sobre a Previdência. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1282>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

MAGANO, Octávio Bueno. **Direito individual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: 1993

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antônio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: 2003.

PALHARES, Cinthia Rodrigues Menescal. Breves considerações sobre o conceito jurídico de imposto no Sistema Tributário Nacional. Jus Navegandi. Teresina, jan. de 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5592&p=3>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de práticas trabalhistas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de práticas trabalhistas**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PORTER, R. **Das tripas coração: uma breve história da medicina**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO ALEGRE. Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Relatório Anual/Balanco Social. Porto Alegre, 2007.

REVISTA VEJA. São Paulo: Edição Especial, Dez. 2001.

RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho, **Administração de pessoal nos hospitais**. 2 ed. São Paulo, FENAME, 1977.

RODRIGUES FILHO, J. Método de pagamento hospitalar no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, ago.?out. 1990.

SILVA, Edson Cordeiro. **Governança corporativa nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2006.

TEIXEIRA, Joseniret al. A odisseia das organizações oociais no hostile mundo da insegurança jurídica. **Notícias Hospitalares**, São Paulo, v.12, n. 72, p. inicial e final, mês ano.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ANÁLISE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE(MG)

APÊNDICE B – ANÁLISE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE(RS)

APÊNDICE C – ANÁLISE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ(AL)

APÊNDICE D – MARGEM DO EBITDA – MÉDIA DE MERCADO OS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

APÊNDICE A

BALANÇO PATRIMONIAL**HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG**

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	64,03	104,54	155,48	164,08	158,99	139,03	152,53
Obrigações com Pessoal	3,29	4,83	7,11	6,98	6,07	5,03	5,45
Impostos e Contribuições	40,02	56,86	85,75	99,94	93,21	79,35	72,36
Processos Trabalhistas	1,74	2,13	2,66	2,14	2,44	2,29	4,44
NÃO CIRCULANTE	29,14	35,28	55,76	45,07	38,23	40,91	35,56
Impostos e Contribuições	6,15	11,47	21,88	2,19	0,00	0,00	0,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas	9,66	7,42	6,19	10,47	9,50	12,36	9,56

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
PASSIVO TOTAL	247,09	157,89	94,70	94,16	94,33	99,32	100,00
CIRCULANTE	103,72	108,20	96,53	101,29	98,32	90,53	100,00
Obrigações com Pessoal	149,39	139,90	123,61	120,67	105,10	91,71	100,00
Impostos e Contribuições	136,64	124,05	112,21	130,04	121,50	108,91	100,00
Processos Trabalhistas	96,71	75,83	56,82	45,46	51,79	51,27	100,00
NÃO CIRCULANTE	202,47	156,66	148,51	119,36	101,42	114,28	100,00
Impostos e Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Provisões Cíveis e Trabalhistas	249,62	122,50	61,27	103,08	93,72	128,39	100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/IMG

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	64,03	104,54	155,48	164,08	158,99	139,03
FGTS	17,67	25,10	37,46	33,96	31,14	25,27
INSS	0,54	11,13	21,30	23,16	19,95	17,82

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PERMANENTE	89,35	84,91	78,84	81,50	82,58	86,22	85,09
Investimentos	1,15	0,90	3,20	3,49	4,36	4,44	4,69
Imobilizado	87,27	81,18	72,10	75,16	76,20	81,78	80,40
Intangível	0,92	2,83	3,53	2,85	2,02	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG

CONTAS	31/12/2012	A.H. (%)	31/12/2011	A.H. (%)	31/12/2010	A.H. (%)	31/12/2009	A.H. (%)	31/12/2008	A.H. (%)	31/12/2007	A.H. (%)	31/12/2006	A.H. (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	301.510.971,79	128,59	274.416.977,91	117,03	249.157.736,53	106,26	218.406.936,36	93,15	205.872.182,36	87,80	185.999.652,18	79,33	234.474.820,08	100,00

MARGEM DO EBITDA

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE/MG

CONTAS	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
EBITDA	(9.895.696,48)	(6.811.238,21)	19.424.759,55	3.366.097,73	13.621.594,78	20.034.112,69	15.844.844,47
Receita Líquida	297.031.532,62	273.124.198,79	246.347.013,52	217.083.300,94	204.449.668,10	184.268.080,48	230.587.266,33
Margem EBITDA	-3,33%	-2,49%	7,89%	1,55%	6,66%	10,87%	6,87%

APÊNDICE B

BALANÇO PATRIMONIAL
HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	27,62	24,22	25,07	25,86	22,64	22,23	22,23
Obrigações Empregatícias	1,79	1,64	1,75	1,66	1,55	1,83	1,83
Obrigações Sociais	0,57	0,54	0,57	0,59	0,55	0,54	0,54
Provisões de Férias e Encargos	3,88	3,61	3,66	3,64	3,51	3,58	3,58
Pagamento	2,85	2,71	2,95	4,14	3,80	2,10	2,10
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	1,18	1,23	0,74	0,98	0,18	0,17	0,17
Obrigações com FGTS	0,09	0,10	0,13	0,15	0,17	0,20	0,20
NÃO CIRCULANTE	72,38	75,78	74,93	74,14	77,36	77,77	77,77
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	6,08	9,79	12,88	10,00	9,32	5,22	5,22
Provisões Trabalhistas	2,09	3,18	5,48	2,02	0,37	0,27	0,27
Provisões de Encargos Sociais	0,00	0,05	0,06	0,06	0,05	0,07	0,07

BALANÇO PATRIMONIAL**HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS**

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
PASSIVO TOTAL		119,80	123,38	111,05	105,63	104,00	100,00
CIRCULANTE		148,87	134,41	125,24	122,90	106,81	100,00
Obrigações Empregatícias		117,15	110,92	106,30	96,07	88,79	100,00
Obrigações Sociais		127,35	123,71	117,59	115,51	106,39	100,00
Provisões de Férias e Encargos		130,08	124,62	113,59	107,57	102,79	100,00
Pagamento		162,96	159,16	156,37	208,41	190,08	100,00
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Tributárias		841,38	904,19	493,56	616,84	114,56	100,00
Obrigações com FGTS		53,48	64,34	76,07	81,91	89,60	100,00
NÃO CIRCULANTE		114,49	120,22	106,99	100,70	104,30	100,00
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO		139,70	231,47	274,09	202,46	187,35	100,00
Provisões Trabalhistas		922,16	1.446,05	2.245,99	788,01	144,55	100,00
Provisões de Encargos Sociais		0,00	95,75	97,04	97,97	86,12	100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PERMANENTE	-	56,23	56,22	84,62	65,68	67,52	72,82
Investimentos	-	0,25	0,26	0,46	0,52	0,55	0,65
Imobilizado	-	55,18	54,73	82,24	63,58	66,97	72,22
Intangível	-	0,80	1,23	1,92	1,57	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)	A.H. (%)
PERMANENTE	-	92,43	95,19	95,61	95,21	97,16	100,00
Investimentos	-	45,68	49,59	58,65	85,62	89,26	100,00
Imobilizado	-	91,52	93,50	93,76	93,00	97,23	100,00
Intangível	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL**HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS**

CONTAS	31/12/2012	A.H. (%)	31/12/2011	A.H. (%)	31/12/2010	A.H. (%)	31/12/2009	A.H. (%)	31/12/2008	A.H. (%)	31/12/2007	A.H. (%)	31/12/2006	A.H. (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	0,00	0,00	517.702.825,24	125,82	498.909.647,97	121,25	511.160.746,71	124,23	452.262.497,16	109,91	420.898.511,30	102,29	411.474.389,71	100,00

MARGEM DO EBITDA**HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS**

CONTAS	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Lucro Operacional	16.475.374,43	81.877.265,45	16.662.284,96	(6.549.106,65)	25.528.632,66	4.355.822,56
Despesas Financeiras	10.214.184,34	12.183.563,22	13.251.662,70	13.323.055,40	9.943.554,84	5.601.839,18
Receitas Financeiras	(7.350.660,34)	(1.899.596,13)	(16.737.686,39)	(8.581.781,86)	(7.268.512,47)	(5.956.821,47)
Depreciação	113.044.506,97	106.048.604,22	97.304.068,69	88.840.250,89	88.632.907,94	77.994.375,37
Amortização	8.807.029,16	7.274.447,75	5.576.085,93	9.094.253,29	0,00	0,00
EBITDA	141.190.434,55	205.484.284,51	116.056.415,90	96.126.671,06	116.836.582,96	81.995.215,65
Receita Líquida	273.124.198,79	486.800.532,58	497.294.512,56	441.087.714,31	405.385.024,79	397.063.360,20
Margem EBITDA	51,69%	42,21%	23,34%	21,79%	28,82%	20,65%

APÊNDICE C

BALANÇO PATRIMONIAL
HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ/AL

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PASSIVO TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CIRCULANTE	31,10	32,93	30,30	26,82	23,93	26,86	24,89
Salários e Encargos Sociais	1,06	1,23	1,05	1,06	1,07	0,89	0,80
Obrigações Fiscais e Sociais	0,80	0,60	0,51	0,51	0,49	0,63	1,17
Provisões de Férias	3,40	3,54	3,48	3,47	3,82	3,66	3,17
Provisão para Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78
NÃO CIRCULANTE	68,90	67,07	69,70	73,18	76,07	73,14	75,11
EXIGÍVEL AO LONGO PRAZO	4,75	5,65	9,58	7,56	6,82	6,27	5,81
Obrigações Sociais Parceladas	2,57	2,56	2,80	3,32	4,32	4,85	5,03
Provisão para Contingências	1,28	0,54	0,77	1,64	2,07	0,86	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ/AL

CONTAS	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)	A.V. (%)
PERMANENTE	51,08	53,20	56,66	54,94	50,89	53,44	57,74
Investimentos	0,01	0,01	6,69	7,79	0,01	0,01	2,03
Propriedades para Investimento	5,11	7,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	45,85	46,03	49,87	47,07	50,89	53,43	55,71
Intangível	0,10	0,11	0,10	0,09	0,00	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL
HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ/AL

CONTAS	31/12/2012	A.H. (%)	31/12/2011	A.H. (%)	31/12/2010	A.H. (%)	31/12/2009	A.H. (%)	31/12/2008	A.H. (%)	31/12/2007	A.H. (%)	31/12/2006	A.H. (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	169.264.167,60	182,98	164.107.527,20	177,40	153.689.184,60	166,14	141.632.753,40	153,11	122.182.615,80	132,08	109.735.327,20	118,62	92.506.397,00	100,00

MARGEM DO EBITDA**HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE/RS**

CONTAS	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Lucro Operacional	16.475.374,43	81.877.265,45	16.662.284,96	(6.549.106,65)	25.528.632,66	4.355.822,56
Despesas Financeiras	10.214.184,34	12.183.563,22	13.251.662,70	13.323.055,40	9.943.554,84	5.601.839,18
Receitas Financeiras	(7.350.660,34)	(1.899.596,13)	(16.737.686,39)	(8.581.781,86)	(7.268.512,47)	(5.956.821,47)
Depreciação	113.044.506,97	106.048.604,22	97.304.068,69	88.840.250,89	88.632.907,94	77.994.375,37
Amortização	8.807.029,16	7.274.447,75	5.576.085,93	9.094.253,29	0,00	0,00
EBITDA	141.190.434,55	205.484.284,51	116.056.415,90	96.126.671,06	116.836.582,96	81.995.215,65
Receita Líquida	273.124.198,79	486.800.532,58	497.294.512,56	441.087.714,31	405.385.024,79	397.063.360,20
Margem EBITDA	51,69%	42,21%	23,34%	21,79%	28,82%	20,65%

APÊNDICE D

MARGEM DO EBITDA - MÉDIA DE MERCADO DOS
HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

HOSPITAIS	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO DE UBERABA (FUNEPU)	0.00%	-8.73%	-17.17%	5.60%	11.00%	1.77%	12.50%
FUNDAÇÃO ROMI - SP	-268.34%	-401.34%	-529.69%	-490.87%	-287.64%	331.00%	-97.85%
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO - SP	22.83%	10.21%	39.69%	-2.25%	4.88%	-5.09%	-26.70%
HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - SP	10.95%	11.36%	11.94%	11.27%	15.71%	11.82%	15.92%
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO USP - SP	2.74%	28.04%	27.86%	33.33%	30.87%	9.43%	11.03%
HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA - SP	-0.97%	-0.22%	-6.05%	2.51%	-6.07%	-5.08%	-0.07%
HOSPITAL SANTA RITA - ES	22.82%	13.11%	16.67%	9.51%	9.20%	9.86%	9.10%
REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA - SP	-8.28%	6.07%	-10.61%	-0.12%	11.31%	10.85%	4.29%
HOSPITAL SANTA DE CASA DE MISERICÓRDIA DE MACEIÓ - AL	5.23%	4.21%	1.04%	4.06%	7.17%	4.70%	3.39%
HOSPITAL SANTA DE CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - RS	0.00%	51.69%	42.21%	23.34%	21.79%	28.82%	20.65%
HOSPITAL SANTA DE CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA - RS	0.00%	-8.11%	-21.30%	-25.74%	-36.94%	-24.36%	-14.19%
HOSPITAL SÃO JOSÉ - RS	0.00%	1.99%	-3.21%	9.53%	-7.03%	-9.56%	-7.20%
MÉDIA DE MERCADO	-17.75%	-24.31%	-37.39%	-34.99%	-18.81%	30.35%	-5.76%

Fonte: NEGEC - Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis